

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.
MESTRADO**

WALDEIR MORENO ROSA

A práxis de Antonio Delfim Netto no reordenamento político-econômico da ditadura bonapartista: ideólogo orgânico da autocracia burguesa

Mestrado em História

**São Paulo
2015**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

WALDEIR MORENO ROSA

A práxis de Antonio Delfim Netto no reordenamento político-econômico da ditadura bonapartista: Ideólogo orgânico da autocracia burguesa brasileira

Mestrado em História

Dissertação apresentada á Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

São Paulo

2015

Banca Examinadora

Professor Orientador
Professor. Dr. Antonio Rago Filho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora Dr^a Vera Lucia Vieira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professor Dr. Ivan Cotrim
FSA – Centro Universitário Fundação Santo André

Defesa de Título de Mestrado em História Social pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em ___/___/___

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a atuação de Antonio Delfim Netto nas várias dimensões do poder político e econômico da hegemonia burguesa nas décadas de sessenta e setenta. Inicialmente, centra-se no período histórico em que membros da classe proprietária brasileira associada ao capital internacional, antes de comporem a ditadura bonapartista instituída em 1964, já conspiravam contra o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart, em especial se articulados no *complexo Ipês (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais)*. Debruçamo-nos, nesse primeiro momento, sobre o teor classista do artigo *Problemas do desenvolvimento econômico brasileiro*, especialmente elaborado por Delfim para a revista ipesiana (*Ipês Convivium*). Em um segundo capítulo, atenta-se para a participação do economista na Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (ANPES), criada pelos conspiradores a 31 de março de 1964, como uma frente empresarial para influir nos novos negócios da ditadura militar. Analisa-se aí, também, o livro *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico* do então Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. No capítulo terceiro, depois do chamado “golpe dentro do golpe”, com a imposição da linha-dura bonapartista e seu fechamento ditatorial, investigam-se os motivos ideológicos da meteórica ascensão do economista no Ministério da Fazenda dos “anos de chumbo”, isto é, sob Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (1967-1974). Nesse ponto, enumeram-se sua participação na “caixinha” da Oban (Operação Bandeirante) e seu voto a favor do Ato Institucional n.º 5 no Conselho de Segurança Nacional. Analisam-se, ali, os discursos oficiais do ministro tido como o *czar* da economia política bonapartista em seus “anos de chumbo”, buscando associá-los às atitudes práticas de Delfim Netto e, assim, demonstrando a função social no contexto daqueles anos exercido pelo complexo ideológico delfiniano. Ou seja, compreende-se aqui a ideologia delfiniana em sua determinação social e contexto histórico particulares, decifrando a conexão interna inerente a seu ideário autocrático-burguês, bem como explicando a função efetiva que cumpriu, na práxis, a ideologia do economista brasileiro. Na perspectiva de Marx, com as contribuições avançadas por Chasin a respeito da formação histórica brasileira, tem-se em conta, no estudo de Delfim Netto, que é sempre “o homem, o homem real e vivo, quem faz isso, possui tudo isso e decide esses combates; não é a história, podem estar certos disso, que usa o homem como meio para realizar – como se ela fosse uma pessoa à parte – seus próprios fins; ela é apenas a atividade do homem que vai em busca dele mesmo”. Diante disso, com toda documentação encontrada em jornais, revistas, trabalhos historiográficos, discursos oficiais e outras manifestações produzidas no período histórico sob estudo, resta mais do que comprovada a participação de Delfim Netto na conspiração de classe, no golpe de Estado e no serviço subsequente que prestou ao reordenamento político-econômico da última ditadura bonapartista. Infelizmente, ainda hoje, porém, sua influência não cessou, sabendo o ideólogo construir para a posteridade uma autoimagem de tecnocrata “neutro”, supostamente, à parte ou dissociada de todos os estrategemas

do terrorismo de Estado montado neste país, em benefício da autocracia burguesa do capital atrofico. Seu reiterado negacionismo diante dos crimes da ditadura militar, registrado em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, entretanto, continua a separar e dissociar, de forma manipulatória, *o feito* por Delfim Netto do *dito* sobre si pelo próprio ideólogo.

Palavras-chave: Delfim Netto, autocracia, bonapartismo, ideologia. NJ.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the role of Antonio Delfim Netto in the various dimensions of political and economic power of bourgeois hegemony in the sixties and seventies. Initially, focuses on the historical period in which members of the Brazilian owning class associated with international capital, before compose the Bonapartist dictatorship established in 1964, have conspired against the constitutionally elected president, João Goulart, especially if extended into the Ipês complex (Institute of Economic and Social Research). Looks up at that first moment, on the class content of the article Problems of Brazilian economic development, especially prepared by the Dauphin to ipesiana magazine Convivium. In a second chapter, attentive to the participation of the economist at the National Association of Economic and Social Planning (ANPES), created by the conspirators to March 31, 1964, as a business front to influence the new business of the military dictatorship. Analyzes there, too, the book Planning for Economic Development of the then Secretary of the São Paulo State Finance. In the third chapter, after the so-called "coup within the coup", with the laying of the Bonapartist hardline and his dictatorial closing, we investigate the ideological reasons for the meteoric rise of the economist in the Ministry of Finance of the "years of lead" that is under Costa e Silva and Emilio Garrastazu Medici (1967-1974). At this point, enumerate up their participation in the "box" of Oban (Operation Bandeirante) and his vote in favor of the Institutional Act No. 5 in the National Security Council. Are analyzed, there, the official speeches the Minister considered the Czar Bonapartist political economy in his "years of lead", seeking to associate them with the practices of Delfim Netto attitudes and thus demonstrating the social function in the context of those years exercised by delfiniano ideological complex. That is, it is understood here delfiniana ideology in its social determination and particular historical context, deciphering the internal connection inherent to his autocratic bourgeois ideology, as well as explaining the effective function that fulfilled, in practice, the ideology of Brazilian economist. In view of Marx, with the advanced contributions by Chasin about Brazilian historical formation, has taken into account in the study of Delfim Netto, which is always "the man, the real, living man who does this, has it all and decides these combats; is not the story, you can be sure that, using man as a means to carry out - as if it were a person apart - their own ends; it is only the activity of the man who goes in search of himself. " Therefore, with all documentation found in newspapers, magazines, historiographical works, official speeches and events produced in the historical period under study, it remains more than proven the participation of Delfim Netto in class conspiracy, in the coup and the subsequent service who provided the political and economic reorganization of last Bonapartist dictatorship. Unfortunately, even today, however, its influence has continued, knowing the ideologue build for posterity one self-image of technocrat "neutral", supposedly the party or dissociated from all stratagems of state terrorism mounted in this country for the benefit of bourgeois autocracy atrophic capital. Its repeated denial before the crimes of the military dictatorship, registered in testimony to the Truth Commission of the City of

São Paulo, however, continues to separate and disassociate from manipulative way, made by Delfim Netto said about him by himself ideologue.

Keywords: Delfim Netto, autocracy, Bonapartism, ideology.

SUMÁRIO

Resumo	p. 04
Abstract	p. 06
Agradecimentos	p. 10
Introdução	p. 13
CAPÍTULO I. Antônio Delfim Netto no pré-golpe de 1964	p. 54
Antecedentes	p. 54
A práxis do economista e contador na conspiração de classe do complexo Ipês (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)	p.65
O ideário de Delfim Netto na revista ipesiana <i>Convivium: os Problemas do desenvolvimento econômico brasileiro</i> de março de 1964	p. 76
CAPÍTULO II. Antônio Delfim Netto após o golpe de 1964	p. 92
A criação da ANPES (Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social), em 31 de março de 1964, e o seu papel como segundo secretário-geral	p. 93
O <i>Planejamento para o Desenvolvimento Econômico</i> delfiniano enquanto Secretário da Fazenda do governador de São Paulo Laudo Natel	p. 99
CAPÍTULO III. Antônio Delfim Netto após o ‘golpe dentro do golpe’: Ministro da Fazenda da autocracia burguesa bonapartista sob a ‘linha-dura’ militar (1967-1974)	p. 110
1967-1969: ‘Análise do momento brasileiro’ sob o governo Costa e Silva e os advertidos ‘Cinco problemas básicos’ do ideólogo orgânico da ditadura militar .p.110	
Os ‘problemas básicos’ delfinianos: ‘a contradição’, ‘o diálogo’, ‘a paixão ideológica’, ‘a crença nas minorias’ e ‘a revolta contra a aritmética’	p.111
‘Aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer’: o voto de Delfim Netto na ‘missa negra’ do AI-5: <i>crescimento com repressão: Desenvolvimento acelerado e Segurança Nacional máxima</i>	p. 121
As ‘Vicissitudes da Política Econômica no Brasil’ na ideologia bonapartista do Ministro da Fazenda do governo Costa e Silva	p. 127
‘Realismo e Racionalidade’ em aliança com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo): o ‘racional’ e o ‘irracional’ para o ideólogo bonapartista.	p. 130

O ideólogo orgânico da autocracia burguesa e seu combate militar ao 'inimigo interno': o contador da 'caixinha' da OBAN (Operação Bandeirante)	p. 134
Delfim Netto aos empresários em Nova Iorque: 'Brasil: Reformas intensificam desenvolvimento': sociedade 'aberta' e 'democrática'	p. 137
1969-1974: 'A lógica e o desenvolvimento' da ditadura bonapartista do general-presidente Médici na visão oficial do 'czar' do 'milagre' econômico	p. 142
Em defesa do Programa de Integração Social (PIS) ou de como 'Pretendemos entregar o trabalhador ao Brasil, ao sistema empresarial'	p. 145
A 'racionalidade' das 'relações físicas' capital: 'Experiência Nova no Brasil'? ...	p. 153

CONCLUSÃO. Antônio Delfim Netto, hoje, negacionismo à brasileira. O feito e o dito pelo ideólogo orgânico do capital atrofico: a alegada "separação entre o poder econômico e a política econômica"

p. 158

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICASpág.179,180,181,182.

Meus sinceros agradecimentos

A Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior, pela bolsa parcial de estudos.

Com muito apreço ao Professor Antonio Rago Filho, meu professor e orientador, que sempre esteve disposto a colaborar com minhas dúvidas sobre a pesquisa e para além disso, sempre no sentido de elevar a qualidade do trabalho de análise do período, e por sua paciência, com minhas dificuldades para manter minha dignidade nesse mundo do trabalho como professor da escola Pública Estadual de São Paulo.

À Professora Vera Lucia Vieira, com grande afeto, que me ajudou e esteve presente participando do exame de qualificação, sempre me auxiliando nas questões da pesquisa histórica, bem como nas questões formais exigidas pelo Programa de Pós Graduação da PUC-SP.

Ao Professor Ivan Cotrim, da Universidade Fundação Santo André, que colaborou no exame de qualificação, além de suas contribuições e análise da dissertação, com sugestões precisas para tornar melhor a pesquisa e o nível do trabalho.

Aos Professores Doutores Ettore Quaranta e Fernando Londoño, quando da minha entrevista e aprovação para ingressar no programa de Pós-Graduação da PUC-SP.

Aos Professores da Pós-Graduação com as excelentes aulas que só fizeram aumentar nosso conhecimento, além de nos apresentar como trabalhar com as fontes históricas para nossas pesquisas. Em especial, para as Professoras Doutoras Estefânia Knoltes, Maria Odila, Vera Lucia Vieira e Yone Carvalho pelas admiráveis aulas ministradas com muito comprometimento, dando-nos a dimensão do tamanho da nossa responsabilidade para o ofício de professor de história.

À PUC-SP, por tantos anos da minha permanência, desde minha formação na graduação de história, com todos os professores que ficaram em nossa memória, e depois eu mesmo como professor de Geografia e História no cursinho dos alunos da PUC-SP, por mais de 17 anos, e que também me valeu como uma grande escola, da qual me afastei devido este intento do mestrado, mas sempre presente de alguma forma, com os companheiros organizadores do cursinho, meus grandes e

eternos amigos Henrique, Ronaldo, Mirtes, Sabrina, Marianna e Pedro, e ao professor da nossa língua Portuguesa, e amigo eterno Jose Possar.

Ao grande e eterno amigo Luis Matias de Souza que, além de cursarmos disciplinas na graduação de história na PUC-SP, sempre me conscientizou sobre a necessidade de serem encontradas na lógica do mundo real as saídas de uma transformação social. Agradeço, sobretudo, pelas leituras conjuntas e longas conversas sobre os grandes mestres, como: Prof: Jose Chasin, Professor Antonio Rago, Professora Livia Cotrim, Prof. Moniz Bandeira e Caio Prado Junior, além de outros. Assim me colocou em pé, este querido amigo, para que eu pudesse entender, de fato, a dinâmica e as motivações do gênero humano nesse mundo bestializado. Quero agradecer também ao amigo distante pelo mundo do trabalho mas sempre presente nessas discussões histórico-filosófica, desde a graduação na Puc-SP, e depois nos estudos no Centro Cultural Vergueiro, o grande amigo Edmilson Torres.

Quero agradecer ao novo, mas eterno amigo Rodolfo Machado, com muito apreço, pela acolhida e ajuda sem igual, pelas boas discussões sobre nossos temas, sem as quais este trabalho não teria sido realizado. Quero agradecer também ao grande e eterno amigo de ofício na escola pública estadual e professor de filosofia Vanderlei Gonçalves Dias pelo grande incentivo e pelas longas discussões sobre a filosofia, o gênero humano e a busca pelo ser. Ao bom amigo e companheiro de trabalho na escola pública o Mestre e Professor das letras Gustavo Pizzicola, pela sua erudição, pelas boas dicas e apoio. A Vânia Noeli Assunção pelo incentivo a essa pesquisa. Ao Eduardo Pedutto, o Edu, este o mais longevo dos amigos, estudioso da psiqué humana, e também da velha filosofia que nos aponta as contradições desse mundo, e que por isso carrega a inquietude de um mundo estranhado que ainda faz o gênero humano embrutecido. Ao grande Herlane, também amigo de longa data, incansável leitor e pesquisador, pela grande cruzada nas graduações e nessa pesada vida.

Aos amigos de longa data, que também muito bem conhecem minha jornada e luta nesta vida, e que me incentivaram neste intento como: Marcos José, o (Marcão); Francisco Amendola, o (Chico); Evaldo Garcia e Assunta Flora, eternos amigos do coração.

Também aos velhos companheiros de trabalho e grandes incentivadores; assim agradeço a querida Maria Emilia Monti, ao grande amigo Sergio Machado, e ao grande amigo Jackson Sena Marques.

Quero agradecer também a Vice-Diretora da Escola Estadual Francisco Borges Vieira, Nice Nunes Oliveira com muito apreço e pela sempre atenção; a também vice-diretora Cleide Brites, e a Diretora da Escola Estadual Francisco Borges Vieira, Dona Simone Aparecida Miro Antoniassi com toda estima, pela paciência, compreensão e grande ajuda. Todas elas professoras e incansáveis batalhadoras por uma sociedade melhor.

Quero agradecer, enfim, a minha família; a minha querida filha Carolina Rosa, por muito ter me ajudado com essas tecnologias “pós-modernas” da computação, a Viviani Andrea minha companheira pela sua paciência e apoio; a minha querida mãe, Dolores Moreno Rosa, pelo apoio e incentivo de sempre; ao meu Pai Oswaldo Rosa, em sua memória; trabalhador incansável para manter a dignidade de sua família, até o seu último dia, e que sempre me lembrou de que deveria eu estudar sobre as coisas do mundo; aos meus irmãos, Wanderlei Rosa, e Wania Rosa, que sempre me apoiaram neste meu intento. Agradeço a minha querida sobrinha e Professora Renata Rosa, ao ainda pequeno Pedro, e ao Renato Munhoz, pela sempre presença e incentivo.

Quero por fim, agradecer a todas as pessoas que conheci e que passaram pela minha vida, pois cada uma delas a seu modo acrescentou para eu construir minha história e meus valores humanos nessa vida, que deve ser sempre de evolução contínua, para nos entender e também ao mundo.

O outro não pode ser aquele que me opõe na minha trajetória, mas sim aquele que me completa como gênero humano na construção do meu ser.

INTRODUÇÃO

Escolheu-se analisar a atuação de Antonio Delfim Netto nas várias dimensões das esferas do poder político hegemônico nas décadas de sessenta e setenta. Inicialmente centra-se o estudo no período em que os integrantes dos segmentos de classe proprietária burguesa associada ao capital internacional, que configuravam a autocracia burguesa bonapartista organizaram-se para conspirar contra o presidente eleito João Goulart, principalmente entre os anos do pré-golpe, articulados entre 1961-1964. Em seguida num segundo momento, destaca-se o período do pós-golpe, entre 1967-1974, identificado pela historiografia, como um dos momentos mais obscuros e angustiantes vividos pela sociedade brasileira, em que ocorreu um “golpe dentro do golpe”, conforme aponta a historiografia, o que se esclarece ao longo dessa dissertação.

No período anterior ao golpe já se configurava como um dos mais tensos momentos da história brasileira em termos de expressão pública das contradições de classes, dada a recorrentes manifestações públicas organizadas de todos os segmentos sociais, mas principalmente trabalhadores intelectuais e estudantes, além dos trabalhadores do campo. Eram muitas representatividades, algumas muito críticas dos vários contextos sociais alterados, mas que muito incomodava as velhas oligarquias proprietárias e políticos com motivações enviesadas sobre o que seria uma República¹.

É nessas circunstâncias que foram engendradas as estratégias que culminarão no golpe de 1964 e nessa disposição de conspiração efetiva, já se encontrava presente o economista Antonio Delfim Netto, articulado com grandes proprietários com forte viés conservador que debatiam contra o Presidente João Goulart e contra o que chamavam de “a retrograda República Sindicalista”.

Assim, desde já, percebo a importância de se fazer o nexo do meu trabalho, e a questão biográfica com uma análise muito séria do indivíduo no contexto histórico e, o **tecido social** que ele faz parte, por Le Goff, mas via Pierre Bourdieu, e ainda pelas mãos do Professor Antonio Rago:

¹ República: Palavra Latina que derivada de outras duas palavras. Re de República que significa em Latim Rés que é igual à coisa. E pública que significa do Povo. Cf. Coisa Pública. Sistema de governo em que o supremo poder é exercido por um cidadão eleito pelo povo em sufrágio. **Dicionário De Latim Português.** pág. 1162

Pierre Bourdieu alertava para os perigos produzidos pela “ilusão biográfica” e, dentre eles a maneira mítica de **isolar o indivíduo do tecido social**, uma vez que ele está inserido numa série de **relações sociais**. Retomando as colocações do historiador medievalista: **“O indivíduo não existe a não ser numa rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para ver nela se constituir e nela viver um personagem individual”** Sendo assim, para Le Goff, o indivíduo social “globaliza” uma plêiade de determinações de natureza diversa, e aí reside a dificuldade de se fazer história biográfica e não porque ela é mais concreta. A biografia “mais ainda que outros métodos históricos vissem a produzir “efeitos do real”. (Le Goff: 1999,26) Análise de texto: Departamento de História. Prof: Dr. Antonio Rago pág.01.

Desse modo, é de suma importância estabelecer uma análise histórica do período do pré-golpe, para nos aproximarmos com o contexto da época de muitos acontecidos e variadas motivações embusteiras. Nas primeiras décadas do século XX, raras eram as leis que amparavam os trabalhadores, por conta do nascente processo de industrialização. A maioria das leis considerava as greves e protestos por melhores salários e condições dignas de trabalho para todos, como caso de polícia². Todo esse processo pelo qual sofreram os trabalhadores era amenizado por pressões advindas de suas constantes e diversificadas mobilizações, mas os proprietários rurais e industriais conservadores sempre se mostraram muito contrariados com tais políticas, além da indigesta (legislação trabalhista) que preservava um pouco mais de dignidade aos que geravam os lucros advindos da extração sempre constante, da Mais Valia³.

² VIEIRA, Vera Lucia. **O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950**. Tese doutorado. PUC-SP, 1996.

MARX.A Mais Valia

³ MARX. A Mais Valia. Uma série de medidas que visa a intensificação do ritmo de trabalho por controles impostos aos operários, que incluem as mais severas formas de vigilância na unidade produtiva que pode chegar a cronometragem e determinação de movimentos necessários a realização das suas tarefas. O proprietário dos meios de produção também conhecido como capitalista obriga o trabalhador a um ritmo produtivo sem alterar a duração da jornada para assim produzir mais mercadorias e mais valor e um menor espaço de tempo para ampliar o lucro das mercadorias com um mesmo salário de operários. Isso significa retirar a mais valia do processo produtivo com os mesmos investimentos para ampliarem os lucros capitalistas. Marx, Karl. O Capital. Civilização Brasileira. Volume I Parte III. Processo de trabalho e Processo de Produção da Mais Valia. Seção 2

Assim, já na quadra de conspirações (período do pré-golpe de 1964) encontramos um fato na nossa pesquisa para qual estavam às motivações da elite proprietária conservadora: Em 26 de abril de 1962, o Jornal o Globo, da família Marinho que igualmente conspirava contra o presidente eleito João Goulart junto aos empresários e militares; colocava na matéria de capa do mesmo jornal uma publicação condenando como “*desastroso para o país o pagamento do 13º salário para os trabalhadores*” - continuação da matéria de capa - “*Mal recebida nos meios Econômicos e Financeiros a aprovação na Câmara do Senado o projeto do Senador Aarão Steinbruch, pelo acréscimo de pagamento aos trabalhadores do 13º salário*”. Rio de Janeiro, 5ª feira, 26.04.1962.

ANO XXXVII — Rio de Janeiro, 5.ª-feira, 26 de abril de 1962 — N.º 11 036

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Director-Reditor-Chefe: ROBERTO MARINHO Director-Tesoureiro: HERBERT MOSES
 Director-Secretário: RICARDO MARINHO Director-Substituto: ROGERIO MARINHO

Dão Sua Opinião os Senadores Mem de Sá e Padre Calazans e os Deputados Raimundo Padilha, Adauto Cardoso, Aniz Badra e Paulo Sarazate (ENQUÊTE NA SEXTA PÁGINA)

SEGUIU O “SAGRES”



Considerado Desastroso Para o País um 13º Mês de Salário

Mal Recebida Nos Meios Econômicos e Financeiros a Aprovação, Pela Câmara, do Projeto do Sr. Aarão Steinbruch — A Medida Teria Cunha Meramente Eleitoreiro (Texto na Décima-Primeira Página)

Dessa forma podemos perceber como a autocracia bonapartista andava extremamente insatisfeita com os rumos da constitucionalidade democrática advinda da década de 1950; e que no início dos anos sessenta, acentuou essa sua oposição de classe cujo teor incorporou os ditames da guerra fria. Um dos arautos dessa insatisfação era o então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda que, com seus discursos inflamados argumentava que estava instalada no Brasil, pelo presidente Goulart uma temível “República Sindicalista”, além de golpear com

invenções aterrorizadoras sobre os partidos que estavam ao lado desses trabalhadores. Isso principalmente porque em 1961 havia sido criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que mantinha um forte apoio político para João Goulart⁴.

Desde esta época Delfim Netto despontava timidamente no cenário público ainda sem grande expressão política, mas atuando em vários institutos organizados para o que se avistava como a reação das classes empresariais e militares no país contra o presidente eleito João Goulart e tudo o que ele trazia ou representava desde a década de trinta, com as questões do trabalhismo de Getúlio Vargas. Mas é interessante verificar que muito recentemente Delfim Netto se expõe em longa entrevista a um conhecido jornalista que retratava questões sobre o período que estudamos: Em entrevista a Roberto D'Ávila em 06 de Abril de 2014, Delfim Netto retruca ante a afirmação do conhecido jornalista, que não conspirava no período anterior ao golpe de 1964, mas somente falava muito mal do Presidente João Goulart. Tal entrevista estava disponível para visualização na *Globo News* até a primeira semana de dezembro de 2014, tendo sido curiosamente retirada ainda no findar desse ano.

Revelar à práxis de Antonio Delfim Netto que resultou no fortalecimento do capitalismo associado e subordinado ao capital internacional no país, através de uma política de “desenvolvimento econômico acelerado” com “segurança máxima” foi à motivação deste trabalho de pesquisa. Delfim integrava o que Dreifuss denomina, recuperando Gramsci, um dos intelectuais orgânicos,

“Os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacional e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional reformista de João Goulart e contra o alinhamento das forças sociais que apoiavam a sua administração. Concomitantemente, é feita a descrição da organização internacional desses intelectuais orgânicos, sua formulação de diretrizes políticas seus canais de tomada de decisão e suas estratégias de ação pública e reservada direta e indireta.” (DREIFUSS. **A Conquista do Estado**. SP: Ed. Vozes, 1964, pg. 162).

⁴ História do Trabalhismo Brasileiro. **Rede Brasil Atual**. Instituto João Goulart. 16/07/2010. <http://www.institutojoaogoulart.org.br>.

Tal participação lhe valeu a confiança, em 1967, dos militares de plantão que também haviam participado, com Delfim Netto, dos institutos IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), os quais vão lhe atribuir amplos poderes á frente dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, neles permanecendo desde o período Costa e Silva (1967 a 1973) até o de Garrastazu Médici (1974 a 1978).

Em 1967, já empossado Ministro da Fazenda, agrega ás suas atribuição burocráticas, uma de outro teor: a de apanhador de contribuições em dinheiro junto ao grande empresariado paulista e nacional, com a finalidade de financiar a reestruturação de uma polícia paramilitar subordinada ao Exército Brasileiro, mas com outro viés definido: a de organizar uma força especial composta por homens de todas as forças policiais do país, com o objetivo de impedir a propagação de qualquer questionamento ao bonapartismo e aos *gestores do capital* que estava em curso. Tal organização de caráter clandestino seria mais tarde, conhecida como Operação Bandeirante (OBAN) e suas ramificações, os Esquadrões da Morte.

Era uma atribuição um tanto quanto estranha para um Ministro da Fazenda, mas na qual ele Delfim Netto se empenhou, visando neutralizar qualquer oposição e principalmente tirar da cena brasileira tudo o que expressasse alguma representação sindicalista ou que tivesse caráter popular, e que pudesse ser associado ao período trabalhista de Getúlio a Jango.

Configura-se assim, a partir da análise de documentos empíricos, o que Chasin demonstra terem sido - a autocracia e o bonapartismo -, as motivações para conspirarem e assumirem o Estado:

Autocracia e politicismo, longe de serem contingentes ou restritos a um momento histórico singular, são determinados pela atrofia histórica e estrutural do capital e da burguesia de via colonial, retardatária, conciliadora e subordinada, economicamente liberal, mas sem aspirações democráticas. Estreiteza econômica e conseqüentemente política que lhe inviabilizam o exercício da hegemonia sob forma democrática – que exigiria a integração e participação de todas as categorias sociais – e deixam-lhe apenas duas alternativas para sua dominação: a ‘truculência de classe manifesta’ – o bonapartismo, expressão armada do politicismo –, ou a ‘imposição de classe velada ou semivelada’ – a autocracia institucionalizada, expressão jurídica do politicismo. A alternância entre estes dois polos pode ser observada tanto na última ditadura militar e sua posterior ‘abertura’, quanto na sucessão do Estado Novo pela assim chamada “redemocratização” de 1945/46. (CHASIN, José. **A Miséria Brasileira**. Ed: Ad Hominem. 1998. pág. VIII).

O que chama a atenção e que motivou o presente estudo sobre essa figura pública é a constante divulgação de sua imagem como um burocrata que teria

atuado de forma isenta em face às políticas desencadeadas pela autocracia bonapartista, sendo muito reconhecido somente como o “homem importante do milagre econômico do Brasil”, distante de pesadas outras considerações como a do arrocho salarial, a violência do Estado, a miséria, o êxodo do campo com o crescimento demográfico das periferias, a marginalização e a violência nas capitais do país - tudo isso num abreviado período de tempo.

Desse modo, pode-se considerar que o Economista, Contador e Professor da FEA-USP, trabalhou com ardil na construção de uma autoimagem pública de competência e pragmatismo, e que ainda defendia ser ele supostamente isento de “ideologia”.

Mas observa-se que, sendo um homem com poder e força para influenciar empresários e militares no poder, foi além, agindo como o próprio ideólogo da classe proprietária, dos grandes conglomerados empresariais em seus vários segmentos, e conseguindo, inclusive, vultosas quantias em dinheiro dos institutos onde atuava, para as forças armadas enfrentarem uma guerra contra inimigo interno que, para a autocracia bonapartista era o próprio povo.

Assim, apesar de toda essa pesada e comprovada influência, soube construir para a posteridade, uma imagem de ideólogo e tecnocrata á parte de todos os estratagemas montados para levar adiante os preceitos da autocracia do capital e do bonapartismo que se instauram principalmente nos anos do pós-golpe militar de 1964.

Além de sua participação como o homem forte do bloco de poder do Estado Nacional, representante de proprietários de multinacionais e de algumas empresas nacionais que necessitavam do caminho livre para uma continua implementação do processo de acumulação capitalista pautada na meta de industrialização com desenvolvimento acelerado e oligopolização do capital financeiro, aliada a uma política de segurança máxima, Delfim almejava mais poder, o que também significava ter um caminho livre de críticas e contestações para programar e ampliar todo um contexto econômico que ele tinha edificado para uma restrita classe proprietária associada ao capital internacional. Mas para entendermos que a ideia de um milagre econômico não era nova na cena brasileira, Chasin nos aponta para as velhas questões históricas e suas motivações:

“toda a história brasileira é “rica” em ditaduras e milagres” e pobre em soluções democráticas efetivas. Identificam nos “ciclos” econômicos que marcaram

tanto a atividade mais estritamente agroexportadoras quanto a acumulação industrial, outros tantos “milagres econômicos”...

“De sorte que o” “milagre econômico” que se desenvolveu entre 1967 a 1973 – o mais curto deles – tanto quanto sua crise iniciada em 74, não se mostram como uma novidade na história brasileira, mas ao contrário, como reiteração de uma de ser que gestada no período colonial, evidencia suas características à luz da configuração mais complexa e desenvolvida. Do mesmo modo que a presença dos “milagres”, também a das ditaduras se impõe a observação, desde as formas políticas assentadas sobre a mão de obra escrava, até o último século republicano de nossa história, cuja maior também decorreu debaixo de formas ditatoriais de poder político, mais claras umas (O Estado Novo e a última Ditadura Militar), mal veladas outras (A da Primeira República). CHASIN, Jose. *A Miséria Brasileira* Ed: Ad Hominem 1998. pág V.

Mais do que a mera constatação da presença simultânea de ditaduras e “milagres” Chasin aponta o entrelaçamento de ambos, explicando a determinação das formas políticas pela ordenação e acumulação e andamento socioeconômicos.

Dessa forma, o que nos motivou nessa pesquisa sobre Delfim Netto foi que o mesmo conseguiu edificar uma blindagem para si próprio e um “sofisma” sobre a realidade histórica brasileira, e tudo aquilo que incidiu sobre sua responsabilidade no período conhecido como sendo dos “Anos de Chumbo” da nossa história, e que até os dias atuais não lhe seja atribuída nenhuma responsabilidade pelo grande custo social, como fome, epidemias, tortura, mantenedor de grupos paramilitares, desaparecimentos de pessoas no campo e nas cidades; mas que foram encarados pela maioria da sociedade brasileira no máximo como caso de polícia, mas pela burguesia Autocrata Bonapartista, como motivação de classe contra o inimigo número um do Estado. O Povo.

Assim, descobrimos na nossa empreitada um estadunidense pesquisador sobre esses procedimentos, econômicos, políticos e sociais brasileiros que incidiram ao longo da ditadura militar latino americana e nacional, - muitos deles de responsabilidade direta de Delfim Netto -, e as consequências sociais acarretadas pelo ardil econômico imposto para grande parte da sociedade brasileira, Philip Evanson, da Universidade de Filadélfia⁵, comenta que os ditadores no Brasil foram os principais responsáveis por:

⁵ Professor de Estudos Brasileiros da Universidade de Filadélfia. EUA.

(...) um aumento significativo de crimes contra os direitos humanos, foram eles socialmente responsáveis. Contraíram empréstimos excessivos no exterior, estimularam a concentração de renda e o aumento da pobreza, implicando dramático crescimento da marginalidade nas periferias dos grandes centros urbanos. (EVANSON, Philip N. apud BLANC, Ano: Setembro de 2010, pág. 122)

Dessa forma, e com a isenção ideológica como gostam de expressar pelos lados de cá neste momento de confusas interpretações sobre o mundo real, o pesquisador norte-americano aponta para o resultado do famigerado “milagre econômico” imposto pelos militares e parte de civis proprietários conservadores e privilegiados pelo sistema desigual da hierarquia social, de classes, no Brasil, explicitando uma situação quase que irrecuperável para a grande maioria das pessoas, no processo da ditadura militar, com as mesmas questões das políticas econômicas de segregação construída pelo ideólogo civil e economista-contador da USP, Delfim Netto. Assim, ainda para acrescentar, e encerrar a contribuição do Professor N. Evanson:

O modelo economicamente adotado pelos militares veio criar uma estrutura social onde a divisão social de classe se acentuou em níveis alarmantes (...). No alto da pirâmide social estava a classe empresarial que fazia dinheiro com um mercado protegido (...) colocava sob submissão os consumidores internos, os quais pagavam muito por mercadorias de qualidade inferiores. Existiam ainda os lobbies políticos que se empenhavam em conseguir recursos públicos para empréstimos à empresários amigos. Tais privilégios levaram a exclusão diversas camadas da sociedade sem possibilidades de recuperação (EVANSON, Philip N. Apud BLANC.09/2010, pág.122)

Portanto, o objetivo deste trabalho aponta para o debate que visa ampliar os esclarecimentos sobre uma configuração histórica do Brasil e que se acentua na última ditadura, através do estudo da ação e da ideologia do economista e contador Antonio Delfim Netto. Procuramos demonstrar os elos intermediários fundamentais que efetuam a mediação entre o interior e o aspecto do objeto, baseado na experiência e na reprodução do mundo real, pensando no ajuste de várias determinações históricas encarnada no indivíduo social de Delfim Netto. Para tanto devemos ter o cuidado de evitar generalizações que podem levar a procedimentos ou ideias para serem usadas sem base sólida no entendimento histórico real.

Para a realização deste trabalho partimos dos discursos e das atitudes de Antonio Delfim Netto, mostrando a sua função social no contexto construído no Brasil da época. Amplia-se a análise a partir da formação social do pensamento ideológico do ex-ministro, que foi produzindo social e historicamente, permitindo ao

autor, pela objetivação da conexão interna que lhe é inerente, explicar as suas próprias hipóteses e a função social que cumpriu sua práxis.

Para tanto, devemos partir da análise imanente do texto delfiniano para expor, como lembra Maria Angélica Borges, que a natureza ideológica das obras dos intelectuais a serviço da autocracia do capital, como em Eugênio Gudín, entre outros, “aparece bem clara, sem necessidade de provas para os leitores”⁶.

É nessa perspectiva que nos debruçamos sob a singularidade da práxis e ideologia de Antonio Delfim Netto, apanhado o indivíduo no interior das suas construções históricas,(atitudes), ou seja, pautamos este trabalho na compreensão de que:

“a história não faz nada, ela não dispõe de grandes riquezas, ela não decide o combate! É ao contrário, o homem, o homem real e vivo, quem faz isso, possui tudo isso e decide esses combates; não é a história, podem estar certos disso, que usa o homem como meio para realizar – como se ela fosse uma pessoa à parte – seus próprios fins; ela é apenas a atividade do homem que vai em busca dele mesmo”. (MARX, Karl & ENGELS, F. **A sagrada Família** SP: Editora Moraes. 1996, pág. 116).

Compreendemos, assim, que as proposições de Antonio Delfim Netto têm características objetivas históricas, mas também expõem práticas imediatas de sua subjetividade ideológica que se manifesta concretamente nos conflitos burgueses entre os diversos setores sociais e que tomam uma posição nessa época em estudo anticomunista e anti-trabalhista na luta política de uma classe proprietária que tinha como meta a acumulação de capital sem barreiras.

A intenção deste trabalho é, portanto, integrar esforços para a realização de pesquisa histórica, desvendando os nexos postos a partir da construção humana no tempo. Isso, de modo que a história social abra para a possibilidade do estudo das ações dos sujeitos e indivíduos vivos e ativos, considerando sua cultura e suas impressões desligadas do determinismo econômico e do determinismo da arena político institucional. Porque, como afirma o historiador Eric Hobsbawm:

A história não pode decidir excluir nenhum aspecto da história humana a priori, embora optando, de tempos em tempos, por se concentrar em alguns e negligenciar outros. (. . .) Porém, basicamente, toda história aspira aquilo que os Franceses chamam de “história total”. O mesmo também acontece com a história social, embora, esta tradicionalmente tenha sido escrita em paralelo com a história

⁶ Maria Angélica Borges. *Eugenio Gudín: Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Educ. 1996. pág. 29.

econômica. Ao contrário da última, a primeira não pode achar que alguma coisa esteja fora de seu âmbito potencial (HOBBSAWM, Eric, **Sobre a história**. São Paulo: Cia das Letras. 1998, pág.123)

Contudo, considera-se o espaço e o papel do indivíduo na história e no combate social a partir de uma perspectiva histórica, pois, como argumentou L. Goldmann:

O conjunto múltiplo e complexo de relações humanas que envolve todo o indivíduo cria muito frequentemente rupturas entre vida cotidiana, de um lado, e seu pensamento conceitual e sua imaginação criativa, de outro, ou então só deixa substituir entre elas uma relação demasiado mediatizada para ser praticamente acessível a qualquer análise pouco precisa (GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**, 2ª edição. Rio de Janeiro. Ed.Paz e Terra.1978, pág. 07/08.)

Atenta ainda este historiador sobre a necessidade de se descobrir nos produtos ou complexos ideológicos, os modos de consciência social e a visão de mundo historicamente fundada que se encontra subjacente na subjetividade do autor. De uma maneira imediata, ela ressalta na tarefa do historiador para o seguinte:

A obra que ela estuda está escrita por um indivíduo que não está, a cada instante de sua existência no mesmo nível de consciência e de força criadora; além disso, este indivíduo está sempre mais ou menos aberto a influências exteriores e acidentais. Na maior parte dos casos o critério de coerência só pode aplicar em seus textos essenciais de sua obra, que nos leva à primeira das dificuldades dos obstáculos contra os quais deve-se chocar todo método puramente filosófico ou biográfico. Dessa forma, atingir a trama complexa de interação humana considerando o homem como verdadeiro sujeito de transformações sociais (**GOLDMANN, Lucien. Idem, pág.15/16**)

Delfim Netto, já conhecido no meio político, iniciou seu itinerário fazendo parte da burocracia civil militar, isso desde que fazia parte dos institutos conspiratórios como o IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – do Instituto CONVIVIUM do Padre Domingos Crippa na PUC-SP –, foi nomeado por indicação de Roberto Campos que também era do IPES, como secretário da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo no Governo de Laudo Natel, substituto de Ademar de Barros após sua cassação, mesmo após ter conspirado e apoiado o golpe, imposto pela junta militar com Castello Branco à frente no pós-golpe de 1964.

Autocraticamente imposta toda uma estrutura pela força, organizada desde os grandes cartéis internacionais e alguns nacionais a eles subordinados, aliados a uma política econômica gerenciada por Delfim Netto, desencadeou-se uma

acumulação de capitais de proporções inéditas neste país, a que o jornalista Alberto Dines fez referência anos depois, analisando as ações de Antonio Delfim Netto:

O todo poderoso mago do “milagre brasileiro”, o homem que inventou a fábula de um país rico num dos momentos mais tristes da nossa história. Delfim Netto foi a face civil da pretensa eficiência do regime militar, o mais longevo dos servidores da ditadura militar. Ao longo da sua permanência no poder atendeu magnanimamente a todos os pedidos das grandes empresas jornalísticas, tornando a imprensa um instrumento dócil e complacente do qual resultou a vergonhosa autocensura. (DINES, Alberto. **Observatório da Imprensa**. 20/08/1996. Edição nº 4)

Alberto Dines demonstra como se construiu a imagem de uma figura política eloquente que conseguiu edificar, principalmente pela jornalística escrita sobre ele, a ideia do “milagre brasileiro”, sem que sejam questionados, até o presente momento, todos os processos que foram onerosos para a quase totalidade da nação brasileira naquele momento.

Ou, conforme nos demonstra também (e atesta) o pesquisador Professor Antonio Rago Filho:

“São discursos oficiais, pois, que delinearão políticas gerais e específicas que afetaram a vida da nação em seu conjunto. A ideologia de 1964 manifesta nos discursos governamentais por sua própria natureza, implica em concepções, propostas e programas que intentavam moldar a totalidade da vida social a seu modo de ver desde a estruturação da organização do sistema produtivo e suas relações com o financiamento externo, o tipo de comportamento político subordinando o parlamento, controlando a lógica do executivo, assim como restringindo a liberdade de pensamento, de livre manifestação e organização, mas fundamentalmente objetivando o aniquilamento das organizações de esquerda, o cerco à resistência democrática das massas, tendo a excepcionalidade como regra constitucional e a tortura como violência edificante com a finalidade de reprimir, desorganizar e atemorizar os trabalhadores do campo e da cidade, para a objetivação de um novo ciclo de acumulação subordinada ao capital financeiro internacional (RAGO, A. Filho. **“A ideologia de 1964. Os gestores bonapartistas do capital atrofico”**.Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1998, pg. 01)

Ou seja, tratava-se de motivações de uma classe, atribuídas a toda a sociedade, para caçar de fato até a morte aqueles que questionassem o que estava em processo, a partir do que impuseram terror com torturas e desaparecimentos; confundindo e segmentando aqueles que trabalhavam e produziam a riqueza, mas historicamente sempre foram impedidos de usufruir minimamente de cidadania digna.

O pensamento do ideólogo autocrático bonapartista além de expressar a racionalidade de um segmento de classe, revela uma forma de intervenção na sociedade brasileira, que mesmo tendo alguma similaridade histórica de outros

momentos, é singular em sua processualidade, tanto pela prática política, como por aqueles que defendem o modelo de economia política desenvolvida no pós-golpe do bonapartismo de 1964, conforme se observa na reportagem de um grande matutino paulista, sobre a expansão do comércio e a intensificação dos fluxos financeiros mundiais durante o governo de Costa e Silva entre 1967 e 1973. Delfim Netto informa ao jornal, “adotou uma política de aumento dos gastos públicos e incentivou as empresas privadas e multinacionais a investirem na indústria, foram mais de dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil dólares em investimentos estrangeiros direto no período e, também para a infraestrutura do país, reduzindo juros e ampliando créditos” (**Folha Arquivo**. uol.com. br. 09/04/2009).

Nesse sentido, e para destacar o feito de nossa autocracia bonapartista do capital atrofico, o sociólogo Octavio Ianni apresenta uma reflexão importante, que demonstra como os indivíduos coletivamente têm edificado os ideais de poder com suas atitudes fazendo a história:

Ao mesmo tempo, ficamos conhecendo a maneira pela qual as atividades dos homens tomados individualmente e em grupo assumem significação coletiva e histórica. Ou melhor, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, esclarecendo os seus sentidos ou inculcando-lhes novas direções. Nessa linha de reflexão, verificamos como se dá a formação da consciência, em especial como consciência de classe e a consciência social individual conjugam-se e desencontra-se na produção de acontecimentos (IANNI, Otavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ed. Ática, 1988, pg.38)

O professor e sociólogo demonstra como uma categoria social organizada tem a capacidade de conduzir propostas, ainda que imediatamente sem estigma, mas que, no processo histórico, acabam por desvelar as verdadeiras intenções e contradições de classe pela busca do poder político do Estado. Na sua práxis em curso no Brasil, nos idos de 1968, com o catedrático de economia aparentando ser um isento construtor de teorias tomando as rédeas da economia política, tornava-se mais contundente nas ações políticas, cumprindo a incumbência de levar adiante o modelo de desenvolvimento associativo da economia acelerada com segurança máxima, conforme os moldes da autocracia burguesa que capitaneava o bonapartismo.

Delfim Netto foi um militante do IPES e integrou outros Institutos, sendo ideólogo principal daquele momento, pois tratava ele da economia política, ou seja,

da área responsável por alavancar um novo processo de acumulação dos capitais, e isso em dois períodos daquele cruel bonapartismo, o do Marechal Artur da Costa e Silva e o do General Emilio Garrastazu Médici até 1974. Apoiado pelo bloco de empresários com o viés econômico de desenvolvimento rápido e com uma estrutura militar disposta á contenção das massas, Delfim Netto estabeleceu a “consciência social prática” dos golpistas, materializando a ideologia dos empresários e de seus asseclas, e naquele momento de tensão histórica principalmente quase todos os generais do núcleo duro do poder. Para tanto, é interessante evidenciar aqui o segundo período bonapartista (O medicismo) mas com a sempre ajuda do Professor pesquisador Antonio Rago:

Desde sua fala na Escola Superior de Guerra – alias, jamais participara de qualquer curso em seu interior – o ditador Garrastazu Médici punha em relevo como sua meta principal, o desenvolvimento acelerado, com máximo de segurança, almejando a colaboração entre as classes sociais, sem que houvesse quaisquer indícios de resistência, combatendo o terrorismo de esquerda ou qualquer outra contestação política, com todas as suas energias. Crescimento econômico acelerado com violência edificante era o seu mote. Porém reconhecia que a situação da pobreza ainda permanecia. O povo passava mal. O crescimento do bolo não tinha redundado numa real distribuição de renda. O inchaço da economia não resolvera o problema da desigualdade social. Porém, como elevar a condição material da vida dos trabalhadores tornada cada vez mais aviltante se era a própria forma da produção quem determinava a forma de distribuição?”

VI- RAGO. Antonio. Crítica da Política Econômica da Ditadura Militar. In: A Ideologia. pág. 328.

Notamos então que o economista e contador Delfim Netto cumpriu a função de intelectual orgânico do bonapartismo, construindo um projeto em paralelo com a política disposta para seus fins. Foi portador de uma “consciência prática imperativa” “relacionada e articulada com o conjunto de valores e intenções que foram implementadas e colocada goela abaixo para a maior parte da sociedade brasileira”, e que nos ajuda na compreensão do papel que cumpre, a de um “intelectual orgânico” e é Gramsci, para o qual:

“todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm a função de intelectuais” sendo assim, historicamente se formam *“categorias especializadas para o exercício da função de intelectual” “atrelado a alianças de classe e setores sociais, no interior das sociedades compostas”* (GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. RJ: Civilização Brasileira 2000, pag. 18-19).

Tudo isso, enfim, nos remete às colocações de Marx sobre o tema, que demonstram as motivações dos homens reais no mundo real quando afirma que:

“São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc..., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e de modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que se possa tomar”. *‘A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o processo da vida real* (MARX & ENGELS. **A ideologia Alemã**. SP: Boitempo, 2007, pág. 87)

Assim, nas sociedades os homens ou alguns homens em seus segmentos sociais criaram para si próprios “organicamente”, como apresenta Gramsci, mais de uma camada de intelectuais que lhes deram conformidade e consciência próprias da função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político, compondo níveis para o exercício da superioridade, incursos em funções administrativas.

O intelectual ou ideólogo orgânico Delfim Netto acabou, portanto, seguindo as regras já criadas pelo seu antecessor na pasta da Economia, também conhecido intelectual orgânico, o ex-ministro do Planejamento de Castello Branco, Roberto Campos, principalmente se assemelhando quanto ao tratamento da questão salarial, onde havia sido criado, este, um mecanismo para não ocorrer pressão inflacionária com reajuste salarial ordenado por questões puramente técnicas.

Isto implicava em despolitizar as negociações salariais dos trabalhadores assumidas pelo próprio Ministério da Fazenda, o qual definira uma fórmula considerada neutra, pois, em princípio, a recomposição salarial era baseada na recomposição das perdas com a inflação e a incorporação aos salários do aumento de produtividade da economia nacional.

Na prática, a regra foi a da flexibilização, palavra que traduzida ao pé da letra significou historicamente perdas de ganhos salariais e de outros benefícios dos trabalhadores, o que nesse período foi extremamente cruel para os que produzem a riqueza dispendendo sua força de trabalho. Mas sempre com Chasin, que nos ilustra com uma reflexão sobre a perspectiva da classe trabalhadora com todo processo que estava em andamento:

“A análise chasiniana do “milagre” voltou-se à compreensão dos mecanismos que, se sustentaram o sucesso, para o capital, daquele ciclo de acumulação, determinaram também seu duplo fracasso: em primeiro lugar,

enquanto plataforma de resolução dos problemas econômico-sociais que afetam os trabalhadores, em segundo lugar, após curto período como ciclo de acumulação. A compreensão desse duplo fracasso é fundamental, seja para o entendimento do capitalismo forjado pela via colonial, seja para o estabelecimento de uma plataforma de lutas fundada na perspectiva do trabalho". "O capital Atrófico da via colonial à mundialização" **CHASIN, Jose. Ed: Ad. Hominem. Pág. V.**

Desse modo, Chasin nos aponta que foi na forma de forte opressão da classe trabalhadora que se chegou a acumulação de capital dos proprietários e associados, mas esses sempre dependentes de conjunturas econômicas externas, ou dois desacertos que *levaram ao duplo fracasso*.

Assim, com essa rígida alteração nas regras da permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho se exprimiu de fato no fim da estabilidade no emprego; uma velha questão que se arrastava desde Getúlio Vargas, e cuja insatisfação unia os diferentes segmentos da burguesia proprietária autocrática. Ou seja, no bojo da "flexibilização", a antiga estabilidade no emprego foi substituída por indenizações pagas pelos empregadores pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria a "virtude" adicional de ser fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho o governo interviu nos sindicatos mais ativos para evitar movimentos grevistas. (SCOLEZO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: as misérias da era neoliberal na década de 1990**. Doutorado, PUC-SP, 1990).

Outra estratégia utilizada por Delfim Netto e seu Ministério foi a divulgação de uma política de financiamento para as médias e grandes empresas instaladas no país, além de abrir o mercado nacional para investimentos bancários, criação de bancos de investimentos, bancos comerciais e financeiras. Tais reformas na política fiscal sobre o crédito, juntamente com as do âmbito trabalhista, foram justificadas como visando o combate à inflação (o salário dos trabalhadores causava inflação) e para garantir condições adequadas para que o setor privado promovesse a reforma do desenvolvimento econômico acelerado, sob a sua própria liderança. (ROCHA, Danielle Franco da. **Bancários e Oligopolização: avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964-1980)**. 2013. Doutorado. PUC-SP, 2013).

As medidas e estratégias, na visão de mundo bonapartista do ideólogo do desenvolvimento econômico acelerado, o Ministro Delfim Netto, deveria acabar com

os fatores que supostamente restringiam a iniciativa do empresariado, levando-os a uma postura inativa. Delfim sempre determinava, e ainda delibera, que é o “espírito animal” do empresariado (ou seja, não ter medo de arriscar e empreender) que deve estar sempre na “dianteira dos negócios”.

Assim, vamos pedir apoio para um grande estudioso dos problemas brasileiros para entender as motivações com as quais trabalhava Delfim Netto em termos econômicos para implantação e reprodução da vida por toda sociedade. Caio Prado nos aponta quais foram historicamente as reais intenções políticas dos economistas do Brasil.

Os economistas ortodoxos – em particular aqueles que entre nós têm a responsabilidade da condução de nossa política econômica, tal como verdadeiros cristãos novos – situam em sua ciência em plano semelhante ao das ciências exatas, como a Física, por exemplo, isto é, plano de alta abstração em que se manipulam unicamente umas poucas variáveis de grande generalidade rigidamente inter-relacionadas em termos monetários. Em outras palavras, o fenômeno econômico é destacado como algo que se sobrepõe a quaisquer outras contingências da vida real e evolução sociais, independe delas e se propõe em termos absolutos como forma universal e uniforme, no tempo e no espaço, do comportamento humano, no que respeita a produção, circulação, distribuição e consumo dos bens econômicos, isto é, objetos de compra e venda (PRADO Junior; Caio. **História e Desenvolvimento**. Ed. Brasiliense 1972, pág. 07)

Para o povo, o que sempre restou das políticas públicas econômicas impostas foi trabalhar, produzir em grande escala ou quantidade, e não ter como consumir o que produz, pois essa é voltada para exportar, e assim fazer com que grandes capitais acumulem dividendos a perder de vista, ou nas vistas de um milagre para outrem. E nesse mesmo mote nos aponta um estudioso sobre o Brasil conhecido como o brasilianista Thomas Skidmore, as contradições na políticas econômicas impostas por Delfim Netto:

“Por maior que fosse sua reputação como economista ortodoxo, Delfim Netto não hesitou em comprometer seus princípios e contradições para estimular o setor produtivo e também agrícola. Assim, como primeira medida, ele conseguiu que o Conselho Monetário Nacional abrisse mão dos impostos sobre produtos agrícolas. Em seguida estendeu esta vantagem a todos os insumos agrícolas que beneficiava diretamente grandes monopólios internacionais das indústrias químicas. Delfim Netto ainda convenceu o Conselho Monetário a aprovar taxas especiais de juros para esses segmentos que poderiam chegar a ter taxas negativas de juros”

SKIDMORE,Thomas.Brasil de Castelo a Tancredo.Ed.Paz e Terra 1988.pág.188.

Tais políticas internas como essa que acabamos por dimensionar, compuseram a fórmula que permitiu a Delfim Netto, agora diferentemente de seu antecessor, acertar o passo da economia promovendo o desenvolvimento acelerado, a acumulação capitalista associada, respaldado na segurança institucional máxima (não ter barreiras ou críticas) e que contou ainda com condicionantes externos favoráveis para o “milagre econômico”, gerando o próprio denominado “milagre econômico” para uma específica classe proprietária dos meios de produção.

O momento era então de entusiasmo para pequena parcela de capitalistas proprietários, pois a economia mundial crescia aceleradamente, quando os principais centros financeiros eram a Europa e os Estados Unidos da América do Norte. A grande vantagem desses mercados é que não eram controlados por autoridade alguma, nem mesmo pelo governo dos EUA, emissor do “dólar”, a moeda mais negociada nesses mercados. Entre os anos de 1964 a 1973 os mercados dos EUA e da Europa cresciam a altas taxas de acumulação em euro-moeda (36%) saltando de 12 bilhões de dólares em 1946 para 191 bilhões de dólares em 1972. Assim, o cenário internacional era favorável às medidas tomadas no plano doméstico, visando facilitar a entrada de investimentos. A isto se aliava a continuidade da Guerra Fria que expressava a polarização do mundo entre “comunistas” e “capitalistas”, instaurada desde o fim da segunda grande guerra, mas que, essencialmente, significava a expansão imperialista das multinacionais, capitaneada pelo conglomerado industrial norte-americano. Nos idos de 1953, ficou famosa a fala do então secretário de Defesa dos Estados Unidos, Charles Wilson, o qual fora presidente da Companhia General Motors, á época uma das gigantes desse conglomerado para o qual: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para a GM é bom para os Estados Unidos e vice-versa” (PAULO NETTO, José. **Pequena Historia da Ditadura Brasileira**. São Paulo:Cortez, 2014, pg. 20).

Internamente, não bastasse a suspensão dos direitos civis, a falta de unanimidade, mesmo no interior da burguesia, quanto às medidas em curso, levou a um endurecimento maior do bonapartismo, que restringiu ainda mais o grupo

autocrata associado ao capital internacional que se beneficiaria delas, isolando do poder muitos dos políticos empresários e civis liberais que haviam participado do golpe de 1964. A partir da edição do AI-5, o comando do poder político passou para as mãos dos militares. É interessante notar que: “No governo Castello Branco oito ministérios estiveram nas mãos de civis e três nas mãos de militares; no governo Costa e Silva, nove ministros eram civis e quatro militares; no governo Médici, onze ministros eram civis e quatro militares; no governo Geisel, dez ministros eram civis e quatro militares; e no governo Figueiredo, onze ministros eram civis e quatro militares” (MARTINS, Carlos Eduardo. **O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente**. Blog da Boitempo).

Mas o “núcleo duro” da política econômica ficou a cargo de civis representantes do grande empresariado nacional e associado. Capitaneados por Antonio Delfim Netto na pasta da Fazenda e do Planejamento, este cumpriu com precisão a meta de ampliar a subordinação ao imperialismo, dentro do “esquema associativo”, ou seja, levar a cabo uma “política de capital financeiro, segundo Jilferdin e Rosa de Luxemburgo. “É o deslocamento do âmbito econômico para a esfera do poder que define o imperialismo” (COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos Homens**. RJ: Brasiliense, 1983, pg.18).

Buscamos assim analisar como este catedrático de economia, dissimulando ser um construtor de teorias, formado pela USP, toma as rédeas da economia política no Ministério da Fazenda e conduz a implementação do “modelo de desenvolvimento associativo da economia brasileira” amparado pela nova constituição, que tornara o poder legislativo mais forte, expressão apenas de uma forma nova dentro do velho contexto político econômico e social de poder sobre a sociedade. De fato, estava-se edificando outro novo patamar de acumulação de riquezas internacional e nacional; aprofundando a dependência e a desigualdade entre as classes, e ainda aliada às forças políticas internas do próprio país.

O mais grave é que se construiu um modelo de política econômica que acabou por colocar o Brasil em uma posição privilegiada na América Latina, globalizados e alinhavados com as políticas imperialistas dos EUA e também Europeia, e que ainda nos passou a tornar-se referência para as outras nações

Latino Americanas. Sobre essa questão o grande economista Celso Furtado, que também foi cassado por suas ideias liberais no sentido clássico, analisa nossa história:

“Que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação? A ninguém escapa que o espaço em que atuamos para prosseguir na construção do Brasil reduz-se a olhos vistos, ao mesmo tempo em que cresce a importância da variável política” (FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer**. SP: Paz e Terra, 1998, pg.16).

Celso Furtado apresenta assim como a interferência dos capitais centrais internacionais estava na ponta das decisões políticas internas, e como a sociedade ficava cada vez mais apartada daquilo que produzia, se distanciando como classe distinta no Brasil. Para tanto, e para nos referendar sobre o que estava sendo gestado continuamos com nossos ilustres professores pesquisadores: Antonio Rago e Francisco de Oliveira.

“A centralidade das medidas econômicas levadas a cabo por Delfim Netto estava na retomada de um processo de acumulação de capital com financiamentos estrangeiros de forma a tornar o país subordinado, mas com uma fase de acumulação que beneficiaria os grandes proprietários que se reorganizaram no poder do Estado e deram sustentação a essa nova etapa de “modernização excludente” Rago Antonio Filho. *Gestores do Capital Atrófico*.1998.pág.55); e sem nenhuma preocupação quanto a distribuição de renda ou pela resultante de exclusão de quase totalidade dos segmentos da sociedade. **Oliveira.Francisco.Economia da Dependência Imperfeita.SP. Graal 1980.pág.46.**”

Em nome do controle da inflação do saneamento das finanças, os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional formaram a capa da impunidade que encobriria os métodos empregados pelo bonapartismo e que serviram como fundamentos para Delfim Netto em suas medidas como ministro da fazenda do regime autocrático bonapartista militar.

Desde o golpe de 1964, a alteração do poder e da política no cenário brasileiro, tinha uma orientação clara: impor novas metas políticas que articularam a reorganização dos setores da economia, particularmente o parque industrial; com medidas de maior controle sobre os trabalhadores, beneficiando assim a parte da sociedade civil organizada ligada à produção, mas principalmente a de nível técnico, o que significava que os novos ministros, pontualmente, deveriam imprimir políticas

mais dinâmicas ou uma maior velocidade no método de acumulação capitalista das classes sociais já privilegiadas historicamente no Brasil.

Este é o sentido exato do nacionalismo referido pelo Marechal Arthur da Costa e Silva em 15/03/1967 como presidente e, mas que em 1965 já proclamava: “A revolução veio para permanecer”.⁷ E na sua posse em 1967: “Nossa meta é o homem” “Preparar os homens de amanhã para uma democracia autenticamente nossa”⁸.

Em nome da democracia Costa e Silva estabelece uma nova ordem jurídica e empreende as indispensáveis reformas de estrutura socioeconômica, iniciada com a reestruturação dos ministérios, convocando seis técnicos civis, sendo dois deles professores da USP: Gama e Silva, professor de Direito do Largo São Francisco e Antonio Delfim Netto professor de economia da Universidade de São Paulo.

O novo governo militar vai colocar nas mãos desses ministros todos os setores ligados diretamente à execução política, simpáticos à promoção do desenvolvimento acelerado do país de forma associativa e subordinada ao capital internacional. Assumindo o Ministério da Fazenda, considerado um setor importante para o novo governo e para a sua nova política econômica, o Professor de Economia da FEA-USP, Antonio Delfim Netto; sua responsabilidade se estende ao Ministério do Planejamento e da Indústria, ou seja, o novo Ministro da Fazenda desponta como o líder de toda a área econômica. O discurso seria que caberia a ele, Delfim Netto, elaborar políticas econômicas que respondessem em curto prazo às necessidades da vida cotidiana dos brasileiros. Era então o ideólogo da classe autocrática bonapartista, ou o czar da política econômica do Brasil.

O poder concentrado pelo novo ministro era enorme, o qual também era jovem de idade, tinha apenas 38 anos. Costa e Silva confiou a Delfim Netto tudo o que envolvia as políticas econômicas para um desenvolvimento acelerado do país,

⁷ Mensagem de Artur da Costa e Silva pelo recebimento de comenda militar do Exército. Discurso de posse proferido em 03.10.1966. Na Câmara dos Deputados. Enciclopédia Nosso Século.V.09, pág. 153.

⁸ Pronunciamento no Congresso Nacional pela posse de Artur da Costa e Silva como Presidente do Brasil em 03.10.1966. Discurso de posse proferido em 03.10.1966. Na Câmara dos Deputados. Enciclopédia Nosso Século. V.09, pág.153.

sob a tutela militar e, de que resultou a particularidade referida pelo Professor Pesquisador Antonio Rago Filho:

Um sobrevoo na década de 60 revela momentos decisivos nos rumos da evolução nacional, com mudanças bruscas e violentas – no interior do afloramento das contradições sociais – que se seguiram à vitória e à consolidação da autocracia burguesa, em sua forma bonapartista no pós-golpe de 1964. Sob este signo venceras! (RAGO Filho, Antonio, **A estrutura ideológica da Autocracia burguesa**. 2007, pág. 157)

Os discursos políticos de quem detinha poder para tanto não foram traduzidos em melhorias efetivas na vida real da maioria dos brasileiros, ao contrário, as contradições se acentuaram descaradamente, sob a batuta dessa composição bonapartista, cuja composição fica clara na analítica do nosso já citado acima professor Antonio Rago:

Se aos militares, repetindo a cantilena conservadora, coube a obediência cega à hierarquia, a preservação da ordem e a defesa da soberania nacional – particularmente da segurança nacional no seio da guerra permanente contra o comunismo internacional – concretamente sua radicalização, assim como das frações do capital e seus intelectuais orgânicos, se deve ao ascenso das massas balizadas por reformas estruturais (RAGO Filho, idem, pág.157)

A dura forma com que foi tratada a sociedade pelas forças policiais do Estado Brasileiro e de forma generalizada, não deixou espaço para outra situação a não ser a da espera pelas reformas que nunca chegaram. Ante a sua própria fragilidade a burguesia segmentada dada a natureza subordinada e dependente da economia, necessita respaldar-se nas forças armadas para promover as reformas necessárias ao desenvolvimento do próprio capitalismo, particularmente quando os setores populares organizadamente expressam suas demandas.

De fato, era um momento de grande inquietação, tamanha a crise para a maioria da sociedade brasileira, o que incomodava muito a uma pequena fração já muito privilegiada historicamente. Assim para compreendermos melhor as condicionantes do momento em estudo, vamos novamente com Rago que expõe a seguinte situação:

Não se trata, pois de avaliar o passado com olhar politicista⁹ do presente que dilui a perspectiva da revolução social numa cidadania universal e promove uma disjunção abstrata, acentuando que as lutas sociais deveriam reconhecer o primado do valor universal da democracia sobre as reformas estruturais (RAGO Filho, 2004, p. 156)

Por isso o núcleo duro do poder usou de todas as forças armadas, incluindo-se aí suas polícias, além para conter as massas e suas demandas, e que mantém o bonapartismo por mais de vinte anos.

Delfim Netto, já como Ministro da Fazenda, e entusiasta do golpe de Estado de 01/04/1964, apresenta-se para o que veio. Em discurso em um seminário na Universidade de São Paulo, reproduzido na Revista de Finanças Públicas XXVIII, nº 275, setembro de 1968, afirma: “Uma manifestação maciça da sociedade contra um Estado de coisas vigentes. Resultou, portanto, no consenso da coletividade”.

Ainda sobre seus discursos, temos um outro que aponta sua visão de mundo para o jornal, *O Estado de São Paulo* e que pontuava o que seria seu Ministério: “Não vamos sacrificar a meta de desenvolvimento econômico apenas para passarmos a história como o homem que acabou com a inflação a qualquer custo” **(O Estado de São Paulo. 30/11/1969, pág. 08.**

Dessa forma temos o entusiasta da Revolução de 1964 apontando ter sido a sociedade que determinou todo o processo histórico que se seguiu e suas motivações como Ministro, pois estará ele defendendo a própria inflação e também o endividamento do Brasil, que chegaria na casa dos bilhões de dólares ainda na década de setenta.

Além das questões econômicas, lhe foi dada também a atribuição de reunir o grande empresariado paulista e nacional com a finalidade de que esses financiassem uma força policial ou grupos paramilitares afinados com o bloco de poder. Organizados pelo exército tais forças armadas funcionaram á revelia dos

⁹ CHASIN, Jose. “A determinação ontonegativa da politicidade”. **Ensaio**, São Paulo. Finalidade histórica do fenômeno do politicismo, na história brasileira, transformada em arma consciente da burguesia autocrática e instrumento manipulatório dos gestores do capital atrofico, ao conduzirem as oposições para o campo de sua própria auto reforma política, deixando intocáveis a estrutura econômica subordinada, a anatomia da sociedade, a forma particular da organização produtiva baseada na superexploração da força de trabalho. Reflexões Chasinianas, ancoradas na filosofia marxiana. Modo ontológico da determinação ontonegativa da politicidade. “A política como autodeterminação na forma da alienação”. **Revista Ensaio, 2000, n 1.Tomo 3. Política, pág. 34.**

preceitos legais, principalmente, atuando para controlar os que questionavam os ditames bonapartistas. Delfim Netto promoveu o pedido da colaboração de todos a quem interessava aquele estado de coisas, para o que ele mesmo chamou de “limpeza ideológica”, atraindo capitais vultosos. Para ele, tratava-se de sanear os cofres públicos com problemas sendo preciso colocar a situação das massas questionarem sob controle.

Conforme já apontado pelos especialistas, a crise que se abatia sobre o país tendeu a se aprofundar exatamente em decorrência das políticas levadas a cabo pelo Ministro. Ou seja, tinham causa exatamente na contradição entre o discurso do enriquecimento da nação e o crescimento econômico. Este ocorrera de fato, mas somente para uma fração privilegiada da sociedade, enquanto levava multidões para uma situação de penúria, pois não houve distribuição dos frutos daquele progresso econômico, o milagre não foi alcançado por aqueles mesmos que o promoveram na realidade, com o dispêndio de sua força de trabalho.

Dadas tais evidências da importância de Delfim Netto, que nos debruçamos em estudar criticamente o período em que ele foi Ministro da Fazenda, com poderes para intervir na organização do apoio civil ao governo militar de Arthur da Costa e Silva e Emilio Garrastazu Medici. A importância de sua atuação na transformação econômica ocorrida na história recente do país, principalmente a partir de seus atos e discursos, justifica a necessidade de estudos que exponham os emaranhados relacionamentos entre o Ministro da Fazenda, os civis e os militares. Antonio Delfim Netto forma a imagem de um homem isento de ideologia, mas a pesquisa demonstra seu total imbricamento com os estratagemas montados para levar adiante os princípios da autocracia burguesa respaldada pelos militares no comando do poder político. Mas quem nos demonstra essa falácia de isenção ideológica é o grande pensador *Istvan Meszaros*:

“Foi assim que as múltiplas variedades do novo discurso ideológico ficaram em voga após o desaparecimento da tese simplista do “fim da ideologia” em virtude de sua capacidade para chamar atenção sobre as contradições “culturais” vagamente definidas, quando a persistência obstinada da ideologia e o reaparecimento dos desagradáveis conflitos de classe não poderiam mais ser ignorados ou negados. Dessa maneira, as ideologias adaptadas às novas circunstâncias podiam assumir uma postura levemente

crítica com relação às manifestações superficiais do sistema em crise, sem sujeitar à crítica real dos antagonismos internos fundamentalmente explosivos da ordem estabelecida.” **MESZAROS.Istvan.O Poder da Ideologia.Ed:Boitempo.2004.pág.105**

Dessa forma o professor Istvam Meszaros nos aponta que são as atitudes no desenrolar das necessidades de classe que constroem as práticas culturais ideológicas e que ***no decorrer dos desenvolvimentos históricos e para a realização de algumas potencialidades de preferência a outras.***

Desde as décadas de 1950 a historiografia aponta a radicalização de um grupo de militares suplantando os altos paredões dos quartéis para acompanhar de braços enlaçados as forças políticas e sociais rumo ao golpe de 1964. (OLIVEIRA, Nilo. **A configuração de um sistema de repressão nacional no Brasil na década de 1950 (1956 a 1961)**. Doutorado. PUC-SP, 2012).

De fato, desde o governo de Castelo Branco perpassando por Marechal Costa e Silva até o término da ditadura, os militares não representavam apenas as forças das três armas nem tampouco só do Exército de onde provinham. A articulação entre o poder das armas e a dos civis visando implementar o novo processo de acumulação de capitais foi promovida através por tal articulação e o principal agente da implementação dessas políticas foi Delfim Netto. Sua nomeação comprova a consolidação da relação entre os militares e parte do grande e médio empresariado vinculado ao capital internacional, e são esses os autocratas que, hegemonicamente, encerram, á sua moda, os pesados embates iniciado nos anos de 1950.

Ao Ministro da Fazenda Delfim Neto coube a função de ajustar os rumos da economia e do planejamento conforme os interesses deste segmento da classe empresarial, aumentando os incentivos fiscais e segurando a inflação a partir de uma política de dilapidação dos salários dos trabalhadores, aprofundando a política econômico-financeira imposta desde o período de Castelo Branco com Roberto Campos a frente da pasta do Ministério da Fazenda. Intensificou-se a estabilização dos sistemas produtivos nacionais em detrimento do trabalho, da empresa nacional e da própria sociedade, em nome de um discurso dito moderno, mas que não rompia com subordinação do capital internacional e que deprimiu as condições de vida dos

trabalhadores que tiveram uma atuação decisiva na história do país, por sua participação na construção da riqueza nacional.

Concomitante as forças armadas impõem a ordem, cerceando as liberdades civis, reprimindo qualquer demanda dos trabalhadores, impedindo as críticas, divulgando uma imagem de tranquilidade e segurança que tornassem atrativos os investimentos dos capitais multinacionais aqui no país.

Um dos aspectos que aparenta ser contraditório, particularmente nos primeiros anos da ditadura e em continuidade nos denominados “anos de chumbo” (1968-1974), foi o das cassações de mandatos de parlamentares apoiadores do próprio partido do governo, a Arena, no interior da repressão.

Com as alterações de quadros políticos e das políticas em curso, em 1969 o presidente empossado Marechal Arthur da Costa e Silva, inicia seu mandato substituindo vários ministros. É nesse momento que nomeia para a pasta da Fazenda uma pessoa com a qual seu antecessor (Castelo Branco) não simpatizava muito, o contador e economista Antonio Delfim Netto, empossado em 17/03/1967, que chegava, assim, vinculado ao quadro da linha dura. O ex-funcionário da multinacional Gessi-Lever, secretário do Estado de São Paulo e Professor de economia da FEA-USP, que circulava com facilidade no meio político e empresarial paulista e nacional tinha o perfil ideal para assumir função na burocracia de Estado Nacional implementar a política que beneficiaria o segmento hegemônico que assumira o poder.

Assim, Delfim Netto, como era mais corriqueiramente tratado por onde circulava, e ainda hoje, é incorporado com o status de super ministro, pois passou a ter também o controle do Ministério do Planejamento e da Indústria, além de outras atribuições que, aparentemente, eram estranhas ao seu ofício, como a de angariar recursos para a articulação de forças de segurança, paralelas às oficiais.

Outro aspecto que se destaca na atuação deste superministro é que este também cumpriu o papel oficial do otimismo, fazendo veicular uma publicidade muito positiva, de melhoras em todos os níveis de vida da sociedade, mas que não

coincidia com a realidade vivenciada pela maior parte da sociedade brasileira. O que destacam os periódicos de grande circulação e que é apontado de forma negativa pela imprensa mais crítica e menos popular são as contradições entre a propaganda de Delfim Netto, e os dados da realidade que não convergiam para o que era dito, causando grande inquietação.

Trata-se de uma propaganda na grande imprensa, um discurso sobejado e complicado e de difícil compreensão para a maioria das pessoas, sobre um crescimento econômico oficial, enquanto os números constrangedores não eram apresentados para a sociedade, nem na grande imprensa, e quando colocavam a questão, fazia-no muito timidamente.

O fato é que estava em formação uma conjuntura política de industrialização e modernização do parque industrial e do setor agrícola e conseqüentemente um complexo político que privilegiaria a concentração da renda, implementado particularmente durante o governo de Costa e Silva. Desta maneira o que esteve em marcha era um desenvolvimento que se desobrigava inteiramente da economia nacional centrada ou auto sustentada, e que naquele momento como agora, tinha como base o grande capital com a técnica aperfeiçoada da produção e ainda voltada para o mercado externo. *A Velha nova Cartilha*. Delfim Netto, Ministro da Fazenda programou políticas que priorizavam a renovação do parque tecnológico, implementada conforme as necessidades apontadas pelos países de capitalismo central.

A historicamente velha, mas sempre renovada cartilha de exploração dos países pobres: retirarem a matéria prima ou mesmo implantar indústrias nos países pobres, com processos produtivos eficazes para uma acumulação rápida. Isso graças a uma aliança de proprietários latifundiários, industriais, multinacionais e o Estado Militar Brasileiro à frente.

As conseqüências políticas desses atos seriam observadas principalmente para quem estivesse atento aos resultados dos atos políticos impostos á realidade nacional: a concentração da renda e da propriedade da terra, o super endividamento externo, a expulsão de famílias do campo, o desemprego, o adensamento urbano

das periferias, empobrecimento, violência de estado, ausência de liberdades essenciais. Todos esses dados naquele mesmo momento já eram denunciada pela chamada imprensa alternativa, que aponta principalmente, as contradições contidas nos discursos do Estado militar e do ministro Antonio Delfim Netto.

Dessa forma, foi-se aprofundando a vulnerabilidade de uma organização social estranha a ela mesma, com a maioria da população mantida alheia a tudo que estava em construção pelos detentores do poder, enquanto parte da classe média coadunava com o que estava sendo imposto. Para se chegar a tal conclusão, basta ler as opiniões de grande parte da classe média sobre a ditadura e sobre o próprio ministro Delfim Netto, naquele momento, ou até o presente: são opiniões desencontradas, muitas vezes positivas ou medianas e até saudosistas sobre esse duro período da nossa história.

O tamanho do drama que estava em andamento pode ser visualizado analisando-se a contradição entre os discursos e as práticas do superministro os quais não convergiam com o que ocorria para a maior parte da sociedade. Observa-se, portanto, que o mesmo foi conseguindo o inimaginável: manter-se isento do contexto político imposto sobre a maior parte da sociedade e para a história do país. Ou seja, representou e consolidou os interesses de uma única classe social em detrimento da maioria da sociedade brasileira e saiu impune.

Esse foi sem dúvida o grande feito de Antonio Delfim Netto: ainda arregimentar toda uma infraestrutura da sociedade e do Estado para favorecer uma pequena parcela com um discurso de crescimento econômico, e manter uma parte significativa dessa sociedade, que correspondeu a maioria da população, até os dias de hoje, alheia sobre todo este papel que ele cumpriu. O incentivo à concentração e à mecanização do cultivo da terra, expulsão de grandes levas de trabalhadores do campo para as capitais, e mais, a transferência de tecnologia secundária dos países mais desenvolvidos para a industrialização, as medidas que levaram à concentração de renda, à continuidade de um processo inflacionário que afetava principalmente os assalariados, as alterações nas regras trabalhistas que mantiveram milhões de brasileiros desempregados que funcionavam como um exército industrial de reserva foram capitaneadas por este Ministro que soube aplicar com maestria os preceitos

discutidos com os articuladores do golpe, desde o início dos anos de 1960, no interior de institutos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Associado tudo isso á forte repressão militar tendo o povo como inimigo número um, tornou o país por um curto período, atrativo aos investimentos estrangeiros, particularmente o financeiro de caráter especulativo.

Os discursos ufanistas do Ministro Delfim Netto expressam que este soube tomar para si o mérito do “milagre econômico” e, agindo como um representante dos segmentos autocratas, coube-lhe também transmitir para a opinião pública a isenção dos civis quanto “ao trabalho sujo de limpeza da sociedade”, levado a cabo nos porões da ditadura militar pelos agentes do Estado lotados no Serviço Nacional de Informações (SNI). Da mesma forma soube criar a imagem de isenção quanto á censura que impedia a divulgação das mazelas sociais e quando ocorriam apareciam como de responsabilidade da população pela pobreza a que se viam reduzidos: o crescimento das periferias degradadas que ampliam as fronteiras dos grandes centros urbanos, para onde se deslocam ás centenas, os trabalhadores de todos os rincões do país em busca de algum trabalho. As levas de migrantes fugindo da seca, que aparece como um mal da natureza geográfica do país, e seus retirantes, desvalidos do destino. A precarização do trabalho que transfere para o trabalhador a culpa pela demissão, pois não atinge os padrões de produtividade exigidos, e que camufla na realidade, o crescimento da informalidade nas contratações. Os deslocamentos populacionais que se verificaram nessa época que denotam as migrações para as distantes áreas das periferias das grandes cidades que os recebem sem mínima infraestrutura e fazendo irradiar pelas capitais de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Recife e Salvador onde dezenas de favelas expressam mais um aspecto do processo de exclusão histórica do país, além de transformar a paisagem geográfica aumentando a densidade demográfica dessas fronteiras, separação social com repercussões desfavoráveis e quase irrecuperáveis até os dias atuais.

Assim, o essencial na contradição entre o discurso e a prática governista não estava aí, mas sim na contradição entre o discurso ufanista e a real condição de vida da maior parte da sociedade que trabalhou muito para manter-se dignamente e

que possibilitou os positivos índices do famoso PIB, junto com Alemanha e Japão o Brasil; fazia parte dos três países que mais cresciam no mundo ocidental do pós 2ª guerra entre os final da década de sessenta e início da década de setenta.

Mas para compreendermos um pouco do funcionamento da economia, um Jornalista de temas econômicos conhecido como Bernardo Kucinski nos ajudara a ter uma percepção sobre as políticas econômicas que foram defendidas e colocadas em ação por Delfim Netto:

“Adam Smith,(*05.06.17//+17.07.1790) que viveu no período da Revolução Industrial atacou os fundamentos do mercantilismo, sugerindo que a troca internacional de mercadorias podia ser vantajosa para as duas partes, ao permitir que cada economia se dedicasse apenas àquilo que podia produzir a um custo menor, Meio século depois David Ricardo refinou ainda mais esse raciocínio. Mas a ilusão de que um país cria riqueza ao exportar mais do que importa sobreviveu como ideologia e ainda domina a percepção do balanço de pagamento entre economistas, políticos, e jornalistas, fazendo parte ao mesmo tempo do senso comum. Nesse tipo de transação involuntária, forçada, o comprador é a vítima de uma espoliação e a troca se constitui num ato de violência monetária, uma violência invisível, operada no bojo de uma relação de dominação. Ricardo argumentou que o comércio espontâneo entre dois países ou entre dois agentes econômicos só pode ocorrer se for vantajoso para os dois e não apenas para um – Uma obviedade -- , ainda que um possa ganhar mais que o outro.Mas o grande detalhe melhor observado depois de muito estudo foi do filósofo e pensador Alemão Karl Marx que demonstraria não estar no ouro proveniente da exportações o fator de fortalecimento de um país ou de enriquecimento de seus capitalistas, mas no fato de que para fabricar os tecidos e outros bens necessários a expansão mercantil era intensificada a exploração dos trabalhadores na fábricas, nas minas nas colônias.Era essa superexploração do trabalho que criava valor de acumulação e não o comércio, que apenas trocava valores.KUCINSKI, Bernardo.Jornalismo Econômico.

A teoria do Subdesenvolvimento.**O Trabalho e a criação de valor.**
Editada da Universidade de São Paulo 1996.pág 43.

Desse modo breve podemos entender de fato como uma nação consegue transformar em riqueza toda uma complexa ligação de produção, distribuição e trabalho onde o principal responsável é o gênero humano trabalhador.

O discurso de Delfim Netto, conforme veremos nessa dissertação, deixa entrever conceitos atávicos expressos por ideólogos do início do século XX, e alguns outros por conveniência muito anteriores, segundo os quais o país teria problemas de origem que só teriam começado a ser debatidos pela intelectualidade a partir a década de 50. A dubiedade do discurso, o qual será analisado nos capítulos, transparece quando cotejado com o embate que ocorria na sociedade naqueles anos. Praticamente toda a sociedade civil, ou seja, os segmentos organizados das classes sociais expressavam na década de 1950 suas opiniões sobre as alternativas de desenvolvimento para o país, tendo como meta a superação do atraso.

No interior desse embate, a historiografia indica vários tipos de polarizações e uma delas ocorria entre os alcunhados de “entreguistas” e os “tupiniquins”, referidos, respectivamente aos que defendiam políticas mais autônomas em relação ao capital internacional e os que defendiam o aprofundamento das relações com tais capitais.

Tais embates ocorriam também no interior das forças armadas, entre os militares do mais alto escalão e se expressava entre os denominados nacionalistas e internacionalistas. A diferença que ocorre ao adentrarmos a década de 1960 é a radicalização nos posicionamentos, acompanhada de medidas “preventivas” vinculadas a expurgos na caserna, justificados pelos preceitos da Guerra Fria, particularmente nos anos seguintes aos episódios que configuraram o Pan-americanismo iniciado ainda no final da presidência de Juscelino Kubistchek.

Concomitantemente, enquanto os críticos aglutinados em ou próximos a partidos vinculados aos trabalhadores sofriam toda sorte de restrições às suas iniciativas alcunhados de comunistas; os intelectuais que defendiam o desenvolvimento com aprofundamento das relações com o grande capital internacional foram se organizando sem qualquer restrição. Neste cenário, passam do embate, para a organização de institutos nos quais gestam propostas concretas,

inclusive as de restrição aos direitos de cidadania, que consideravam liberdades excessivas e impeditivas para se sair do impasse quanto aos rumos do desenvolvimento. Por sua própria natureza esses intelectuais, representantes de segmentos muito restritos da burguesia nacional, não conseguiam, via parlamento, obter maioria e, encontrando uma conjuntura persecutória propícia, engendraram o golpe com apoio dos Estados Unidos.

Tais articulações, conforme se lê nessa dissertação, se deram com a organização dos já citados IBAD, IPES e IPEA. É a esta ala que se integrou Delfim Netto, ainda um jovem contador e recém formado em economia, que encontrou ressonância às suas ideias, nas teses de um economista conservador, Eugenio Gudín, o qual se destacava, ainda na década de 1930, por considerar os nacionalistas irracionais, vinculados ao comunismo, e criticando suas posições contra a manutenção de empresas no âmbito do Estado. Delfim Netto, nos parece, que vai mais além de tais posições, pois, relativamente à industrialização capitaneada pelo governo a partir da década de 1930, seus discursos expressam que tal se deu “expoliando-se a agricultura”.

À época, destacou-se a Revista Brasiliense¹⁰ por divulgar de forma precisa, as ideias de muitos dos intelectuais envolvidos nas discussões, e mesmo seu principal editor, Caio Prado, expressou aí, além de seus livros, seus posicionamentos quanto aos problemas da formação do Brasil e sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro. Suas assertivas sobre os fundamentos da estrutura socioeconômica do Brasil divergiam radicalmente das expressas pelo então economista, Delfim Netto. Caio Prado apontava:

“entre os caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica social, a incompletude do trabalho livre em todo o país, expressando uma evidência que saltava a olhos vistos, a da ainda vigência do trabalho compulsório e o do escravo; a predominância de uma produção monopolista e extensiva voltada para mercados externos, o que contribuía para a manutenção de um mercado interno frágil e pouco organizado”. Dessas características, concluía ele: *“decorre uma subordinação que atinge o âmago de nossa sociedade, não apenas “no nível material de vida, já*

¹⁰ Ver de Angela Maria Souza. **O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso.** Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

inteiramente desproporcionado, mas, sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado.” (PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. SP: Cia das Letras, 2011, pg. 03).

Nessa obra, Caio Prado destaca a questão de fundo; a nossa "economia é internacional, sem ter sido antes, nacional, "e dessa forma foi construída nossa estrutura e nosso caráter social". A burguesia nacional acumulou riquezas enormes sem arrastar ou trazer consigo a sociedade que a produziu e a sustentava.

Com ênfase no estudo sobre a "elite orgânica tecnobucrática" que integra o bloco monopolista do poder vinculada organicamente à classe dominante compositória por representantes do capital internacional, do capital nacional, e do "capital estatal", Maria de Lourdes Covre conclui que esses cumprem as funções de "coesão internacional, pelo desvanecimento da oposição capital 'nacional'" e capital "internacional", com preservação das relações imperialistas e em oposição a todo nacionalismo. Ainda segundo ela, buscam tais tecnocratas ampliar os laços de solidariedade entre as várias frações da classe burguesa e compor a "mediação" entre esta classe dominante e as classes subordinadas. (COVRE, Maria de Lourdes M. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. São Paulo: Cortez, 1991). A considerar tal analítica, foram exatamente essas as funções que Delfim Netto cumpriu enquanto super Ministro no bonapartismo.

A motivação de versar sobre este intelectual e peculiar nome da história política recente do Brasil é pelo que ele tem representado na política nacional, principalmente sua práxis, sua influencia até nos dias atuais, como conselheiro econômico desde 2003 no primeiro mandato do Governo de Luis Inácio da Silva, ou o conhecido metalúrgico presidente Lula, e também aconselhando a presidenta Dilma Russef. Delfim Netto continua escrevendo em mais de cinco Jornais quase que diariamente discutindo os temas econômicos que nos circunda, mas que percebemos nas entrelinha que continua defendendo todas as suas posições sobre as políticas econômicas produzidas outrora, mas com um contexto atualizado, o que não muda seus valores. Desse modo, nos intriga e nos motiva as suas velhas máximas, pois continua sua atuação nas discussões do campo econômico, e que o mesmo conseguiu separar das suas ações como Ministro da Fazenda no período

mais triste de nossa história, mas não há quem o questione por sua performance, atitudes e regramentos que reverbera pra grande parte da sociedade até nossos dias. Delfim Netto, assim costurou seu itinerário na vida pública desde sua participação nos institutos (IBAD, IPES, CONVIVIUM e IPEA) onde atuou; e logo sendo indicado por Roberto Campos para o seu primeiro cargo público, juntamente onde o Marechal Costa e Silva que integrava o grupo de conspiradores do golpe militar de 1964, que assumia como presidente do Brasil em 15 de março de 1967, substituindo Humberto Castelo Branco, que havia falecido em um acidente aéreo, mas que já o havia nomeado Secretario da Fazenda do Estado de São Paulo, e que agora Costa e Silva assumindo a presidência do país o nomearia como Ministro da Fazenda com amplos poderes sobre outras pastas ligadas a economia.

Estudar a práxis de Antonio Delfim Neto como representante dos interesses de uma classe proprietária da grande produção internacional e nacional, cuja política aprofundou o caráter dependente da economia brasileira ante a mundial, em um contexto em que desaparece qualquer crítica é o centro deste projeto. Apesar de sua importância no cenário nacional, foi ou tem sido poucos os estudos dedicados especialmente á entender a atuação desse ministro na história recente do nosso país.

Tendo como reocupação principal entender as relações empresariais com a ditadura, Ulisses Campos centra a análise na atuação de Roberto Campos como Ministro do Planejamento e Octavio Bulhões, da Fazenda, principalmente no período de Castelo Branco, a partir de 1964. Sua dissertação demonstra como a insatisfação de setores industriários com o descontrole inflacionário, levou á troca desses ministros por Delfim Netto, que introduziu várias medidas, como as isenções tributárias que visavam garantir maior liquidez para as empresas, minidesvalorização cambial e alteração da política de controle de preços, entre outros aspectos (CAMPOS, Ulisses Rubio Urbano da Silva. **De Bulhões a Delfim: posição dos industriais diante da política econômica**, SP: UNICAMP, 2013).

Outra dissertação, defendida na área econômica em 2006, analisa a política de Delfim, não o personagem, e demonstra como renovação do parque tecnológico, com elevação da produtividade, mas com aumento da exploração, do desemprego, do rebaixamento dos salários e, na politica externa, a concentração de renda, da

deterioração do comércio exterior, a ampliação do endividamento. A figura de Delfim é referida por alguns de seus pronunciamentos que justificam as medidas adotadas e pelas leis e normas no âmbito da economia, muitas das quais ainda vigentes. (CARVALHO. Gabriel Alves de Miranda. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985**. USP, 2006).

Nos anos de estudos como aluno de graduação, as leituras de Caio Prado Junior, Helio Vianna, Celso Furtado, Milton Santos, Edgar Carone, Monis Bandeira e Florestan Fernandes, me conduziram para essas reflexões sobre nossa história, e na sequência, já como professor de História e Geografia da rede pública de ensino e de cursos pré-vestibulares, ampliei meu interesse em aprofundar as reflexões sobre o tema econômico presente na nossa história para compreender o processo histórico brasileiro.

Anos depois, como aluno especial dos cursos: sobre a história da economia colonial da América Espanhola com o Professor Edgar da Veiga Garcia; a história da revolução em França com o Professor Modesto Florenzano; o processo histórico da espacialidade geográfica com o professor Milton Santos, na Universidade de São Paulo -, tive a oportunidade de versar monografias que me instigaram ainda mais para o estudo sobre os aspectos de nossa formação, em particular sobre os fatores que acarretam tantas mazelas à maior parte da população e que se condensam em períodos ditatoriais. Mas tais situações são desencadeadas por seres humanos, não resultam, como queriam os liberais do século XIX, de uma dinâmica natural da sociedade e, em particular da economia.

No âmbito do capitalismo a concorrência que permeia as relações humanas, conforme bem o demonstra Karl Marx, não expressam um aspecto da natureza humana e nos determina por termos perdido o controle da história.

Mas, na particularidade de nossa realidade, quem são os sujeitos responsáveis por imprimir ao desenvolvimento, o aprofundamento de características que verdadeiramente opõem o Estado à sociedade? No caso brasileiro tal distanciamento é tão evidente que já se banalizou a ideia de que o Estado criminaliza o povo, mantendo sob suspeição os que expressam suas demandas de forma organizada e popular, permanente. Uma herança dos longos períodos ditatoriais pelos quais passou o país ao longo do século XX.

Tais questionamentos encontraram respostas quando me deparei com os estudos históricos desenvolvidos por Antonio Rago Filho, que me apresentou a produção chasiniana. Embora sem o aprofundamento que seria necessário à apropriação de sua análise desse precioso intelectual, foram suas reflexões sobre a realidade brasileira que me possibilitaram as associações categoriais aqui presentes, em particular o reconhecimento da condição bonapartista¹¹ a que fomos submetidos durante a última ditadura.

Por minha própria limitação no entendimento da obra do citado autor, foi por intermédio de outra intelectual que comunga da mesma abordagem, que pude compreender melhor a evidência que o cotejamento com as fontes relativas à práxis de Delfim Netto me apontavam. Vânia Noeli Assumpção, em seu doutorado descortina, a partir da análise imanente, o complexo categorial que constitui o bonapartismo. De forma minuciosa, esta autora recupera o constructo marxiano, elaborado a partir da análise da concretude social da França e da Alemanha em particular, e da Europa no século XIX em particular; assim como discorre sobre as distorções historiográficas ocorridas na contemporaneidade e termina por expor de forma cabal as características essenciais do bonapartismo. Sem esgotá-las e correndo o risco de incorrer em mais um reducionismo distorcivo, arrisco indicar citar que:

O bonapartismo é a forma plena, absoluta, da separação e oposição entre estado e sociedade civil. Ou seja, leva às últimas consequências a tendência de autonomia do Estado inerente a esta instituição, de que o exército faz parte. O recurso à força armada contra a sociedade, sempre latente, é radicalizado em momentos de aguda crise social. O domínio do sabre se estende a todos. 'E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (Parzellen) camponeses.' (18LB12, p. 115) (...) Com o domínio bonapartista, de acordo com Marx, o poder executivo alcançou a máxima heteronomia em relação à nação, apresentando-se como árbitro imparcial dos conflitos da sociedade civil. Esta autonomia da máquina estatal possibilitou que um indivíduo medíocre estivesse à sua testa. (ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de Infâmias: classes sociais, estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo**. Doutorado. PUC-SP. 2005, págs. 187 e 196)

11

Referência ao texto de Marx intitulado o 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. O Principal exemplo dessa forma de regime durante a vida de Marx foi o de Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, que passou a ser Napoleão III depois do golpe de Estado que deu em 2 de dezembro de 1851. Esse episódio inspirou uma das mais importantes e brilhantes páginas históricas de Marx. O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte. Engels, por sua vez, também dedicou considerável atenção ao governo de Bismarck na Alemanha, nele encontrando muitos paralelos com o bonapartismo. Dicionário do Pensamento Marxista. Ed, Zahar. 1988. Pág 35. Rio de Janeiro.

Como signatários do bonapartismo Delfim Netto cumpriu á risca o papel de que foi incumbido, e contribuiu para a formação de uma opinião publica acomodada que, mesmo com críticas á ditadura, se manifestava favorável ás medidas econômicas atribuídas a si próprias. Assim, para muitos a ditadura foi ruim, mas, afinal, graças a Delfim Netto, promoveu-se o crescimento do país, em que pese os cerceamentos, as perseguições, os crimes de lesa humanidade. Contribuiu para transformar em chacota qualquer ideia nacionalista, ou favorável a uma política econômica mais autônoma, taxadas de irracionais, e quem as defendia, de comunista nacionalista.

No período em questão, a separação entre o Estado e a sociedade civil se expressa de forma contundente no uso das forças armadas, em particular as que compõem o aparato de defesa da nação, contra o povo, justificado pelo preceito da lei de segurança nacional, de combate ao inimigo interno.

Mas sempre na pesquisa por buscar mais de um entendimento da nossa realidade, encontramos o mestre doutor professor Florestam Fernandes que nos aponta as motivações históricas de uma categoria que sempre esteve no alto da hierarquia social e que pouco fez para verem alterada a realidade da maioria em séculos de permanência:

“O que nos interessa a análise, não são as aparências do drama político. Mas as condições e os fatores que promovem sua continuidade secular, a qual tolhe a evolução normal dos regimes democráticos e os condena a uma ineficácia que compromete a própria democracia aos olhos do povo. A esse respeito, dois pontos parecem fundamentais. Primeiro as estruturas sociais arcaicas continuam a ter suficiente vitalidade para preservar técnicas sociais legalmente proscritas de controle autoritário do poder, enquanto as estruturas sociais mais modernas não possuem tanta vitalidade para impor ou defender técnicas democráticas de organização do poder.” Florestam Fernandes. *Sociedades de Classe e Subdesenvolvimento*. Ed: Difel.1968.pág. 133.

Dessa forma vemos então que nos momentos em que as coisas poderiam caminhar para uma outra realidade mais humana inclusive, as classes proprietárias sempre usaram da força do Estado, as armas, para que nada fosse alterado, principalmente a forma de dominação e acumulação.

Assim, como sempre, e quase que numa verdadeira declaração de guerra contra o inimigo interno(o povo) que colocava todos sob suspeição, e essa foi das mais eficientes dando cabo da oposição, e também gestando um afastamento cabal dos indivíduos comuns da vida política do país, pois isto passou a ser considerado subversivo, contra a ordem instituída. Nesse quesito Delfim Netto também se destaca, não por ver seu nome associado ao SNI, o grande arcabouço repressivo através do qual se consolidava a coerção e a coação. Competiu-lhe praticar a cooptação, auxiliando na arregimentação de recursos junto aos empresários, conforme já apontado, para aparelhar forças paramilitares. Agindo inicialmente em São Paulo e batizada de Operação Bandeirante (OBAN), foi emblemática sua atuação pela dubiedade que confundia ainda mais a população.

Justificada como uma força armada necessária ao combate do crime comum, recompensada por empresários a título de arregimentação de seguranças contra os que atentavam contra seus patrimônios, foram sobejamente comprovados. No Estado de São Paulo, seu principal agente foi Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que atuava também como delegado no DOPS-SP. Tais milícias se espalham pelo país, misturando perseguições políticas com perseguição a contraventores comuns, praticando toda sorte de barbaridades contra ambos, matando, exterminando e comprovando, enfim, a mais abominável face da separação entre o Estado e a sociedade civil.

Assentadas tais questões, a título de introdução, reiteramos que o interesse maior é melhor entender, a partir da análise dos atos e dos discursos de Antonio Delfim Netto sua contribuição ao bonapartismo, e a quem serviram tal práxis.

Os discursos ou palavras proferidas principalmente pelo Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, de otimismo em relação ao crescimento submetiam todos a um processo de estranhamento e descaracterização, mais ainda, de sufocamento da própria identidade nacional, dadas as consequências que recairiam sobre a maioria da população.

Para a consecução desse trabalho foram utilizadas como fontes primárias, documentos de várias ordens: os discursos proferidos pelo Ministro e publicados em jornais, resgatados de livros, periódicos, palestras arquivadas em acervos públicos e a análise ampara-se em preceitos teóricos voltados para a elucidação de problemas sociais. No presente caso, em particular, centrada a pesquisa na figura de Antonio Delfim Netto e sua articulação e envolvimento com o governo militar do Marechal Arthur da Costa e Silva e setores civis da sociedade, hegemônicos (industriais nacionais e internacionais) a que se somou uma pequena, não na quantidade, mas no tamanho político humano, parte da sociedade civil que deu sustentação ao novo modelo de acumulação capitalista.

Assim, a partir de 1967, o segmento autocrata no poder encontrou em Delfim Netto seu porta voz, seu líder e o representante de seus interesses, capaz de traduzir em políticas governamentais, as reformas conservadoras necessárias á tal continuísmo. Colocando-se como grupo de oposição aos “Sorbonistas” os que lideraram o momento da militarização e do endurecimento do poder executivo, formando um bloco de poder, aspirava que aquele momento fosse sinônimo de modernidade. Para a consolidação dessa nova etapa capitalista de acumulação e industrialização, foi assim, necessária, implantar as medidas que passaram a ser reconhecidas como de: a “linha dura”, levada a cabo a partir da posse do Marechal Arthur da Costa e Silva, responsável direto pela institucionalização da fase mais radical do bonapartismo brasileiro. É com tal motivação que Costa e Silva criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão regido somente por militares afinados com os novos ditames, o qual supervisionaria todas as instituições do Estado brasileiro, período em que não haveria mais rompantes de abertura para diálogos, qualquer que fosse. É nessa articulação que se insere a prática política de Antonio Delfim Netto, o qual organiza todo um complexo de alianças civis e com o grande empresariado nacional e internacional para uma nova etapa de acumulação capitalista interna e externa e outras multinacionais que se instalam no país.

O recém-empossado Ministro da Fazenda chegava com a pompa de super ministro e como primeira medida proclama pela grande imprensa, seus primeiros atos: reduzir as taxas de juros, controlar a inflação, dispor o Banco Nacional de Desenvolvimento para financiamento e a abertura para compra com reduzidíssimas

taxas um sem fim de maquinarias importadas para as grandes empresas e para os grandes produtores agrícolas.

Sem sombra para dúvidas os empresários apoiam as medidas do Ministro Delfim Netto, cumprindo assim a função de rearticular os segmentos hegemônicos com os militares, o que viabilizou o aprofundamento do bonapartismo.

Assim, resgatar na lógica interna de seus pronunciamentos as motivações últimas das políticas que ele leva a cabo, principalmente no período em que foi Ministro da Fazenda, compreender a realidade social que foi sendo edificada sob sua responsabilidade, mas que ao mesmo tempo o manteve isento e à parte de todo esse processo de endurecimento que ficou conhecido como os “Anos de chumbo da história brasileira”, visando entender qual foi seu papel na história recente do país tendo à frente de uma conjuntura articulada pela cúpula militar e parte civil, foi o objetivo dessa pesquisa.

Em que pese os seus discursos e atos sobre política social, política econômica, Delfim Netto interveio diretamente na vida real da sociedade brasileira, com consequências sem precedentes para a nossa história naquele momento e no presente. Seus discursos sobre a economia do Brasil são ainda hoje lembrados, e suas reflexões ecoam pelos quatro cantos, seja para dar uma explicação sobre algum fator econômico de fluxo de caixa do governo em curso, seja para propor soluções para as cíclicas crises do capitalismo; inclusive a que ele próprio proclamou, em seu tempo, quando este esteve à frente do Ministério da Fazenda de: 17.03.1967 até 15/03/1974.

Na imprensa de maior circulação “Delfim Netto: A livre empresa é a arma para o desenvolvimento” **(OESP, 12/05/1967)**.

Esse discurso proferido pelo então Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, em 1973 (...) dificilmente se pegará esse Governo num erro de lógica ou de incoerência(...)há uma estrutura lógica que prescinde a formulação da política econômica e há uma coerência implícita em toda essa política. Eu acho que o que houve no Brasil foi realmente uma certa consciência de que o importante era ter uma política econômica razoavelmente certa e estável(...) O desenvolvimento econômico e social é definitivo e não um acidente. E chegou para ficar. Não se identifica

nenhum fator impeditivo do desenvolvimento da economia brasileira. Nada poderá retardar o crescimento econômico do Brasil, a não ser os próprios brasileiros.

DELFIM.Netto Antonio.Problemas da Economia Brasileira. Brasília: Ministério da Fazenda 1973.**Link. Sciello.www.Sciello.php.Sciello.Network.**

Quem não se recorda da célebre frase que justificaria a concentração de impostos e demais funções do Estado no executivo, metaforicamente respondida pelo Ministro sobre o “crescimento do bolo e só depois dividir”? No andamento dos estudos, observa-se que Delfim Neto *nega tal frase ou tal história de bolo*. De quem quer que seja a frase, aparentemente não tem muito importância, mas as consequências dos atos bonapartistas para a maioria da população e para a história do Brasil são irrecuperáveis. Pois se o produto interno bruto do Brasil (PIB) crescia mesmo, era a duras penas para a grande maioria trabalhadora; á custa da deterioração dos salários e do já baixo padrão de vida; crescimento das desigualdades regionais no país; ao mesmo tempo em que o Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, cresciam com uma grande concentração industrial, as outras regiões do Brasil se distanciavam ou mesmo empobreciam como no Nordeste com assustadores índices de desenvolvimento humano.

Mas para fechar com uma breve reflexão do mestre Florestam Fernandes sobre essa questão de mando autocrático temos:

“Segundo as formas de dominação arraigadas de institucionalização do poder ainda são fundamentalmente extra e antidemocráticas. Ainda se pensa e se age, entre os que mandam e os que obedecem nas relações de dominação, de forma autocrática e autoritária, como se o único poder legítimo, esclarecido e construtivo emanasse da vontade dos interesses e dos valores das elites dirigentes dos círculos sociais conservadores.”
Florestam Fernandes.Sociedades de Classe e Subdesenvolvimento.Ed:Difel 1968.pág.133.

As informações que fundamentam as reflexões acima explanadas encontram-se divididas em três capítulos.

O produto das investigações foi distribuído no presente texto em quatro capítulos. No **Capítulo I**, discorre-se sobre os anos que antecedem o golpe e cuja conjuntura aumenta o receio do segmento autocrata da burguesia de perder as rédeas do comando da nação. Por um lado, as mobilizações sociais por reformas de base, os embates entre os mais diferentes segmentos sociais sobre as alternativas

de desenvolvimento para o país, e por outro as divergências no interior da caserna, entre nacionalistas e entreguistas, conforme o jargão da época, gestam o cenário propício à articulação dos autocratas com os militares. Analisam-se aí os posicionamentos de Delfim, já integrado aos segmentos da burguesia articulados em torno do IBAD e do IPES.

No **Capítulo II** intitulado “Antonio Delfim Netto após o golpe de 1964” situa-se sua participação desde a criação da Associação Nacional de Planejamento Econômico Social (ANPES), em 31 de Março de 1964, sua entrada de fato no meio político, levado por Roberto Campos, e seu segundo secretário geral no Planejamento para o Desenvolvimento Econômico do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

No **Capítulo III** denominado “Antonio Delfim Netto no pós-golpe. O golpe dentro do golpe”, desenrolam-se as evidências de sua atuação como novo Ministro da política Econômica Bonapartista sob o comando da “linha dura” (1967-1974). Analisa-se aquele momento brasileiro (1967-1969) em que vigorou o Governo do Presidente Marechal Artur da Costa e Silva, destacando-se cinco axiomas básicos advertidos pelo ideólogo da Autocracia Bonapartista, que explicitam sua ideologia: “A contradição “O diálogo”, “a paixão ideológica”, “a crença nas minorias” e “a revolta contra a aritmética”.

No **capítulo IV** a conclusão: Antonio Delfim Netto, o negacionismo a brasileira. O feito e o Dito pelo ideólogo orgânico do capital atrofico. O discurso de Garrastazu Médici. A alegada separação entre o poder econômico e a política econômica. “Sou economista por economia...” Delfin Netto. Apud Movimento.

A partir daí, situam-se a práxis e a ideologia que gestam o que foi cunhado como o *crescimento acelerado com repressão máxima*, o desenvolvimento, assim como as vicissitudes da política econômica no Brasil na visão autocrática de mundo do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, durante o Governo Costa e Silva, as alianças com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e suas declarações aos empresários em Nova Iorque, até o período seguinte (1969 – 1974),

do qual se destacou com a lógica do desenvolvimento da ditadura militar bonapartista do General Presidente Emílio Garrastazu Médici, compondo-se o ideário do czar do “milagre” econômico, conforme indica o título do item do capítulo. Mas para constar sobre esses obscuros objetivos da ditadura bonapartista que não foram nem a ferro e fogo concluídos, Chasin nos aponta e clareia que:

“O esquema produtivo responsável pelo “milagre” centrado nos bens de consumo duráveis capitaneado por empresas monopólicas majoritariamente estrangeiras, e complementando pelo “esforço exportador” basicamente de produtos agrários – tinha como pilar fundamental o rebaixamento salarial: a superexploração do trabalho. A forma retardatária subordinada e conciliada com o historicamente velho do envolver da industrialização brasileira mostra a manutenção, devidamente modernizada e “desenvolvida”, de sua face mais perversa – a miserabilização de amplas massas trabalhadoras, que se põe não como produto de uma “lacuna” distributivista, mas como base e sustentáculo da própria forma de desenvolvimento. Esta não poderia jamais gerar uma distribuição de renda adequada para as classes trabalhadoras – tanto o que era produzido não se voltava para elas, quanto sua inserção social se fazia pelo critério do arrocho salarial, indissociável da lógica daquele ordenamento da produção. De modo que desde sua gênese, e ao longo de seus anos de “sucesso”—em que propiciou uma larga acumulação de riqueza e prioritariamente para o capital monopolista nacional e internacional – o “bolo” confeccionado pelo “milagre”, por mais que crescesse, “jamais poderia render para as massas trabalhadoras”. CHASIN, José. A miséria Brasileira, A Via Colonial. pág VI. Editora AD HOMINEM.2000.

Desse modo, Chasin nos apresenta como foi breve e estreita a plataforma sobre a qual construíram o tal do “milagre”, além de uma explanação de como ocorreu a manipulação e a inteligência da autocracia burguesa, e como até o presente momento estamos sobre sua ainda reverberação:

“ A “inteligência da manipulação” é comum a toda burguesia contemporânea, entretanto importa frisar que, para as burguesias centrais, tal inteligência substitui a inteligência da transformação que teve anteriormente enquanto “ para as burguesias periféricas é a expressão de sua única inteligência”. Na exata medida em que estas burguesias subordinadas jamais puderam se pôr como agentes de transformação.A

manipulação é a inteligência possível do capital atrofico, não uma debilidade ou defeito de caráter deste ou daquele indivíduo ou organização, mas sim uma determinação social da incompletude de classe do capital atrofico, cujo processo de objetivação não se dá por transformação superadoras do historicamente velho, mas por sucessivas modernizações do arcaico. ”

Assim nos mostra Chasin, como essa questão da manipulação e inteligência é mais do que uma questão de caráter, é uma questão crônica atrofica da burguesia bonapartista da periferias subordinadas que não almejam alterar a dura realidade da maioria da sociedade.

Capítulo I: Antônio Delfim Netto no pré-golpe de 1964

Antecedentes

Antônio Delfim Netto nasceu em São Paulo, no bairro operário do Cambuci, no dia 1º de maio de 1928 e se tornaria, posteriormente, um dos mais influentes Ministros da Economia Política da Ditadura Bonapartista¹³ instaurada em 1964 e, recrudescida pela chegada da “linha-dura”¹⁴ ao poder do Estado de Segurança Nacional em 1967.

A partir de então, o paulistano seria nomeado para a pasta do Ministério da Fazenda do Marechal-Presidente Arthur da Costa e Silva, permanecendo como Ministro da Junta Militar e também no governo militar seguinte, o do General-Presidente Emílio Garrastazu Médici, passando à história como ideólogo e gestor do

¹³ Bonapartista: Uma questão ideológica de origem da França de Napoleão Bonaparte que foi sucessor de uma monarquia despótica. Mas também foi impressa, ao redor do mundo e na América Latina, muitas vezes quando no Estado o poder Executivo e Legislativo encontravam-se fragilizados, são surpreendidos por um golpe de Estado organizado por parte civil com apoio militar, onde acabam criando formas autoritárias de atuação sobre a sociedade, acabando por reescrever a constituição do país, para que se acomodem as forças de seguranças internas que permanentemente estão atentas ao movimento da própria sociedade civil que passa a ser o inimigo interno a grande preocupação do poder do Estado golpista, ou bonapartista. (DREIFUSS, R. **A Conquista do Estado**. Petrópolis:Ed. Vozes, , 1981.

¹⁴Linha Dura: Na ditadura Brasileira um núcleo de militares que defenderam o controle da sociedade com mãos de ferro, ou Segurança Nacional Máxima contra os intelectuais críticos, ameaças comunistas, e contra a própria sociedade, isso ocorre no Brasil principalmente no ano de 1967. (DREIFUSS, *idem*).

chamado “Milagre Econômico” brasileiro ou, mais especificamente da autocracia do capital, organizando de fato, a superexploração¹⁵ da força do trabalho nacional conquistada, pela ditadura bonapartista instaurada em 01 de Abril de 1964, a serviço do capital.

Em revelador artigo do jornal *Movimento* intitulado *Retrato de um super-homem sem princípios*, antes de abordar a meteórica carreira ministerial do apelidado “Czar¹⁶ da economia” da ditadura bonapartista (titular da pasta do Ministério da Fazenda de 1967 a 1974), registrava-se o itinerário, bem como a extração social, de classe, do eminente e ainda hoje, celebrado ideólogo da autocracia do capital das classes proprietárias, Antônio Delfim Netto: “De office-boy na Gessy a líder direitista na USP”¹⁷.

Movimento ainda apontava que, “aos 14 anos, Delfim Netto já conhecia as durezas da vida: trabalhava de dia como *office-boy* na Companhia Gessy Industrial e à noite fazia o curso de contabilidade” no bairro do Cambuci na cidade de São Paulo.

Eis um dos motivos, prossegue o periódico no longo da reportagem sobre a figura do ideólogo¹⁸ da autocracia¹⁹ burguesa bonapartista, que “não se pode dizer

¹⁵ Superexploração: Processo que faz parte da via bonapartista de conquista de Estado. Onde essas conquistas ocorrem por força das armas com os militares e classe civil elitizada. Mas para entendermos melhor nosso professor Antonio Rago expõe:” Ante a crise que envolve o sociometabolismo do capital, o desemprego massivo e a miserabilidade generalizada, há que refletir sobre a história dos vencidos, seus embates e resistências possibilidades e perspectivas. Nosso trabalho se propõe a te matizar a entrada dos trabalhadores na cena da história(. . .)Luta econômica política, embates práticos a unir enormes massas de trabalhadores que transgrediram os marcos da estrutura juridico-político repressiva da autocracia burguesa bonapartista.A luta pelos valores formais da democracia aludida pela oposição burguesa. A irrupção das greves operárias verifica-se no bojo da crise do chamado “ milagre econômico brasileiro” e por sua efetivação concreta onde esta batiam de frente com os limites impostos as reivindicações e mudassem o mando bonapartista(. . .)romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho, de outra parte este historicamente novo se apresentava com novos traços problemáticos (...)”. **O ressurgimento da greves operárias no ABC Paulista e o ardil do politicismo da autocracia burguesa bonapartista.(1978-1985). RAGO, Antonio Filho. Pág. 87**

¹⁶ Czar: O termo Czar tal como o alemão Kaiser, tem sua origem na palavra latina Caesar; Tsár ou Czar, ou Rei; foi título usado pelos monarcas do Império Russo entre 1546 e 1917. Foi adotado por Ivan IV, o terrível, da Rússia, como um símbolo da natureza da monarquia Russa. Contemporâneo; forma de tratamento para quem conquista algum poder. (HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**, RJ. 1998, pág. 2048).

¹⁷ Movimento 188, 1979, p. 10. Por Antonio.C.Queiroz, Marcio Bueno e Teodomiro Braga.

¹⁸Ideólogo. Aquele que cria ou aperfeiçoa uma ideologia 3 aquele que advoga uma ideologia 4 aquele que se atem excessivamente ideias abstratas, a teorias. em prejuízos dos fatos e realidades. Ideólogos. (**Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, pag.1566).

que o professor Antonio Delfim Netto ignore a dura realidade da população brasileira”, visto que “em sua infância (...) conheceu a pobreza e os sofrimentos de uma família sem recursos. Seu pai, o imigrante italiano José Delfim, trabalhava numa casa de loterias – conhecida no período por Casa Fazanello, onde também se fazia jogo do bicho²⁰ – e o seu minguado salário mal dava para sustentar a família”.

O *Jornal Movimento* retoma, além disso, a seguinte afirmação de Delfim Netto: “sou economista por economia, pois, por falta de dinheiro, não pudera frequentar a Escola Politécnica da USP”²¹.

Aos 16 anos, empregou-se como jornalista na *Folha da Manhã*, de início na reportagem geral, depois, na seção de Economia e Finanças e, em 1951, diplomou-se em Economia, depois que se formou como contador, iniciando sua carreira acadêmica como professor assistente na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. Logo na sequência da vida acadêmica tornar-se-ia catedrático e doutor em finanças pela USP.

“Após trabalhar no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. (DER) – Delfim, nesse departamento ajudou a construir um sistema de controle de custos para equipamentos industriais e, ao mesmo tempo, ingressou no

¹⁹ Autocracia: Um sobrevoo da década de sessenta revela momentos decisivos nos rumos da evolução nacional com mudanças bruscas e violentas no interior do afloramento das contradições sociais que se seguiram à vitória e consolidação da autocracia burguesa em sua forma bonapartista do pós 64. Se os militares repetindo a cantilena conservadora, coube a obediência cega a hierarquia, a preservação e a defesa da soberania nacional, particularmente da segurança nacional no seio da guerra permanente contra o comunismo internacional (. . .) A presença na cena histórica das massas populares reivindicando mudanças nas esferas que afetavam diretamente as condições de vida material que ameaçava no presente e no futuro os interesses particulares dos proprietários nacionais e estrangeiros. **RAGO, Antonio Filho. Sob este signo Vencerá. A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Doutorado PUC-SP. 1998. Segall. IFCH. Unicamp. br-publicações.**

²⁰ Jogo de Bichos. Jogo de azar, pois poucas pessoas ganham; tem os animais (Bichos) e os respectivos números jogados por escolha. O Estado tem como jogo ilegal pois não arrecada impostos. Também desencadeia uma corrupção ativa entre as forças policiais que são aliciadas com dinheiro para não enquadrarem os contraventores na forma da lei. (**Brasil, Ontem e Hoje**. Outubro de 2014. pág. 03).

²¹ Delfim Netto *apud Movimento* 188, 1979, p. 10. **Antonio C. Queiroz, Marcio Bueno. Teodomiro Braga**

Departamento Técnico da Associação Comercial, onde se destacou entre os homens públicos”, conforme registra a série *Retratos do Brasil*.²²

O importante jornal de resistência à ditadura bonapartista *O Movimento*, ademais, salientava a afirmação de Delfim Netto (então transformado embaixador do Brasil na França) segundo a qual ele havia sido “hegeliano”²³, destacando que “logo depois que retornou da embaixada em Paris”, o ideólogo “afirmou em entrevista coletiva que na mocidade havia sido ‘socialista Fabiano’²⁴.

O próprio jornal se encarrega de apresentar dados que contestam a assertiva de Delfim, entrevistando contemporâneos do ex-embaixador, na Faculdade de Economia da USP. Antonio Delfim Netto era ligado à ala direitista da escola, da qual um dos principais expoentes era o vice-presidente do Centro Acadêmico Visconde de Cairú, José Flávio Pécora, que mais tarde viria a trabalhar com ele no Ministério da Fazenda.

No Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE), em 1952, o grupo direitista de Delfim Netto apresentou uma tese segundo a qual o Brasil não tinha condições de constituir uma empresa para explorar o petróleo e, portanto, precisava recorrer à ajuda do capital estrangeiro. O debate sobre a questão do petróleo levou

²² Mino Carta. *Retratos do Brasil*. Editora Três. 1978.

²³ Hegeliano: A dialética para Hegel e o procedimento superior do pensamento é ao mesmo tempo repetitivo-la “a marcha e o ritmo das próprias coisas” vejamos por exemplo como o conceito fundamental de ser enriquece dialeticamente. Esse pensamento foi desenvolvido por Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Nas explicações contemporâneas do hegelianismo, a dialética de Hegel geralmente aparece fragmentada por comodismo em três momentos chamados: Tese (em nosso exemplo a revolução), antítese (o terror subsequente) e a síntese (o estado constitucional dos cidadãos livres) Mas se ocupou de Fichte que pensou o indivíduo e o mundo; para usar este sistema para explicar a história da filosofia, da ciência, das artes, da política e da religião. O objetivo de Hegel era reduzir a realidade a uma unidade sintética dentro de um sistema denominado idealismo transcendental. **Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural, 1978. A Estética- A ideia ideal.**

²⁴ Fabianismo: O socialismo Fabiano, ou Fabianismo, é um movimento político-social britânico nascido no fim do século XIX, encabeçado pela Sociedade Fabiana. Essa associação foi fundada em Londres no ano de 1884, e propunha como finalidade institucional, a elevação da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção. O Socialismo Fabiano era caracterizado pelo pragmatismo, rejeitava as ideias utópicas. Não consistia em um movimento revolucionário, mas tinha como escopo a progressão, em um sentido socialista das instituições existentes. Defenderam também a Saúde e a Educação pública para toda a sociedade. Criticavam os abusos pela exploração do trabalho infantil na Inglaterra, e defendiam um salário mínimo para todos os trabalhadores. Eles também eram contra a luta de classes. Em 1900 esteve na origem do Partido Trabalhista que contou com membros célebres como: H.G.Wells, Bertrand Russel e George Bernard Shaw. **Opera Mundi.04\ Janeiro\2012. Max Altman. São Paulo. www.operamundi.com.br**

ao total isolamento do grupo de Delfim Netto, liquidando suas pretensões para a diretoria da UEE. Na época da realização do citado congresso, Delfim Netto já era assistente do professor Luís Pereira Bueno, da cadeira de Estatística Econômica e Econometria.

A sua tese de doutoramento foi um trabalho sobre os problemas do café. Defendia Delfim, a ideia de que o pensamento econômico devia planejar a longo prazo, ou seja, exatamente ao contrário do que fez enquanto foi ministro, quando tentou maximizar a economia com uma visão a curto prazo. De qualquer forma, a tese de doutoramento de Delfim Netto nada tinha de ‘hegeliana’ e tampouco punha em causa o capitalismo.

Portanto, nem hegeliano, nem socialista Fabiano, pontuava ainda o periódico *Movimento* o seguinte perfil do ideólogo das classes proprietárias da autocracia do capital, mas de extração proletária, grife-se bem: **“Delfim adere ao golpe. E junta-se aos entreguistas”**. “Na fase final de estudante Delfim Netto já havia aderido definitivamente ao capitalismo” e, “enquanto os companheiros de faculdade preferiam se limitar aos estudos e às lutas políticas travadas pelo Movimento Estudantil”, registrava o jornal que “Delfim Netto dividia o seu tempo entre o estudo e consultorias nas empresas privadas”.

“Já naquela época, começou a prestar serviços para as Casas de Calçados Eduardo e a Companhia Nacional de Tecidos”, aproximando-se, então, “da Associação Comercial de São Paulo, arranjando um lugar na sua Assessoria Econômica e Jurídica”.

A Associação Comercial do estado se constituía, à época, como “uma entidade conservadora e reacionária, devido, principalmente, ao chefe da Assessoria Econômica e Jurídica, o advogado José Luiz Nogueira Porto, que até há pouco tempo editava o jornal direitista conhecido por *Digesto Econômico*”.

De onde conclui, na sequência, o *Movimento*²⁵: “Logo Delfim Netto se tornou o principal assessor econômico da entidade, fornecendo subsídios aos editoriais

²⁵ **Jornal Movimento**: Periódico Crítico Brasileiro que teve seu primeiro Jornal lançado no dia 07.07.1975, ainda sobre a tutela da espada, quando o general Ernesto Geisel era o chefe de Estado. Estava em processo a distensão que visava fortalecer a ditadura, juntamente com os jornais Opinião

econômicos elaborados por Nogueira Porto e redigindo pareceres sobre questões que lhe levavam os comerciantes”.

A partir de 1961, com o acirramento das *lutas de classe*²⁶ da sociedade brasileira à época, “o jovem professor resolveu entrar no cenário político. **E torna-se um dos fundadores em São Paulo, do famigerado IPÊS²⁷– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais**”. O periódico *Movimento* caracteriza o IPÊS como um “*órgão criado sob inspiração da CIA e financiado pelas grandes empresas estrangeiras com o objetivo de desestabilizar o governo de João Goulart e preparar o clima para o golpe da direita. Como se sabe, além do IPÊS, a CIA criou também o malsinado Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)*” que foi fechado pelo próprio Presidente eleito do Brasil João Goulart, devido a infundáveis acusações de desvio de dinheiro público, corrupção e desmandos, até então sem precedentes na história.

*Mas na clandestinidade sobreviveria com muita força o IPÊS do ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, com pesada influência política pelo Brasil contra o Presidente João Goulart e o também contra o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, assim o banqueiro e governador mineiro aparelhou vários empresários para estabelecer uma desordem constitucional, e semear intrigas políticas de toda ordem, além de interagir com os núcleos do IPÊS de outros Estados da Federação para permanecer articulados nas conspirações. (BANDEIRA, Moniz. **Lutas sociais no Brasil**, UNESP: 2010, pág.63)*

e o Pasquim. O diretor responsável pelo Jornal Movimento era o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira que tinha como principais colaboradores Fernando Henrique Cardoso, Perseu Abramo, Chico Buarque, Chico de Oliveira, Moniz Bandeira, Elifas Andreato, Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré, Bernardo Kucinski, Ricardo Kotscho e mais uma leva de bons redatores jornalistas. Mesmo sobre censura o jornal tem sua existência até o ano de 1981, e fez um grande trabalho de divulgação da realidade político-econômico, educação, artes e das instâncias de poder e seus escândalos.

²⁶ A luta de classe. Até nossos dias, a história de toda a sociedade não tem sido senão a história da luta de classes. Manifesto Comunista Marx e Engels pág.08-Estrutura social, em uma sociedade fundada sobre as classes que é determinada pela sua divisão em classes, toda passagem da sociedade de uma forma a outra se realiza por uma luta sem tréguas entre as classes proprietárias e as classes dos que produzem. **Bukharin. Nikolai (1888-1938). O Tratado do Materialismo Histórico.** Edições Caramuru.Tomo II. 1933-1954, pág. 01.

²⁷ IPÊS-Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Este Instituto, conforme Rene Armand Dreyfus escreve em seu livro, A Conquista do Estado, tinha um caráter conspiratório e de controle das ações de grupos clandestinos organizados pela sociedade. Consistia esse grupo de militares, empresários e profissionais liberais de toda ordem. O movimento do IPÊS era contrário ao Presidente eleito João Goulart e a sua forte ligação aos movimentos sociais, e toda conjuntura política econômica. Era uma organização de expressão nacional, tinha seus núcleos em todas as capitais do país. Delfim Netto era um entusiasta participante do núcleo de São Paulo.

Nesse ponto, e em campo de conspirações Moniz Bandeira, explana a forte pressão que exerceu Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, para a ação onde se articularam o golpe de Estado contra o governo de João Goulart em Abril de 1964.

Vários empresários descontentes e convencidos, mas também representativos continuaram a se articular contra o governo popular eleito pelo voto direto e livre, fomentando movimentos conspiratórios cujo propósito era combater o suposto perigo comunista, e estabelecer uma ditadura de direita no Brasil, como um processo semelhante ao do Macartismo norte americano, conforme o general Osvino Ferreira Alves e Peri Bevilacqua, comandantes do 1º e do 2º exércitos na época do golpe no Brasil 1961-1964. (BANDEIRA, idem, pág. 64 e 65)

Para o autor de célebre pesquisa e reconhecido historiador Moniz Bandeira, a criação dos Institutos IBAD e IPÊS serviu de base á articulação de empresários que:

Articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação e funcionamento de entidades conspiratórias como o IPÊS e o IBAD em estreito contato com a CIA que lhes ofereceu orientação e recursos financeiros abundantes no esforço de semear corrupção e intrigas para influir nas eleições e impor diretrizes no congresso (BANDEIRA, idem, pag.63)

Portanto, não se tratava apenas de uma articulação interna ao país, mas já integravam-se com os ditamos da Guerra Fria em conluio com as agências norte-americanas.

Uma questão apontada e de extrema importância nessa rede de conspirações contra João Goulart, sindicalistas e até alguns empresários com vieses nacionalistas, é sobre como ocorre a entrada dos militares para o seletto clube clandestino de empresários insatisfeitos com os rumos políticos e econômicos do país no governo de Goulart. Assim demanda Moniz Bandeira:

O IPÊS no inicio de sua estruturação foi quem contratou militares reformados para montar um serviço de inteligência, cuja função consistia em colher dados sobre a pretensa infiltração comunista no Governo de João Goulart (BANDEIRA, idem, pág. 65)

É importante salientar que se trata de um segmento empresarial e não a totalidade do empresariado, comprovando-se assim, a divisão interna que configura a fragilidade dessa classe que, nesta condição, se vê obrigada a solicitar a presença no cenário político, das forças armadas, para fazer valer seus interesses. Seu vinculo maior não é com a maior parte da burguesia existente no país, mas sim com o capital internacional, daí o acirramento de sua autocrática posição. A fragilidade da burguesia que se configura no Brasil foi exaustivamente explanada por Chasin, já

citado, dando assim, precisão, á uma evidência excludente no interior da própria classe, que já havia sido apontada por outros autores, embora calcados em fundamentos teóricos distintos dos Chasinianos. Um desses autores, René Armand Dreifuss afirmava, em 1981:

A questão da elite orgânica, ou uma elite política motivada para se apoderar do Estado, além de atenta e organizada para barrar uma série de políticos e intelectuais e qualquer um que não fosse conveniente para com sua propostas anti-nacionalistas e de extrema direita liberal. Esse todo, um complexo que em breve tempo se mostraram muito competente e satisfatório para os grandes proprietários e associados que na luta pelo domínio do Estado já o vinham balizando com os objetivos de imprimir políticas para ampliação de seus capitais com mudança estruturais na economia política e na segurança nacional (DREIFUSS. **1964 – A conquista do Estado**, Petrópolis: Vozes, 1981, pág.336)

Dreifuss fundamenta-se em Gramsci para proceder á sua analítica sobre o caráter do “IPES como uma organização político-militar”, que congregou “a elite orgânica dos interesses multinacionais e associados”, configurando-se uma fase genuinamente política na qual “ideologias previamente desenvolvidas se tornam partidos”. Conforme suas palavras:

A elite orgânica, como partido dos interesses, organizava atividades públicas e encobertas nas áreas civis e militares, até que o complexo da ESG Escolas Superior de Guerra das\ Forças Armadas (como poder de classe pré-dispostos no aparelho de Estado) eclipsaram o complexo IPES / burguesia civil militar dissimularam as imediatas características de classe do movimento. Este seria então reconhecido apenas por sua feição militar e paramilitar. Em tal momento, o General Golbery do Couto e Silva se afirmava chefe do maior bloco de poder multinacional e associado (DREIFUSS. Idem, pág. 337)

Uma questão que é necessário esclarecer é a compreensão teórica sobre o protagonismo em ação na ditadura Bonapartista da Autocracia enquanto fração de classe proprietária motivada a recuperar a qualquer custo o Estado para ampliação e perpetuação do capital e conseqüentemente o poder, e o papel do ideólogo Antonio Delfim Netto em todo esse complexo; essa característica em tese, foi pensada por Antonio Gramsci como uma teoria de classe:

Todo grupo social, nasce no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI Antonio. **Cadernos do Cárcere**.Vol.II, Ed. Civilização Brasileira, 2000, pág.01)

Delfim Netto foi esse intelectual que atuou organicamente no sentido de dar coesão e organização para o que estava em processo pela e para o segmento social do qual era ele naquele momento um representante. Continuando ainda com Gramsci:

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por certa capacidade dirigente e técnica(isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também de outras esferas; pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massas de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.) (GRAMSCI, idem, pág. 15-16)

Essa era a motivação ideológica e de classe do qual Delfim Netto se empenharia para que uma fração de camada social proprietária, já há muito se organizava para por abaixo questões que não estivessem afinadas com seus propósitos entreguistas de acumulação capitalista com máxima segurança.

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu a luz”. (GRAMSCI, idem,)

E sempre com Gramsci, ao lado desta formação dos “intelectuais orgânicos” que se desenvolve no mundo capitalista moderno, surge um segundo tipo que são os “intelectuais tradicionais”, assim:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, idem, vol.2, págs. 16-17)

Nesse mesmo mote, na nossa história real, as classes organizadas atuavam defendendo esses institutos conspiradores, onde vários empresários e representantes de grandes corporações nas posições mais reacionárias e conservadoras, *Movimento* enumerava em sua reportagem que “só a *Light & Power*, entre dezembro de 1961 e agosto de 1963, contribui mensalmente com o IPÊS com a quantia de Cr\$ 200.000,00”.(Duzentos mil cruzeiros).

Entre os militares, que passaram a fazer parte dos institutos conspiratórios contra o Presidente eleito pelo voto direto da República do Brasil João Goulart, e que se tornaria um dos mais destacados integrantes do órgão seria o coronel Golbery do Couto e Silva. Entre os civis, os economistas Roberto Campos, Octávio Bulhões, Mário Henrique Simonsen, Glycon de Paiva e outros. (*Nosso Século*)

Figura 1



Fonte: *Sob as Ordens de Brasília. Coleção Nosso Século. 1960-1980.* São Paulo: Abril Cultural, São Paulo, 1980.

Em “Os empresários estão conspirando”, o periódico *Nosso Século* afirma que o IPÊS articula as elites em torno de uma alternativa de ‘salvação nacional’. Apoiando-se em René Dreifuss, a publicação enumera mais de 200 tecnopresários e intelectuais orgânicos vinculados à conspiração ipesiana. O IPÊS e os militares engendram, enfim, um “Estado dentro Estado” que tramam o golpe das

classes proprietárias contrárias ao trabalhismo de Getúlio Vargas e João Goulart além das propostas nacionalistas em discussão naquelas décadas de 1950-60.

Nessa altura de grande embate político e aberta luta de classes, uma situação política no país se organizava na clandestinidade de forma que: “Delfim Netto era ainda uma figura menos representativa na grande equipe de entreguistas²⁸ que integrava os quadros do IPÊS”, caracterizando o *Movimento* o perfil e o teor do futuro Ministro da Fazenda da ditadura bonapartista da seguinte maneira:

Na verdade, apesar de comprometido com os porões da conspiração direitista, Antonio Delfim Netto tentava manter uma aparência de neutralidade e, nessa sua posição pendular, acendia uma vela a deus e outra ao diabo. Na universidade, aceitou participar de uma coalização que o tornou suplente de Fernando Henrique Cardoso como representante dos antigos alunos no Conselho Universitário. Ao mesmo tempo, se aproximou do reitor Gama e Silva, um dos principais conspiradores contra João Goulart. Por outro lado, não deixava de comparecer ao aeroporto toda vez que o ministro do Planejamento de Jango, Celso Furtado, ia a São Paulo. (O Movimento.1975.pág.12).

A práxis do economista e contador na conspiração de classes do complexo IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)

O contador e economista de formação Antônio Delfim Netto, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA)²⁹ da Universidade de São Paulo (USP), conforme esmiuçado por René Dreyfus em sua seminal obra *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, integrou ativamente desde 1961 a ação ideológica da conspiração das classes proprietárias articuladas no complexo IPÊ que contribuiria, centralmente, para depor o governo de João Goulart em 1º de abril de 1964. Desse modo, e sempre com Dreifuss; esse nos explica sobre as motivações da criação desses institutos:

²⁸ Entreguistas: Também conhecidos no Brasil, de cosmopolitismo, em sentido estrito, é o preceito da mentalidade ou prática político-ideológico de entregar recursos naturais de uma nação para exploração por entidades, empresas e também subordinar a massa trabalhadora disponível para acumular capital pagando baixos salários. Em grande parte favorecendo as empresas de capital internacional e associadas. É um instrumento de auto reprodução de uma sociedade de elite e de manutenção da acumulação entravada. Também consiste na desnacionalização sistemática da indústria nacional, especialmente de setores de produção mediante a transferência de seu controle para capitais estrangeiros. A remessa de lucros decorrente dessa entrega se constitui numa das parcelas da expatriação do excedente econômico de um país, e a delegação do controle administrativa dos setores estratégicos da economia para as multinacionais; isso a curto prazo impede o surgimento da forças internas que eliminam os entraves ao seu desenvolvimento e alteram a reprodução do status quo. (CARTA, Mino (ed). **Retratos do Brasil**. Ed.Três, 1978, pg.115).

²⁹ FEA-USP: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais. “Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecno-empresários, empresários e militares,” pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade” “Desse modo, este capítulo também descreve o envolvimento de civis e de oficiais das Forças Armadas pertencentes ao complexo IPES/IBAD ou ligados aos vários grupos da elite orgânica na estratégia militar contra o executivo e contra as forças populares” (DREIFUSS. 1964. **A Conquista do Estado**, pág.161 e 361)

Esse é o modelo associado, burguesia civil, militar mais capital estrangeiro que, na luta pelo poder do Estado, conjuga-se nessa empreitada onde Gramsci nos apresenta sua teoria da Elite Orgânica. Mas, continuando com Dreifuss:

Essa elite de intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus “próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento e, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados (DREIFUSS. Idem, pág.161)

Então temos o modelo subordinado que as elites locais empregaram para fazer toda uma trama para se apossar de todas as esferas da ordem política e por fim impor uma nova estrutura de produção dependente com forte repressão sobre a classe trabalhadora e seus vencimentos.

Essa é a fase mais genuinamente política e marca passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam “partido”. Para entender como os interesses multinacionais e associados estabeleceram sua supremacia sobre o bloco populista oligárquico-industrial no poder e como eles contiveram as classes trabalhadoras emergentes, é necessário compreender o processo pelo qual os intelectuais orgânicos das frações economicamente predominantes foram capazes de se envolver com êxito na luta política da década de sessenta (DREIFUSS, idem, pág. 162)

Então temos os motivos e as práticas que essa fração de classe conseguiu levar adiante na base da conspiração e depois na tomada do Estado. Continuando com Dreifuss.

É também necessário compreender o “grau de homogeneidade, consciência e organização” atingido pelos intelectuais orgânicos dos interesses econômicos multinacionais e associados. Esse momento de homogeneidade, consciência e organização no processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD (DREIFUSS. Idem, pág. 161-162)

Alocada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e integrando a ação ideológica desse instituto empresarial-militar das classes proprietárias golpistas, foi constituída a revista **Convivium**³⁰.

Em capítulo intitulado *A ação de classe da elite orgânica*³¹: a campanha ideológica da burguesia, em tópico reservado à doutrinação, o historiador uruguaio afirma sobre esse complexo golpista:

Entre as revistas subsidiadas e distribuídas para satisfazer a um público relativamente mais intelectualizado, **como parte da campanha que o IPES chamava de ‘fertilização cruzada’ ideológica e a criação de barreiras intelectuais no marxismo**, destacavam-se os *Cadernos Brasileiros*, **Convivium** e **Síntese**, sendo as duas últimas dirigidas à hierarquia da Igreja e à *Intelligentsia* católica leiga. (DREIFUSS, idem, p. 236)

Um dos grupos especializados do IPÊS paulista, sempre de acordo com a pesquisa de René Dreifuss, nomeado Grupo Especial de Conjuntura (GEC), além de receber o apoio de grupo similar carioca liderado por Golbery do Couto e Silva (Grupo de Levantamento de Conjuntura), sincronizava suas atividades com o Grupo de Doutrina e Estudos (GDE), deste recebendo suporte. Desse modo, articuladamente, “o GEC se valia”, prossegue o uruguaio, “do material arquivado e classificado pelo Centro de Documentação da Pontifícia Universidade Católica que era ligada ao IPÊS por seus diretores Dr. Santaché e Álvaro Malheiros” (DREIFUSS, idem, pág. 190).

³⁰ *Revista Convivium* também denominada *Sociedade Brasileira de Cultura*, entidade de classe fundada em São Paulo, em 1961, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu inúmeras atividades durante o tempo em que funcionou, recebia dotações do IPÊS ao qual era ligada. Mantinha uma agência de notícia conhecida com Planalto; um Centro de Estudos de Desenvolvimento, que realizava cursos para universitários e para operários; editava a revista de Política e Estratégia. Durante mais de trinta anos publicou a revista *Convivium*, dedicada a temas filosóficos, direito, artísticos e literários. O Padre Adolfo Domingos Crippa (1929-2000) foi o editor responsável pela publicação e distribuição da revista. Durante as três décadas de sua existência, participou ativamente nos editoriais da revista as questões das políticas nacionais, conflitos ideológicos entre cristianismo e marxismo e também sobre as ondas liberalizantes que vinham do ocidente. Foram impressas 185 revistas no período de trinta anos. O padre Domingos Crippa escrevia sobre a Doutrina Social da Igreja Católica, assinalando a *Matter et Magistra* desde 1962. Tanto Crippa quanto Delfim escreviam regularmente para o caderno da revista intitulado “Revistas de Finanças públicas”.

³¹ Elite orgânica: Dreyfus que aponta como sendo de Antonio Gramsci esta racionalização sobre o que é elite orgânica ;ou onde essa organização política dedicada a reprodução da dominação burguesa na sociedade capitalista busca seus interesses de classe. Assim, reúnem em seu seio a vanguarda dos empresários, tecno-empresários, intelectuais militares e políticos. Todos se empenham em elaborar estratégias políticas para garantir a viabilização prática dos interesses do grande capital na sociedade, com táticas adequadas a cada momento da sociedade. (DREYFUSS. **Op. cit.**, pág.189).

Ademais, “o GEC não visava apenas a coordenar a ação direta entre os militares, mas também a de penetrar nos sindicatos, nas organizações estudantis, movimentos camponeses, Igreja e a mídia” (DREIFUSS, 1981, pág. 189)

Assim, a publicação de material de Conjuntura organizado pelo General Golbery não era explícita mas centralizado para os grupos em conformidade nas conspiração, e também para convencimento daqueles que não sabiam, ou tinham dúvidas sobre as questões ideológicas, e o que de fato estava em jogo pela própria autocracia bonapartista.

Em nota a seu livro, registra Dreifuss que “o GEC tinha um orçamento administrativo de quase 25 milhões de cruzeiros por ano para ser gasto com pessoal e material básico” (DREIFUSS, 1981, pág. 218).

Nessa trama conspiratória das classes proprietárias, que envolvia vigorosa *ação de classe da elite orgânica, ou empresários industriais, médios e grandes, banqueiros, profissionais liberais de vários segmentos, políticos de oposição a Jango e militares das forças armadas, que em campanha ideológica da burguesia* contra as Reformas de Base trabalhistas do Governo João Goulart, esquadrinha o uruguaio, precisamente, as conexões entre o IPÊS e a PUC-SP, a saber:

O IPÊS também patrocinava um Centro para Pesquisa e Documentação Social e Política na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bem como o estabelecimento de um curso sobre ciência política e social na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. **Ele distribuía aos responsáveis por ‘tomadas de decisão’ um conjunto de estudos e trabalhos sobre uma variedade de assuntos, grande parte deles incluída nas propostas das Reformas Básicas do IPÊS e do Congresso de Reformas de Base. Organizava ainda, através da PUC e dos Diretórios Acadêmicos, uma série de seminários, conferências e trabalhos de discussão com vistas ao corpo estudantil em geral.** (DREIFUSS, idem, pág. 255)

Observa-se, portanto, que as ligações do IPÊS “com a Pontifícia Universidade Católica – PUC – eram muito significativas”, avançando com Dreifuss, ainda, no sentido de que a PUC-SP “supria o IPÊS de apoio intelectual – um campo de ação em virtude de sua população estudantil e acadêmica – e agia como um canal para penetração nas classes médias. Funcionava também como um canal de contribuições financeiras” (DREIFUSS, 1981, p. 276).

Desse modo, “o IPÊS dava assistência a diversas revistas apoiadas pela Igreja ou de orientação eclesiástica como a *Revista Ponte Pioneira* e uma outra **mais intelectualizada, Convivium, dedicada aos ‘acontecimentos culturais e**

políticos’ e ao ‘estudo e defesa dos valores de nossa civilização cristã ocidental’” (DREIFUSS, 1981, p. 276). O historiador uruguaio, pioneiro na análise das organizações e ligações das classes proprietárias do capital *atrófico*³² associado com os militares, nota que, “embora o Padre Crippa tenha sido removido de São Paulo, pelo Cardeal Mota, e mandado para Campinas, ele voltava com regularidade para continuar o seu trabalho na **Convivium**” (DREIFUSS, idem, pág. 276).

Prossegue Dreifuss, em sua analítica, assinalando que **“como nos outros casos o IPÊS ‘comprava’ um considerável número de revistas para distribuição entre contribuintes e patrocinadores”**, particularizando, porém, a campanha ideológica da *elite orgânica* aglutinada na revista **Convivium** da seguinte maneira, a saber:

A **Convivium** era escrita principalmente por professores universitários e intelectuais relacionados com a Igreja e publicada pela Associação de Cultura Brasileira ‘Convívio’, dirigida pelo padre Adolpho Crippa, teólogo e professor da PUC. **O ‘Convívio’, também assistido financeiramente pelo IPÊS, foi fundado em 1961 por um grupo de ativistas paulistas para funcionar como núcleo de elaboração ideológica e de doutrinação política. Milhares de militantes passaram pelos cursos de formação política do ‘Convívio’** (DREIFUSS, idem, pág. 255)

Ainda com Dreifuss, que afirma, em sua monumental pesquisa sobre o IPÊS, que **“em dezembro de 1962, o Padre Crippa apresentou um plano de ação para 1963, que foi estudado por Paulo Edmur de Queiroz**. Esse plano incluía o estabelecimento de uma Escola Superior de Liderança, que era uma expansão do Instituto de Formação de Líderes e a Agência de Notícias Planalto que eram ligados

³²Capitalismo Atrófico: Rago Filho, Antonio: Ideário da Revolução de 1964, forma particular de organização da produção subordinada e induzida de fora... Examinando os perfis próprios de cada general-presidente do ciclo militar, dos gestores do capital atrófico, a fim de detectar os projetos que os especificam, buscando configurar a nucleação básica desta forma de dominação autocrática burguesa em nosso país... Aliado a isso, reunimos uma literatura sobre o período histórico demarcado, esforços teóricos que buscaram a compreensão das manifestações da dominação autocrática dos proprietários em nosso país, bem como das resistências e lutas levadas contra o capital atrófico com seu governo pró-monopolista, antipopular e antidemocrático... Mais ainda: a privatização do Estado, a sobeja utilização exclusivista do capital atrófico nacional em sua finada missão de completude, aliada à ilusão de civilizar a lógica da destruição produtiva imanente ao imperialismo, sob a base de uma política econômica centrada na superexploração da força de trabalho nacional, com uma legislação cerceadora dos direitos básicos da cidadania burguesa com uma malha jurídica repressora do movimento sindical... A burguesia associada e seus “intelectuais orgânicos” se puseram a serviço da brutalidade e das práticas de tortura, do desaparecimento, do aniquilamento, da humilhação, em suma, práticas de uma burguesia vil, covarde e indigna...É por isso de conformação hiper-tardia e subordinada. A associação ao capital estrangeiro – face à apropriação dual da mais valia – a mantém numa posição secundária como parte de sua natureza atrófica, propiciando a reprodução do arcaico na processualidade de sua modernização excludente. (Texto integrante do **Anais do XVII Encontro Regional de História ANPUH/SP. UNICAMP. Setembro de 2004**).

ao IPÊS, assim como a criação de um seminário político e ideológico” (DREIFUSS, 1981, p. 276).

O presidente do IPÊS paulista, diretor-executivo do Banco Itaú e da Scannia, primo-irmão do último presidente do ciclo militar *bonapartista*³³, João Baptista Leopoldo Figueiredo, conforme também resgatado por Dreifuss, “pediu a Paulo Edmur de Queiroz para ser o contato com o Padre Crippa, de forma que o Padre apresentasse seu orçamento e fixasse as prioridades para o projeto de ampliação das estruturas da Escola de Líderes e da Agência de Notícias Planalto ligados ao IPES, e que acabou sendo estruturado” (DREIFUSS, 1981, p. 276). Especificamente versando sobre a conspiração e a campanha de desestabilização do governo João Goulart na PUC-SP, no período anterior ao golpe de Estado e de classe de 1964, analisa o uruguaio:

A agência através da qual esse centro operava era a Planalto, porta-voz do IPÊS, e hoje [1981] conhecida como Plana. Com relação ao Centro de Pesquisa, ele fornecia o molde para as atividades dos intelectuais de direita dedicados à análise da situação política. **Esse trabalho era subsidiário ao Grupo de Doutrina e Estudo e ao do Grupo de Levantamento da Conjuntura do IPÊS de São Paulo. Essa seção publicava a revista Convivium** (DREIFUSS, idem, pág. 256)

Fixando, portanto, sempre com Dreifuss, que “essa organização agia por meio do Instituto de Formação de Líderes, uma agência de notícias e um Centro de Pesquisa”, destacando o historiador, ainda, que “o Instituto oferecia cursos básicos aos estudantes, sindicalistas e outros setores do público, preparando-os para a militância ideológica e política em suas áreas específicas de atividade, oferecendo orientação, como também **visando a ampla disseminação da mensagem e doutrina do IPÊS**” (DREIFUSS, 1981, p. 256).

³³ O Bonapartismo foi estudado por Marx principalmente em o Dezoito de Brumário, e foi pensado simultaneamente para o caso Francês (Napoleão III) e Bismarck alemão do século XIX. Em ambos os países, (mesmo tendo institucionalizado o capitalismo por vias diferentes, uma revolucionário e outra não), o contexto histórico caracteriza-se pelo movimento extremo, contraditório e agudo: expansão, crise econômica, intensos conflitos internos e externos, crescimento e repressão brutal dos movimentos operários, explicitação e intensificação de luta das classes. É nessa situação que o Bonapartismo aparece como forma específica de dominação político-econômica num movimento de retrocesso da dominação em curso na França. Com isto, para o marxismo, o debate sobre o bonapartismo relaciona-se umbilicalmente às estratégias de luta das classes trabalhadoras. Como a ligação teórica e prática existente na própria realidade que buscam apreender as formas específicas de dominação de classe burguesa, o entendimento destas é imprescindível para sua crítica teórico-prática e para o combate feroz de dominação para superação da própria dominação. VANIA NOELI FERREIRA ASSUNÇÃO. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxista sobre o regime inaugurado em 1964.

Nesse contexto sócio-histórico de atuação de classe orgânica como bem lembra Gramsci³⁴ sobre a “Elite Orgânica” da **Convivium**, “os ‘melhores’ alunos ou técnicos e especialistas eram escolhidos para participar de cursos especializados para ativistas, no sentido de serem passados conhecimento intelectual da ideologia capitalista e tudo que circunda essa ideologia como forma de reproduzir a vida,(modelo de produção), ecoando, como bem explica o pensador Gramsci, mas tendo em mente, em especial, a organização estudantil e sindical” (Dreifuss, 1981, p. 256). Nesse sentido, na sequência, sumaria Dreifuss:

O Instituto preparava também ciclos de conferências destinados a doutrinar a opinião pública. **Apoiava, ainda, outros projetos do Padre Crippa, tais como a Escola Superior de Liderança e a organização de um seminário político que viria a ser o centro de estudos do desenvolvimento. João Baptista Leopoldo Figueiredo indicou Paulo Edmur de Queiroz como o homem de contato e assessor dos projetos do Padre Crippa** (DREIFUSS, idem, pág. 256)

Além dessas considerações que o grande pesquisador Dreifuss nos aponta temos: IPÊS 06.06.1963 Cursos disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: O Objetivo do Curso, entre outros era o de tratar sobre Democracia e Regimes Totalitários. Desenvolvimento e Religião, A Realidade Brasileira. Curso integralmente ministrado pelo Professor Antonio Delfim Netto: (Progresso Econômico e Progresso Social) (DREIFUSS, idem, pág. 277).

De modo semelhante ao que a Escola Superior de Guerra (ESG) “faria entre os militares”, prossegue Dreifuss, “o próprio IPÊS entre os empresários, e intelectuais e a Ação Democrática Parlamentar [o “escritório de Brasília” *ipesiano*] no meio partidário, o ‘Convívio’, agindo na área da Igreja, dirigia seus esforços contra os inimigos comuns. **Os empresários contribuía para o ‘Convívio’ por meio da UNAP – União Nacional de Amparo à Pesquisa, uma espécie de fundação,**

³⁴ “Gramsci e a Elite Orgânica” “Organização da cultura é organicamente ligada ao poder dominante. Os intelectuais não podem ser definidos pelo trabalho que fazem mas pelo papel que desempenham na sociedade, de forma que sempre tem uma função técnica de liderar politicamente um grupo, quer grupo dominante, quer outro grupo que aspire a uma posição de dominação. Cada grupo social surgindo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico mas também no social e político. O primeiro exemplo que Gramsci nos apresenta é o “empresário capitalista” que cria para si “ ao mesmo tempo, o técnico industrial, o especialista em economia política, o organizador de uma nova cultura política, de um novo sistema jurídico; ...(...) Esta é a definição que Gramsci oferece dos intelectuais “orgânicos” e de sua função, que é ao mesmo tempo técnica e política”. Antonio Gramsci. MEC. Coleção Educadores. Editora Massangana. ano 2010. Pág.21.

criada em 1963, e que dissimulava a presença do IPÊS” (DREIFUSS, idem, pp. 255-256).

Assim, completa o uruguaio, “é bem claro” que o IPÊS “levava uma vida dupla, tanto política quanto financeiramente” (DREIFUSS, 1981, p. 208), abordando, enfim, no tópico sobre “A ‘limpeza’ das contribuições financeiras” (Dreifuss, 1981, pág. 203), que através da **Convivium** o instituto empresarial-militar buscava uma forma de “‘limpar’ e disfarçar as contribuições financeiras feitas às atividades do IPÊS por firmas, indivíduos e outras fontes. Ambos, os doadores e o IPÊS, tinham de se proteger do conhecimento público” (DREIFUSS, 1981, pág. 203), uma vez que a conspiração das classes proprietárias contra o governo de João Goulart desenvolvia-se dentro da clandestinidade e ilegalidade, ou fora dos marcos da ordem constitucional da Carta Política de 1946. Visando, por conseguinte, camuflar as contribuições, conclui Dreifuss:

O IPÊS e firmas privadas estariam então, fazendo doações ‘filantrópicas’, pelas quais eles obteriam recibos que, na verdade, liberariam o dinheiro para outros objetivos que não os oficialmente conhecidos. Faziam-se também contribuições por meio de ‘subscrições públicas’, sem fatura, como era o caso da Light S.A. e através da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (DREIFUSS, idem, pág. 204)

Vejamos esse delicado quadro, então; de uma bem complexa situação, pois não podia ser declaradamente pública a conspiração, mas quase o era, ou muito restrita, pois como levanta Dreifuss, a conspiração ocorria na clandestinidade, pois um instituto conhecido já havia sido fechado, conhecido como IBAD, pelo próprio presidente João Goulart, por muitas denúncias inclusive de corrupção. Assim uma organização em lugar público ou aberto como numa universidade igual a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, não chamaria atenção, além do chamado de parte da comunidade ser de contato muito restrito entre os alunos dessa instituição.

Delfim Netto, a sua vez, plenamente inserido nessa plataforma conspiratória das classes proprietárias, responsável, também, pela ação ideológica “construtiva” do que viria a se organizar como o novo bloco de poder orgânico, que era constituído de intelectuais de diversas áreas do conhecimento como do Direito, Administração, Economia e outros temas, além de empreendedores como industriais e banqueiros, por isso de classes distintas, mas que foram bem-sucedido em 1º de abril de 1964, escreve em março daquele ano, na revista **Convivium**, um revelador artigo intitulado “Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro”. O artigo foi

publicado no painel “Perspectivas e Debates” da revista **Convivium**, não por acaso, no mês em que o golpe militar e de classe social proprietária foi deflagrado.

Nesse sentido, militarmente vitorioso o golpe de Estado, a revista, em sua edição de maio de 1964, trazia artigo do padre Domingos Crippa intitulado *As possibilidades da revolução brasileira*. O clérigo, apologeta da ditadura militar *bonapartista*, e referenciando-se no discurso de Delfim, sobre *a estrutura econômica brasileira*, assinala que, “considerado em sua totalidade, o Brasil é um país subdesenvolvido” (CRIPPA, **Convivium**, Ano III – N.º 1 – VOL. 4, maio, 1964, p. 10).

Na mesma tônica e ainda respaldado nas ideias delfinianas, acerca da *pobreza* e do *subdesenvolvimento* nacionais, o padre Crippa polemiza com os marxistas que, segundo ele, “interpretam essa miséria como resultante das condenáveis relações de produção”, “o que teria levado o povo brasileiro a esse estado crítico de alienação. A democracia brasileira seria uma democracia de classe, incapaz de enfrentar e resolver esse problema social” (CRIPPA in **Convivium**, Ano III – N.º 1 – vol. 4, maio, 1964, p. 10).

“Em realidade, porém”, afirmava Crippa, em sua tentativa de salvar, a seu modo, a democracia de seu ineliminável teor de classe proprietarista: “a miséria nacional resulta da impossibilidade de acumulação do capital necessário para a economia brasileira atingir, rápida e equilibradamente, seu estágio industrial, dentro de uma economia de mercado” (CRIPPA, **Convivium**, Ano III – N.º 1 – VOL. 4, maio, 1964, p. 10).

A bem da verdade, imputando como a raiz da crise de subdesenvolvimento brasileiro a insuficiente *acumulação de capital industrial* na *economia* nacional, o Padre Crippa, aqui, precisamente, quase que reproduz o texto de Delfim Netto inscrito na revista *Convivium* intitulado *Problemas do Desenvolvimento Econômico do Brasil*.

Por ora, o que nos interessa, é o resgate feito pelo clérigo, na sequência, da assim chamada “opção nacional para conseguir a superação do

subdesenvolvimento” através do ideário e da análise do ideólogo e professor Antônio Delfim Netto, em aula proferida no início do ano do malfazejo golpe de Estado:

Como bem assinalou o Prof. Delfim Netto em sua aula inaugural deste ano na Faculdade de Ciências Econômicas, [a superação do subdesenvolvimento] tem de se dar na escolha das regras da acumulação do capital (CRIPPA, **Convivium**, Ano III – N.º 1 – VOL. 4, maio, 1964, pp. 10-11)

Nessa aglutinação das classes proprietárias e seus ideólogos economistas e clérigos contra a plataforma reformista do trabalhismo de João Goulart, adverte ainda Crippa que, “ao Estado, cabe, hoje, indiscutivelmente, suprir lacunas da iniciativa privada, no sentido de obter a acumulação do capital necessário ao desenvolvimento, devendo participar vivamente da sistematização planejada do mesmo desenvolvimento” (CRIPPA, **Convivium**, Ano III – N.º 1 – VOL. 4, maio, 1964, p. 11).

Sinalizando, pois, o que julga como a necessária intervenção do Estado para suprir as lacunas da iniciativa privada, com vistas à acumulação de capital como forma de superar o subdesenvolvimento brasileiro – sempre na visão de mundo das classes proprietárias anti-Goulart –, resgata o clérigo *ipesiano* algumas lições da aula inaugural de Delfim:

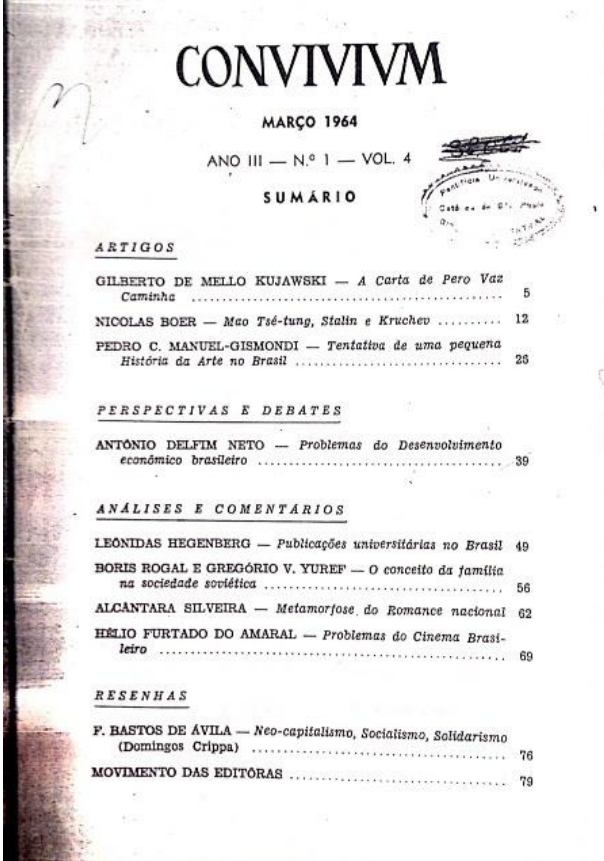
Se essa alternativa que Delfim Netto define como ‘economia de mercado mista’, for repelida, teríamos, no Brasil, de optar pela socialização dos meios de produção e pela economia integralmente dirigida por um estado totalitário, uma vez que o liberalismo puro não tem condições para corresponder às exigências da sociedade moderna (CRIPPA, **Convivium**, Ano III – N.º 1 – VOL. 4, maio, 1964, pp. 10-11)

Também em número de julho-agosto da **Convivium** de 1964, os juristas Miguel Reale e Goffredo Telles Junior e o editor do jornal **O Estado de São Paulo** e o cientista político Oliveiros da Silva Ferreira estampavam, respectivamente, os seguintes artigos na revista *ipesiana* – com vistas, reiteramos, à legitimação da quebra clandestina e inconstitucional do governo Goulart: “Os Imperativos da Revolução”, “Lineamentos de uma Democracia autêntica para o Brasil” e “O Congresso da Revolução”.

Tratava-se da síntese de uma semana de debates promovida pela citada revista, para a qual foram chamados representantes da autocracia burguesa, com vistas a definir os rumos a serem dados ao país e, conforme se observa pelos títulos, a proposta era a de promover um golpe de estado, por eles denominado de “revolução”, conceito adotado, de fato, em 1º de Abril de 1964. Assim: “Nessa época ainda com Roberto Campos e Bulhões a frente da Fazenda Federal foram introduzidos planos de orçamentos do governo com inovações para que houvesse um sistema de Previdência Social que até 1964, ou antes do golpe, eram os Sindicatos das várias categorias de trabalhadores, os responsáveis pela contribuição mensal de todos os trabalhadores e também pela contagem de tempo para as aposentadorias de cada categoria de trabalhador. Com o Golpe civil-militar de 01 de Abril de 1964, o governo Federal e a Fazenda Pública Federal passa a ser o grande arrecadador de todas essas contribuições trabalhistas. Desse modo, o governo de Castelo Branco, e o Ministério da Fazenda passou a arrecadar um grande orçamento em divisas para o Estado Brasileiro, mas concomitantemente esse governo iniciaria uma política econômica de achatamento do salário mínimo, como política de contenção da inflação, segurando a emissão de dinheiro, como forma de segurar os preços que inflacionavam os custos, mas contraditoriamente os investidores passaram a acumular grandes dividendos dessa política, ou começa nesse momento a concentração de renda, com empresários e investidores de bolsa de valores ganhando cada vez mais, pois o país crescia em divisas e na produção, mas os trabalhadores ganhavam em seus vencimentos cada vez menos. Segundo análise do DIEESE, o salário mínimo em 1964 seria o equivalente a R\$ 823,00 reais; em 1965 caiu para R\$ 793,00, em 1966 caiu para R\$ 676,00; em 1967 foi para R\$ 640,00; e depois em 1968 quando Delfim Netto já estava Ministro da Fazenda, o salário mínimo chegaria ao aviltante valor de R\$ 626,00 reais ou equivalente cruzeiros do período golpista civi-militar. Assim a ditadura que endureceu em 1964, chegaria em 1968 mais violenta ainda, ou no seu quase auge da repressão sobre as classes sociais menos favorecidas, e a qualquer cidadão que incorre-se em fazer críticas sobre medidas tomadas por quem tivesse no poder conduzindo os desígnios do país. Fontes: DIEESE. Apud. História. Ditadura Militar. Revista Abril Cultural. página 18. Ano 2010.

O ideário de Delfim Netto na revista ipesiana *Convivium*: os *Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro* de março de 1964

Figura 2



The image shows the cover of the magazine 'CONVIVIVM' from March 1964. The title 'CONVIVIVM' is prominently displayed at the top. Below it, the issue information reads 'MARÇO 1964' and 'ANO III — N.º 1 — VOL. 4'. A circular stamp from the 'Faculdade Univeritária de Ciências da Saúde' is visible on the right side. The table of contents is organized into several sections: 'ARTIGOS', 'PERSPECTIVAS E DEBATES', 'ANÁLISES E COMENTÁRIOS', and 'RESENHAS'. The article by Delfim Netto is highlighted in the 'PERSPECTIVAS E DEBATES' section.

ARTIGOS	
GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI — <i>A Carta de Pero Vaz Caminha</i>	5
NICOLAS BOER — <i>Mao Tsé-tung, Stalin e Kruchev</i>	12
PEDRO C. MANUEL-GISMONDI — <i>Tentativa de uma pequena História da Arte no Brasil</i>	28
PERSPECTIVAS E DEBATES	
ANTÔNIO DELFIM NETO — <i>Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro</i>	39
ANÁLISES E COMENTÁRIOS	
LEONIDAS HEGENBERG — <i>Publicações universitárias no Brasil</i>	49
BORIS ROGAL E GREGÓRIO V. YUREF — <i>O conceito da família na sociedade soviética</i>	56
ALCANTARA SILVEIRA — <i>Metamorfose do Romance nacional</i>	62
HÉLIO FURTADO DO AMARAL — <i>Problemas do Cinema Brasileiro</i>	69
RESENHAS	
F. BASTOS DE ÁVILA — <i>Neo-capitalismo, Socialismo, Solidarismo (Domingos Crippa)</i>	76
MOVIMENTO DAS EDITORAS	79

Fonte: *Convivium*, Março, 1964. Destaca-se no sumário, o artigo de Delfim Netto intitulado *Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro*, no item *Perspectivas e Debates*.

O ideólogo da autocracia do capital burguesa Antonio Delfim Netto, propriamente dito, a seu turno, ainda na citada edição de março de 1964, em seus “Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro”, inicia o artigo pontuando que “a responsabilidade social dos economistas, contadores e administradores no processo de desenvolvimento econômico do país, aumenta constantemente em nossos dias devido à importância e à complexidade dos problemas econômicas” (Delfim Netto, *Convivium*, ano III – n.º 1 – vol. 4, 1964, p. 39).

Revelando um processo de conscientização ideológica por parte dos tecnocratas a serviço das classes proprietárias nacionais e associadas, Delfim oferece, no início do artigo, “algumas ideias relativas ao problema do

desenvolvimento econômico do Brasil com o fim de, colaborando na formação de uma consciência clara e objetiva sobre o assunto, provocar um sentido mais profundo da responsabilidade que caberia a cada um deles no processo do desenvolvimento” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 39).

Apoiando-se em trabalho de Nurkse (*Wicksell Lectures*), de 1959, onde se lê que “é inevitável que o pensamento econômico caminhe atrás dos fatos e da histórica econômica”, o economista brasileiro afirma, a seu turno, que “os economistas estão sendo chamados, cada vez com maior intensidade, para assumir o papel de construtores daquela mesma História” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 39).

Observa-se, portanto, nessa parte inicial do discurso de Delfim Netto, que se conclamavam os economistas e tecnocratas a “intervirem na História”, construindo-a conscientemente a serviço das classes proprietárias a que serviam.

Além disso, Delfim Netto expõe que, desde 1954, final do governo Getúlio Vargas, constatava-se “um visível aumento da liderança dos economistas” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 39). Isso se daria, conforme o autor, por dois caminhos principais: “a generalização das ideias sobre programação, planejamento e projeto”, que “deslocou para a esfera dos economistas e engenheiros o peso das decisões dos executivos”; e, em segundo lugar, “a generalização do sistema de assessoria, decorrente da complexidade dos problemas econômicos e da criação de uma linguagem própria e esotérica”.

Esse conhecimento econômico compreensível apenas para poucos – daí o termo “esotérico” –, no dizer do articulista, “está **transformando os homens que exercem o poder político em presa fácil dos técnicos**” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, pp. 39-40).

Assim, Delfim, ao analisar o que considerava um “processo semântico que tende a estigmatizar palavras, fazendo com que os políticos as pronunciem ou as evitem com fervor quase religioso, a fim de captarem a boa vontade dos seus eleitores”, pontuava tal problemática (a que chamava “tirania das palavras”) no interior mesmo do processo de “alienação dos políticos de nossa época” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 40).

Em virtude dessa suposta alienação dos dirigentes políticos à época, conclui Delfim Netto que: “o economista está se transformando em construtor da História” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 40).

Rechaçando que a problemática do desenvolvimento econômico apenas se trata de um problema de assessoria técnica, ou somente de que “o pensamento econômico caminha atrás da História”, ou mesmo “de que aos nossos políticos faltasse maior dose de espírito público” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 40), Delfim Netto, ao contrário, aponta ser o problema “muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Decorria essencialmente da ausência de uma adequada visão de mundo” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 40). Assim tinha claro o economista da Autocracia do Capital, que a História é transformada ou é construída pelas atitudes do gênero humano conforme as conveniências dos grupos sociais envolvidos nas suas variadas motivações.

Abordando o que chamou de “ideologia industrialista” (Delfim Netto *in* **Convivium**, 1964, p. 41), na particularidade do subdesenvolvimento brasileiro, sinalizava Delfim que “a necessidade de industrialização, que hoje nos parece tão natural, ainda não se havia configurado no pensamento dos economistas e os caminhos do desenvolvimento tecnológico pareciam indicar que essa mesma industrialização seria impossível sem suprimentos adequados e convenientemente localizados de carvão e minério de ferro” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 40).

“É importante”, conforme salienta Delfim, “que nem do pensamento marxista derivava uma clara e ativa ideologia industrialista” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41). Julgava o economista brasileiro constituírem-se as únicas exceções a este fato o “pensamento de Friedrich List³⁵ e da escola histórica alemã, que encontrou a sua expressão prática na afirmação de Bismarck, de que o ‘sistema de proteção tarifária deveria reservar o mercado interno à produção nacional’” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41).

Nesse sentido, o economista passa a tecer críticas ao que entende pela teoria marxista, que, no seu julgamento, não reconheceria “a unidade e individualidade próprias dos acontecimentos históricos” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41). Revelando, ainda, uma clara consciência da necessária articulação entre história, economia e uma adequada visão de mundo para a eficaz intervenção na realidade social, arrematava Delfim Netto:

³⁵List Friedrich: Foi um visionário da integração econômica nacional Alemã (Zollverein, 1834) das ferrovias (Plano de 1883) Do sistema postal das leis nacional de patentes alemãs. Politicamente Liberal e antes de tudo um nacionalista. Teórico do desenvolvimento econômico. Foi precursor da escola histórica Alemã; Escreveu o sistema nacional de economia política(1841) em quatro volume: A história; A Teoria; Os Sistemas; As políticas.

Devido à natureza do conhecimento econômico, a ação dos economistas tem que ser realizada dentro de uma perspectiva geral, que contenha o próprio sentido do desenvolvimento histórico. /.../ A ação do economista, na medida em que é eficaz, se explicita no desenrolar histórico, isto é, afirma-se como História e tem que refletir, conseqüentemente, não os aspectos econômicos, mas toda a concepção de vida da coletividade (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41)

Prosseguindo na crítica àquilo que entende por marxismo, embora o economista brasileiro afirme que tais elementos – história, economia, visão de mundo³⁶, intervenção eficaz na realidade social etc. – sejam encontrados em Marx, assinala, porém, que é “apenas natural que forneça aos seus adeptos respostas, ainda que dogmáticas, para essas questões” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41).

Entretanto, para o economista disposto a servir às classes proprietárias, orientava Delfim Netto para a necessidade de se estar munido não apenas de conhecimentos técnicos e econômicos, uma vez que:

Ele não pode definir com clareza os objetivos de sua ação e, muito menos, coordenar os meios para atingi-los. Para que sua ação seja eficaz, precisa o economista, portanto, de integrá-la dentro de uma visão de mundo e ter bem claro, em seu pensamento, um particular sentido do desenrolar histórico (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41)

Sustenta-se que “o subdesenvolvimento é um fato histórico em si mesmo e que não está necessariamente encadeado numa série de sequências” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41), alegava Delfim Netto que “a ideia de desenvolvimento em estágios, que dominou o pensamento de List³⁷, o de uma importante facção da escola histórica e, em certa medida, dos marxistas – ainda que seja duvidoso que o próprio Marx se enquadre perfeitamente aqui” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 41) – estava sendo ultrapassada.

Essa nova ideia de desenvolvimento consistiria, prossegue Delfim criticando tanto a “solução clássica” quanto o “marxismo”, no fato de que “nada existe de automático no desenvolvimento do capitalismo e que não se pode, para consegui-lo,

³⁶ Goldmann Lucien. A Visão de Mundo de Goldmann nunca deixou de se preocupar diante do vazio moral criado pela civilização individualista-burguesa e por aquilo que se chama de indiferença axiológica do capitalismo: quando ameaçado, esse se adapta tão bem ao fascismo e a barbárie como as formas mais civilizadas do sistema democrático. Ele chama atenção para os perigos de inexistência de normas validas- resultado da própria lógica do individualismo radical diante do desenvolvimento vertiginoso da técnica. (GOLDMANN, L.: **A Ética e a Política**. SP. Ed: Edusp vol.9. 1995,pág. 03).

³⁷Friedrich List foi um expoente da Escola Alemã de economia.

esperar pelo funcionamento dialético das forças econômicas” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42).

Fundamentando-se em Joan Robinson, especialmente em seu “extraordinário trabalho (intitulado) ‘Marx, Marshall e Keynes’”, transcreve Delfim a seguinte passagem: “a experiência presente sugere que o socialismo não é um mero estágio posterior ao capitalismo, mas um substituto para ele: um meio pelo qual as nações que não participaram da Revolução Industrial podem imitar os seus progressos tecnológicos; uma forma de atingir a rápida acumulação sob diferentes regras de jogo” (Delfim Netto, **Convivium**, vol. 4, p. 42).

Desse modo, Delfim Netto rejeita tanto “a solução clássica por sua evidente inadequação”, de um lado, quanto a solução Marxista de outro, rechaçando esta, porém, “não pela sua forma de colocar o problema, mas porque conduz na prática a uma alienação ainda maior do homem” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 42).

Apresentando, a sua vez, sua própria “solução” às vésperas do golpe de Estado de 1º de abril de 1964, concluía da seguinte maneira o economista brasileiro a serviço da autocracia do capital na conspiração das classes proprietárias que derrubaria o governo de João Goulart:

A organização do nosso sistema econômico carece de algumas modificações substanciais a fim de que sejam atingidos ao menos três objetivos: uma rápida aceleração do desenvolvimento econômico, uma diminuição constante na desigualdade da distribuição dos rendimentos e uma redução das disparidades regionais de renda dentro de um mesmo país (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42)

Ainda, destacando Delfim a raiz dos problemas sociais no interior mesmo da *organização do nosso sistema econômico*, pontua que “é um engano pensar que é a nossa forma e organização política que perpetua o subdesenvolvimento” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 42). Afirma que, problemas típicos do subdesenvolvimento, como “a alta mortalidade infantil, o alto índice de analfabetismo, a falta de habitação, as dificuldades alimentares, não decorrem do nosso imperfeito sistema democrático, mas sim da nossa pobreza” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 42).

“E a história aí está para mostrar que democracia e pobreza não se excluem” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42). Aqui, muito embora logo acima tenha rechaçado a “solução neoclássica” – típica do liberalismo – Delfim, entretanto, afirma “sérias razões para se acreditar que existe uma associação positiva entre os

sistemas políticos que respeitaram as liberdades individuais e os sistemas econômicos que conseguiram, em maior medida, livrar-se da pobreza” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42).

Situando, nesse exato momento do artigo, precisamente “o problema do subdesenvolvimento” do Brasil, o economista apresenta “a compreensão do subdesenvolvimento como um processo histórico, isto é, como um fenômeno que se caracteriza por sua individualidade própria, determina[ndo] problemas novos que precisam ser enfrentados” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42).

E o faz, anote-se, rejeitando “a explicação quase mecânica que domina os pensamentos clássico e marxista”, bem como rejeita “a complacente e tranquila aceitação do ‘status quo’ que permeia o pensamento neoclássico, com sua ideia de equilíbrio” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 42).

De modo surpreendente para o futuro ministro da “linha dura” da ditadura militar *bonapartista*, Delfim Netto afirma, quanto ao seu posicionamento em relação à temática do subdesenvolvimento brasileiro, que “essa colocação do problema tem em comum com o marxismo a sua identificação com a prática” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, pp. 42-43). Em suas próprias palavras, referindo-se ao conjunto dos economistas: O seu objetivo é o mesmo expresso por Marx, na sua 11ª tese sobre Feuerbach, pois se trata “não de interpretar o mundo, mas de transformá-lo” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43)

Buscando, assim, à semelhança de Marx, conscientemente uma inserção prática e eficaz no mundo social, Delfim Netto salienta, sobre o teor da ciência econômica, que “a economia é uma ciência histórica e isto quer dizer, a um só tempo, que ela é uma das ciências do homem e que os seus resultados são, necessariamente, condicionados à trama quase infinita de relações que constituem cada manifestação da História” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43).

Afirmando, todavia, que “seria errôneo pensar que não existe uma ciência econômica” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43), assinala, pelo contrário, que “ela é constituída por todo o instrumento analítico – inclusive por algumas hipóteses gerais que derivam da natureza do homem – desenvolvido nestes últimos dois séculos” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43).

A ciência econômica, portanto, uma ciência histórica, “não apresenta, entretanto, um formulário de receitas prontas para serem aplicadas de acordo com o diagnóstico” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43). “É constituída”, conclui, “por

uma particular ‘forma de pensar’, capaz de separar, em cada realidade histórica, as variáveis relevantes e de deslindar as suas inter-relações” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 43).

Prossegue Delfim assinalando que “o conhecimento da realidade econômica se distingue exatamente porque, em larga medida, ele pode fornecer recursos para a alteração dessa mesma realidade e porque o homem aprende com a experiência” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43). Dessa forma, “feito um diagnóstico e acertada uma política econômica, a sua própria eficácia extingue a validade do diagnóstico e que, em outra circunstância histórica semelhante, os agentes reagirão diferentemente” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43).

Arremata Delfim, nesta altura da exposição, que “o conhecimento econômico é, assim, essencialmente crítico e tem que ser repensado permanentemente, a fim de que suas conclusões tenham relevância prática” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43), sintetizando da seguinte maneira suas orientações ideológicas a serviço da política econômica do autocracia burguesa do capital atrofico:

Qualquer política econômica tem que se apoiar numa “visão de mundo”, porque o conhecimento econômico é incompetente e limitado para formular os objetivos do homem. Estes objetivos – que somente podem ser a plena realização desse mesmo homem, isto é, a sua liberdade de explicitação, numa direção qualquer, de suas infinitas potencialidades – tem que ser formulados dentro de uma visão global do mundo que o identifique com a sua própria realização e lhe dê uma vivência mais completa de suas relações com o mundo exterior (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43)

Eis que, segundo Delfim Netto, o “cerne do problema” é alcançado, note-se bem “quando reconhecemos que de fato entendemos por ‘desenvolvimento econômico’ a realização de um processo semelhante ao realizado pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos no século XIX e pelo Japão e Rússia, no século XX” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 43). Em outras palavras, “o desenvolvimento econômico consiste num substancial aumento da capacidade produtiva do país, apoiado em métodos capitalistas de produção” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, pp. 43-44).

Na sequência, o economista brasileiro afirma que “a opção entre uma forma de organização de economia de mercado e uma forma de organização socialista existe na medida em que os dois sistemas permitem atingir o mesmo objetivo imediato, que é **a acumulação do capital**” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Daí concluir, conseqüentemente, uma vez que o cerne do problema é a *acumulação de capital*, que “a aspiração ao desenvolvimento define, assim, não apenas o seu objetivo, mas também a sua mecânica, isto é, o seu processo. A única decisão que resta à coletividade é da escolha da forma institucional em que o processo se irá materializar” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Embora julgado “um dos aspectos mais interessantes e atraentes do pensamento marxista”, Delfim acredita que “toda a discussão da alienação do homem dentro das relações de produção do mundo ocidental”, de fato, “perde a sua relevância quando compreendemos que não estão em jogo, realmente, as relações de produção, mas sim as regras de acumulação” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44). Ou seja: não está em jogo, na visão de Delfim Netto, a escolha coletiva sobre a forma institucional acerca das relações de produção, mas sim, apenas, na escolha sobre a institucionalidade das *regras de acumulação do capital*.

Não constituiria, na visão de mundo sustentada por Delfim, uma verdadeira alternativa para a economia de mercado a alteração daquelas “relações de produção que levem à menor alienação, mas muito possivelmente à maior, pois nenhum homem pode ser mais alienado do que aquele que transfere todas as suas qualidades e todos os seus desejos para as mãos de uma minoria que assume o poder pela violência organizada” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

A alienação, para Delfim, seria então a transferência de qualidades e desejos humanos a uma minoria “que controla a máquina Estatal de acordo com a sua visão de mundo e que se recusa a obedecer à regra mais elementar do jogo democrático, que é a do abandono do poder quando isto for decidido pela coletividade” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Recolocando o problema nesses termos, em sua crítica ao que entendia por marxismo, Delfim acredita que se deva “ignorar o mais importante da contribuição marxista para a compreensão do homem, não porque ela seja inadequada, mas porque irrelevante dentro do contexto histórico dos países subdesenvolvidos, cujo objetivo, pelo menos até à próxima geração, é o de conseguir a maior taxa possível de acumulação” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Delfim assinala não ser fácil a comparação entre a *economia de mercado* e o *socialismo*, mesmo circunscrita ao campo econômico. É o que demonstra, segundo o economista, “toda a discussão dos últimos trinta anos, de que

participaram Von Mises, Hayek, Robbins, Lange, Dickinson, Lerne, Dobb, Sweezy e outros” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Em primeiro lugar, prossegue Delfim acerca das dificuldades de tal comparação, “a discussão tem que se realizar em torno de ‘tipos ideais’ que não existem na prática, de forma que suas conclusões são irrelevantes” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44).

Em segundo lugar, “porque mesmo entre os socialistas existe considerável discussão entre a forma mista, que inclui elementos de economia de mercado” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 44-45), destacando-se aí Lange, Dickinson “e de certo modo colocada em vigor na Iugoslávia, e a forma mais conhecida do planejamento centralizado recomendado por Dobb” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45).

Enfim, em terceiro lugar, “porque a comparação teria que abranger não apenas o aspecto da acumulação, mas também outros aspectos, como mostrou Bela Balassa em seu livro ‘The Hungarian Experience in Economic Planning’” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45). Neste ponto, Delfim conclui:

Toda essa discussão – que tem algum sentido para os países já desenvolvidos – é também pouco relevante para nós, porque, de fato, nossa opção não pode ser entre a economia de mercado e o socialismo, entendido aqui como planejamento global decorrente da eliminação do direito de propriedade (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45)

Contudo, manifestando simultaneamente sua crítica tanto ao liberalismo burguês clássico quanto ao marxismo, “não pode sê-lo pela simples razão de que uma economia de mercado funciona muito imperfeitamente nos países subdesenvolvidos, trabalhando geralmente no sentido de conservação das estruturas vigentes” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45).

Apenas mencionando “as bases institucionais sobre as quais tem que se assentar o sistema de preços”, ausente, porém, “um forte estímulo no sentido do desenvolvimento – entendido como a repetição da ‘performance’ das economias hoje desenvolvidas – a inelasticidade das estruturas e a falta de motivações trabalham no sentido da repetição do processo econômico, ou seja, no sentido de sua estagnação” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45).

Por outro lado, adverte, “dificilmente se pode esperar que as condições históricas atuais repitam os estímulos criados no século XIX” (Delfim Netto,

Convivium, 1964, p. 45), manifestando-se, pois, a debilidade da burguesia brasileira de levar adiante a hegemonia industrial que, na Europa do século XIX, coubera a classe do capital. “Isto significa que o Estado tem que tomar para si a tarefa de criar as condições necessárias ao início do processo de acumulação e ampará-lo até que ele se torne automático” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964,p. 45).

Donde teremos, conclui Delfim, “**uma economia de mercado mista, estimulada por um sistema de planejamento que funciona integrando, suprimindo e coordenando a atividade empresarial privada**” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 45). Eis o núcleo, portanto, entre planejamento de Estado e atividade empresarial privada.

Caso o Estado tenha exclusivamente de, “ele mesmo, realizar o processo”, “teremos a socialização dos meios de produção e a execução de um planejamento global através de um sistema altamente burocratizado” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964,p. 45).

Delfim toma como “a lição mais importante que podemos tirar dos recentes conhecimentos adquiridos sobre os países subdesenvolvidos” o fato de que, quebrados seu “padrões culturais” “pela influência da ‘performance’ dos países desenvolvidos, eles somente poderão repeti-la adaptando suas estruturas econômicas à consecução dos novos objetivos” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, pp. 45-46).

Nesse sentido, na ideologia autocrática antiliberal e antimarxista de Delfim Netto às vésperas do golpe de Estado de 1º de abril de 1964, “a realidade mostra, entretanto, que, a não ser em casos altamente favoráveis, o processo tem uma realização difícil e tende a gerar pressões violentas que se podem materializar num comportamento revolucionário” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964,p. 46).

Sugere, a sua vez, como ideólogo orgânico do capital atrofico e de sua estratégica de classe dominante, que “a forma de manter o processo sob controle não reside em ignorá-lo, mas sim na adoção de um planejamento adequado, capaz de, conservando os valores humanos da cultura ocidental, facilitar a realização do desenvolvimento econômico” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46).

Uma vez que os países subdesenvolvidos, ao tentarem imitar a “performance” das matrizes capitalistas desenvolvidas, veem quebrados seus “padrões culturais” e, assim, abertas suas portas ao que chama de “comportamento revolucionário”, adverte Delfim como necessário um controle desse processo através

do planejamento do desenvolvimento econômico proposto pelo economista e contador da USP.

Segundo ele, “esse planejamento objetivará o aperfeiçoamento do ‘welfarestate’, caracterizado não apenas por uma política que objetive o pleno emprego, a utilização mais intensa dos recursos naturais, como também uma distribuição mais equitativa dos rendimentos, uma ampliação do sistema providencial e um controle das práticas de concorrência” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964,p. 46).

Porém, evidenciado aquilo que entende pela particularidade do caso brasileiro, incluído no rol dos países subdesenvolvidos, arremata Delfim:“O objetivo primordial da ação estatal tem que visar um equilíbrio razoável entre as tendências de aumento do consumo e as necessidades de acelerar a acumulação, de forma a ir-se ampliando, tão rapidamente quanto possível, a área da população atendida em suas necessidades sociais mínimas: habitação e higiene, escolas, serviços de fiscalização etc.” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46).

Desse modo, Delfim pretende ter adequadamente equacionado “o verdadeiro problema da opção entre a economia de mercado integrada num planejamento e o sistema socialista”, uma vez que o cerne do problema, a seu ver, “não reside, para as economias subdesenvolvidas, no campo político” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46).

Portanto, “trata-se, no fundo, de um *problema de poder* e da sua solução depende a mais rápida ou menos rápida realização do homem” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46). Nesse ponto, prossegue Delfim da seguinte maneira:

Só os desesperados – e infelizmente são muitos! – estão dispostos a realizar a triste escolha entre a liberdade e o desenvolvimento. Mais triste e mais desesperada, porque é uma escolha que não se impõe com o caráter de necessidade, uma vez que, com um adequado processo político, podemos conservar os dois valores: a liberdade e o desenvolvimento (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46)

Visando conciliar, pois, os dois “valores” *liberdade e desenvolvimento*, alerta Delfim para o fato de que “**o socialismo exige nos países subdesenvolvidos a**

criação de uma monstruosa máquina burocrática e a centralização das decisões”, envolvendo “também um concentração de poder que transforma em simples fórmulas vazias todos os valores humanos” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46).

Assim sendo, conclui o economista brasileiro, “**não devemos temer a pergunta cínica de Lenin³⁸ a Kautsky³⁹: ‘Democracia de qual classe?’**” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 46).

Reconhecendo “que nosso sistema político é defeituoso e nosso sistema econômico injusto”, afirma Delfim ser inegável “que eles se vêm aperfeiçoando e que temos à nossa disposição todo um arsenal de medidas que permitirão melhorá-los” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Explicitando, uma vez mais, aquilo que entende por alienação, pontua Delfim: “Seria uma insensatez, portanto, alienarmo-nos ainda mais pela entrega de todo o poder a uma minoria, nela depositando todas as nossas esperanças e nossas apreensões” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47). Por conseguinte, em sua visão de mundo, reitera Delfim: “A centralização do poder a que tem de necessariamente levar o regime socialista na execução da tarefa dos países subdesenvolvidos produz os maiores inconvenientes para a plena realização do homem” (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 47).

Apostando, pois, no “caminho em que nos realizaremos como homens, identificando-nos com nossos semelhantes”, rejeita Delfim, já que “não podemos aceitar os defeitos do nosso sistema político e as injustiças de nosso sistema econômico”, “a aceitar o ‘status quo’ como razoável”, bem como rechaça igualmente “a solução fácil e covarde que seria a nossa alienação à burocracia que detém o poder no sistema socialista, depositando nela nossas esperanças e dela esperando proteção paterna” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

³⁸ Líder principal da Revolução Russa de 1917. Também líder teórico político do Marxismo ao acentuar a importância da luta de classes ser dirigida por um partido coesamente organizado. Maior dirigente do partido Bolchevique que levou ao poder em Outubro de 1917 o Estado Socialista. Nasceu em Simbirsck em 22 de abril de 1870 e faleceu em Gorki em 1924.

³⁹ Pensador do Processo revolucionário Russo que conversava com Lenin sobre os processos da revolução.

Desse modo, conclui o economista pela necessidade “de aceitar o desafio e assumir a responsabilidade de um planejamento adequado” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47), isto é:

Um planejamento que atinja o objetivo de maximizar o nosso desenvolvimento econômico, conservando um mínimo de descentralização, capaz de garantir que nenhum grupo seja suficientemente forte para impor pela violência as suas decisões ou para alterar as regras do jogo tendo em vista a sua perpetuação no poder, quando já não mais corresponder aos anseios da coletividade (Delfim Netto in **Convivium**, 1964, p. 47)

“É esta a missão de nossa geração”, conclui Delfim. À sua luz é que “temos de reconhecer que uma formação estritamente técnica, limitada do ponto de vista humano, como a normalmente fornecida pelas nossas escolas, é insuficiente e pernicioso” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47). Ainda afasta Delfim, à época, do poder político econômico de Estado, no pré-golpe de 1964, portanto.

Critica Delfim, porém, aquele planejador que “tem uma tendência quase irresistível de considerar mais reais as suas ideias do que a própria realidade, pela simples razão de que o entendimento adequado de qualquer fato histórico requer tempo e consideração minuciosa” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47). Este tipo de “economista investido das funções de planejador”, prossegue Delfim:

Tende a substituir a escala de valores da coletividade pela sua própria e, por certo inconscientemente, tende a violentar as crenças alheias e a sorrir – ainda que discretamente – das críticas, mesmo as mais justas e honestas. Quando detém o efetivo poder das decisões, tende a tornar-se violenta contra aqueles que não veem a ‘verdade’ que lhes é revelada por um conjunto de hipóteses que aceitam dogmaticamente, mas que, para infelicidade geral, quase nunca existem na realidade (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47)

Concluindo seu artigo, Delfim arremata que: “para aceitar o desafio, portanto, e dar-lhe uma resposta adequada, precisamos, antes de mais nada, enquadrar o nosso conhecimento econômico dentro das ciências do homem” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Ainda, seria preciso “procurar entender o homem dentro de sua complexidade e individualidade. Precisamos aceitar honestamente a ideia de que ele é muito mais rico do que o ‘homem econômico’” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Defendendo, naquele momento, que “respeitar o homem e cultivar a tolerância e a humildade” são “as maiores características de maturidade”, afirma

ainda que “somente quando todos os profissionais que arcam com as pesadas tarefas de auxiliar na administração mais adequada dos recursos da sociedade tiverem uma intensa vivência dos valores da cultura ocidental, poderemos acalentar esperanças de que **a aceleração do desenvolvimento econômico** se fará sem prejuízo daqueles valores” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Na ideologia delfiniana, portanto, a *aceleração do desenvolvimento econômico* seria feita por meio de *uma economia de mercado mista, estimulada por um sistema de planejamento que funciona integrando, suprimindo e coordenando a atividade empresarial privada, com um adequado processo político*, conservando-se, em sua elaboração ideológica de pré-golpe de 1964, *os dois valores: a liberdade e o desenvolvimento*.

Conclui, enfim, que “o *respeito ao homem* é a mais rica tradição que recebemos do mundo ocidental e nos põe em guarda contra as soluções pela violência” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47). Ainda, “a *tolerância* é o ingrediente que torna possível a aceitação das soluções de compromisso que caracterizam todo o contrato social” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Ademais, “a *humildade de nossos conhecimentos diante da complexidade do mundo real* é o instrumento mais agudo de pesquisa, porque elimina o dogmatismo das soluções fáceis e dá motivação sempre crescente para que, em cada ocasião, não tenhamos escrúpulos para examinar uma vez mais a nossa posição” (Delfim Netto, **Convivium**, 1964, p. 47).

Mas vamos fazer um nexos deste todo complexo ideário, por quem de fato, organizou e sintetizou todo um encadeamento de premissas, que se tornaram motivação fim histórica, e lembrando por quem melhor explicou a dinâmica histórica burguesa no mundo do capital, temos José Chasin que se debruçou e traduziu de Marx a verdadeira intenção de classe burguesa no complexo de seus interesses histórico pelo vil metal:

“sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de ideias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando – sem energia e nenhum sentido, plagiária em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na vulgaridade – traficando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem

fé em si mesma, sem fé no povo, sem missão histórico mundial(...) **Karl Marx. A Burguesia e a Contra-Revolução. tradução de José Chasin, Dolores Prades e Marcia V. Martines Aguiar. Ed. Ensaio. São Paulo. 1987 pág. 44-45. Artigo publicado por Marx na Nova Gazeta Renana entre 10 e 31 de Outubro de 1848.**

Em síntese, observa-se a coerência (opção de classe) do pensamento desse economista, político e assessor empresarial e especialista em ciências contábeis desde o início de sua formação. Ao longo do período que antecede ao golpe militar suas opções teóricas e práticas de vida vão configurando sua condição de ideólogo orgânico do bonapartismo, a serviço dos segmentos autocratas da burguesia nacional, associada ao capital internacional. Não demonstrou nessa fase, ser capaz de produção teórica coerente e de grande profundidade, revelando-se, sua produção acadêmica e no IPES, mais um arauto dos preceitos deste segmento empresarial do capital atrofado, do que um intelectual capaz de engendrar novas ideias, mesmo no interior desse conservadorismo atrofado. Sua função social como ideólogo, contudo, em sua condição manipulatória própria, a serviço da classe que encarnara historicamente, foi de veras efetiva, como logo veremos, a serviço da ditadura bonapartista comandada pela “linha-dura”.

Assim temos mais uma vez o conhecido pesquisador sobre nossa história, Caio Prado Junior a apontar essas motivações de classe burguesa que continuamente sempre nos deprimiu enquanto ideia de nação:

“os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se formaram combinando e interpretando de tal forma, que não há realmente mais hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de “contaminação” imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia “nacional” anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução”(...) **Caio Prado Junior, A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense. 1968. pág. 110.**

Assim sempre com motivações obscuras e nunca pontuadas com ideias sobre a construção de nação independente, apartada e senhora de si mesma enquanto pátria livre para a todos incluir, continuamos com Caio Prado:

“Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na

situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil (...)”. **Caio Prado Junior. A Revolução Brasileira. Ed. Brasiliense 1968. pág. 110-111.**

Assim podemos compreender que a burguesia brasileira não tem motivações para que ocorra o desenvolvimento internamente no país, já que não tem nem mínima obstrução inclusive de que outros ocupem o espaço que deveria ser ocupado por ela enquanto classe proprietária constituída e não dependente de outrem como ocorreu historicamente.

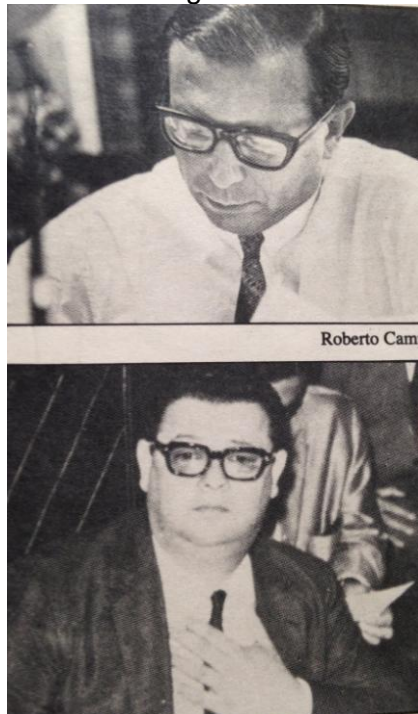
Desse modo o que podemos tirar como conclusão enquanto classe instituída, é que nossa burguesia não caminha e nem caminhou para um plano político alternativo para a construção de uma sociedade nacional autônoma. Não enxerga além da própria visão astigmática de categoria, mas já também deprimida, ou repetindo nossos pensadores: *categoria vulgarmente compreendida sem ter entendimento de si mesma, mas raivosa principalmente com aqueles que a fazem rica, ou os trabalhadores*. Desse modo outro pesquisador e importante pensador sobre as nossas mazelas, Otavio Ianni nos aponta e faz um nexos histórico, naquilo que a história se repete aqui algum tempo depois, e nos serve para uma importante reflexão:

“A burguesia faz lembrar algumas características da burguesia prussiana, nos tempos das lutas pela unificação alemã, quando se acentua o desenvolvimento capitalista que ficará simbolizado na figura de Bismark. Em 1848, um momento crucial das lutas sociais na Alemanha, acha-se em curso mais uma etapa do processo de unificação. Cresce a industrialização e desenvolve-se a burguesia, juntamente com o proletariado e outras classes sociais. Mas a burguesia não luta para se impor aos setores sociais remanescentes do antigo regime. Alia-se a eles, aceitando uma condição subalterna; não governar, ser governada. Assim se sente fortalecida para fazer face à combatividade da classe operária em formação. Teme o trabalhador e evita impor-se aos grandes proprietários e a aristocracia. Essa burguesia estava “disposta desde o início a trair o povo” Representa “ não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida”. Estava no leme da revolução

não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente” .
A burguesia. **Otávio Ianni. A ideia de Brasil Moderno 2ª edição 1994. Editora Brasiliense.pág. 69-70.**

Capítulo II: Antônio Delfim Netto após o golpe de 1964

Figura 3



Fonte: *Nosso Século*. Roberto Campos e Delfim Netto, expoentes da economia política do capital atrofado e da autocracia burguesa brasileira

Figura 4



Fonte: Hélio Silva. Da esquerda para direita, o marechal Castello Branco, o economista Roberto Campos e o marechal Costa e Silva

A criação da ANPES (Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social), em 31 de março de 1964, e seu papel como segundo secretário-geral.

Ainda o pesquisador uruguaio René Dreifuss, largamente utilizado neste trabalho, situa no momento posterior ao golpe, desencadeado em 31 de março e vitorioso em 1º de abril de 1964, “a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica” da autocracia do capital articulada no “complexo IPÊS [agora] no Estado” (DREIFUSS, op. cit, p. 417).

Em sua análise do papel dos empresários, tecno-empresários, industriais e banqueiros na ocupação dos setores-chave da administração do Estado e dos ministérios após o golpe, Dreifuss evidencia também “a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPÊS, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-golpe 1964” (DREIFUSS, idem, p. 417).

Como vimos acima, Antonio Delfim Netto integrava o Grupo de Estudos e Doutrina do instituto militar-empresarial, o IPÊS, embora ainda hoje o negue.

Dessa forma, desbaratado a mobilização de massas e a plataforma política econômica próprias ao trabalhismo do governo João Goulart, após o golpe “os tecnoempresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados” (DREIFUSS, idem, p. 417).

Conforme analisado acima, portanto, o ideólogo economista das classes proprietárias e da autocracia do capital, Antonio Delfim Netto integrava, de um lado, tanto a “campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o trabalhismo” (DREIFUSS, idem, p. 419) quanto, de outro, o pesado *lobby*, *sem o economista a frente*, de ocupação dos postos estratégicos do Estado após 1964. Nesse mote, a Revista **Piauí**, em Setembro de 2014, faz uma entrevista de grande

porte com o economista, e destaca seu interesse em ocupar postos-chaves na máquina do Estado Federal: “O ex-ministro sempre se valeu de seguidores fiéis, muitos deles ex-alunos que ajudaram a se formar na USP, para entender como que em tentáculos a sua presença na máquina burocrática do Estado. Ocupando cargos estratégicos, auxiliares como Yokota aumentaram sua capacidade de decisão e influência – mesmo em áreas que não estavam formalmente sob sua responsabilidade. O círculo mais estreito desses colaboradores chegava a quase duas dezenas de pessoas” (**Revista Piauí**, nº 96, Setembro 2014, pág. 20).

Em entrevista ao mesmo jornal, ainda nesse período, o Deputado Federal Alencar Furtado, irmão de Celso Furtado, fez uma declaração a respeito do conteúdo de uma CPI sobre o dito “milagre econômico” de Delfim Netto e, especialmente, versou sobre a fortuna em dinheiro remetida pelas “multinacionais” instaladas no Brasil. “A verdade, porém, é bem diferente”, concluía a reportagem fornecida por Alencar Furtado, ao **Movimento**:

“As dez maiores empresas estrangeiras ou multinacionais em toda sua existência no Brasil, investiu 98,8 milhões de dólares, mas em apenas dez anos de produção interna remeteram para seus países de origem \$774.500, 000,00 milhões de dólares” (FURTADO, Alencar. 17/11/1975, **O Movimento**)

Assim o milagre da acumulação de riqueza acontecia para as indústrias multinacionais aqui instaladas e politicamente blindadas para tal intento o de acumular capital e enviá-los de volta para suas matrizes. Nessa sequência de fatos, será também de grande ajuda a análise do Professor Doutor Pesquisador José Chasin que se debruçou para compreender os processos históricos do Brasil; assim nós vamos dar o mote desse trabalho, de maneira a expor esse cenário complexo para o que sempre ocorreu na nossa história, mas muito pouco relatado.

“É muito fácil notar, portanto, mesmo numa simples e apressada panorâmica como esta, que **a história do Brasil é rica em Ditaduras e “Milagres”. Pobre efetivamente de soluções econômicas de resolução nacional e carente de verdadeira tradição democrática**” (CHASIN, José. **A Miséria Brasileira**. Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pág. 60).

Dessa forma vamos compreender o que estava em gestação eram soluções de classe ou a classe da autocracia Burguesa, que historicamente fez uso de recursos militares para impor mudanças na configuração do modelo de produção e

de acumulação da riqueza de uma já privilegiada classe social conhecida como latifundiária e proprietária dos meios de produção.

Aqui, começa então a assim contradição do discurso do economista e contador da autocracia burguesa do capital que pregava na revista **Convivium** ser contra o crescimento da máquina burocrática Estatal.

Vale lembrar acerca do trabalhismo, derrotado pelo golpe militar-proprietarista, que sua plataforma econômica se inscrevia, de maneira diversa daquela outra política econômica vitoriosa a partir de abril de 1964, num “estatuto popular e nacional: a luta pela tentativa de ruptura da **nossa modernização subordinada e excludente, assentada num evolver nacional sem progresso social**, por uma alternativa democrática com forte apoio das massas” (RAGO, Filho. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo: PUC-SP, 1998, p. 168).

Aliás, conforme o historiador Antonio Rago Filho analisa, esta era mesmo “**a essência do trabalhismo que, apoiado amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las democraticamente num mercado interno ampliado**” (RAGO, *A ideologia 1964. Os gestores do capital atrofico*. PUC-SP: 1998, p. 168), o que poderia vir a superar, conforme o projeto trabalhista, a excludente via colonial na determinação histórica de um desenvolvimento nacional sem progresso social e participação popular no país.

Para tanto é interessante atentar para um discurso que ajudou a antever o golpe de classe proferido por João Goulart e intitulado “O que movia o golpe”: “A crise que se manifesta pelo país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhares de patrícios nossos na vida econômica social e política da nação, libertando-os social e politicamente da penúria e ignorância”. (Discurso proferido pelo Presidente João Bittencourt Goulart em Março 1964. **Apud BANDEIRA, Moniz. L. A. O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010**)

Destaca ainda o historiador Rago, da seguinte forma, os motivos de classe que inspiraram o desmonte das mobilizações de massa através do golpe de 1964, a saber:

Por isso, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizar um poder burguês bonapartista, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico. Reiterando, a nossa particularidade histórica, devida ao inacabamento de classe, antigo

determinante universalizador das classes dominantes, é sintetizada por Engels na expressão: *O bonapartismo é a religião da burguesia* (RAGO FILHO, idem, p. 168)

Assim sendo, com a entronização de um poder burguês bonapartista, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico, “a elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar o poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia” (DREIFUSS, op. cit., p. 419). De acordo com síntese de Dreifuss, revelando que a ditadura instaurada em 1964, historicamente, colocou-se a serviço do capital, observamos que:

Os interesses multinacionais e associados foram capazes de controlar a vida política do Estado e de forjar sua máquina de acordo com as necessidades do capital monopolista, ocupando os cargos centrais de poder e determinando suas metas, procedimentos e meios. O poder de classe dos interesses multinacionais e associados foi expressado, depois de abril de 1964, através da hegemonia por eles estabelecida dentro do aparelho do Estado, do controle direto das agências de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão e da presença pessoal dos representantes desses interesses econômicos na administração geral (DREIFUSS, idem, p. 419)

Consequentemente, tratou-se da “**forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados**” (Dreifuss. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 419). Embora o historiador uruguaio não se utilize da categoria bonapartismo por não julgá-la adequada para explicar a última ditadura militar brasileira, e tampouco tenha apreendido a particularidade do inacabamento de classe como determinante universalizador das classes dominantes de nossa particularidade histórica, a partir de sua análise histórica concreta se explicita cabalmente, também, o caráter classista do golpe de Estado de março-abril de 1964, do seguinte modo:

Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada. Como afirmou o líder do IPÊS Antonio Carlos do Amaral Osório, ‘uma das grandes realizações da revolução de 1964 foi, sem dúvida, a de reforçar uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais’ (DREIFUSS, idem, p. 419)

Ao abordar “a tomada do poder do Estado: o domínio político dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados” (Dreifuss, 1981, p. 419), alcançando “a elite orgânica no Estado” (Dreifuss, 1981, p. 421) postos estratégicos fundamentais, Dreifuss igualmente destaca, ao lado do surgimento do SNI (Serviço Nacional de Informações), sua ligação “muito próxima com outro ‘superministério’ criado pelo novo governo, o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. O sonho de planejamento governamental, alimentado há tanto tempo pela elite orgânica, finalmente se concretiza” (DREIFUSS, *idem*, p. 425).

Nesse contexto imediato à deflagração do movimento civil-militar que depôs o presidente João Goulart e desmobilizou o trabalhismo e as massas populares, sempre conforme a monumental pesquisa de Dreifuss, “a 31 de março de 1964, no dia do desencadeamento do golpe, um grupo de diretores de grandes bancos e industriais criou, em São Paulo, a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social – ANPES” (DREIFUSS, *idem*, p. 425).

A ANPES, por conseguinte, foi concebida e funcionava “como parte de um esquema para tornar o associado do IPÊS e tecnoempresário Roberto de Oliveira Campos o Ministro do Planejamento do novo governo. Roberto Campos, uma figura central da CONSULTEC, professor da Escola Superior de Guerra, e ex-embaixador nos Estados Unidos, foi eleito secretário geral da ANPES” (Dreifuss, 1981, p. 425).

Explicitando a permanência da rede conspiratória, após 1964 empenhada no *lobby* pelos interesses do grande capital, ou autocracia do capital, na conquista de postos no novo Estado de Segurança Nacional, o banqueiro Teodoro Quartim Barbosa foi nomeado “presidente, e um de seus membros mais ativos era o líder do IPÊS Lélío Toledo Piza, também banqueiro”. Dreifuss situa, da seguinte maneira, o perfil de dois dos mais destacados membros da ANPES: “Outras figuras centrais da ANPES eram Antônio Delfim Netto, do grupo de Doutrina e Estudos do IPÊS-São Paulo, que passou a secretário geral depois que Roberto Campos se tornou Ministro do Planejamento, e Mário Henrique Simonsen” (DREIFUSS, *idem*, p. 425).

Finalmente, antigos membros e ativistas do grupo de Estudos e Doutrina do IPÊS ocuparam os cargos-chave na estrutura da ANPES, salientando o historiador uruguaio, sobre tais elementos, que:

Eram, na maioria, empresários e tecnoempresários e muitos deles haviam lido, no IPÊS, com *position papers*, propostas de reformas e programas para o governo relacionados com suas funções e cargos posteriores na administração Castelo Branco. Como Ministro da Fazenda manteve-se o associado do IPÊS Octávio Gouveia de Bulhões que fora designado, imediatamente depois de 1º de abril de 1964, pela Junta Militar de Ministros autodesignados das Forças Armadas. Gouveia de Bulhões e Roberto Campos tornaram-se os modeladores da nova economia brasileira. Álvaro Carvalho Cesário Alvim foi nomeado Procurador do Ministério, e Mader Gonçalves foi indicado assessor da administração. **Ernane Galvêas, colaborador do IPÊS e amigo de Delfim Netto, foi indicado assistente de Gouveia de Bulhões** (DREIFUSS, *idem*, p. 429)

Enfim, também o jornal *Movimento*, em artigo a que voltaremos mais abaixo intitulado *Retrato de um super-homem sem princípios*, assinado por Antônio Carlos Queiroz, Luís Amauri Pinheiro, Márcio Bueno e Teodomiro Braga, registrou a criação da ANPES da seguinte forma: **“O professor da USP vira coringa de Roberto Campos”**. “Sempre à disposição, Delfim Netto acabou se tornando uma espécie de coringa do ministro Roberto Campos”⁴⁰.

O periódico assinalava que, “vitorioso o golpe”, Delfim Netto entrou imediatamente no esquema de pressão para fazer de Roberto Campos o ministro do Planejamento do novo governo. Para isto, foi criada a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (ANPES)”, cujo lançamento se deu *com grande estardalhaços* com a presença de Roberto Campos investido no cargo de secretário-geral da entidade e do banqueiro Teodoro Barbosa (Banco Comércio e Indústria), como presidente:

A solenidade de criação da entidade contou com o aparecimento de toda aristocracia bancária e dos empresários mais reacionários do país. O esquema de pressão deu certo e, apesar da resistência de Castelo Branco, Roberto Campos acabou realmente nomeado ministro do Planejamento. Em seu lugar, na secretaria-geral da ANPES, deixou o obediente professor **Delfim Netto** (*Movimento*).

⁴⁰“Para enfrentar a oposição que alguns membros do Conselho Nacional de Economia – especialmente o empresário Fernando Gasparian – faziam à nova política econômica, Roberto Campos conseguiu que Castelo indicasse para o órgão três ex-membros do famigerado IPÊS: Harold Polland, que foi presidente da entidade no Rio; Paulo de Assis Ribeiro, um dos especialistas do IPÊS em fazer artigos contra a reforma agrária; e o economista Glycon de Paiva, cujo ardor entreguista era tanto que americanizou até o nome (no batismo, Glicério da Conceição). Além disso, Roberto Campos criou um outro conselho, ligando-o ao Ministério do Planejamento – o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN). E para integrar o novo órgão chamou, entre outros, o prestativo professor Antonio Delfim Netto. Mais tarde, como o empresário Fernando Gasparian estava sendo identificado no Conselho Nacional como representante do empresariado de São Paulo, Roberto Campos resolveu nomear alguns paulistas alinhados com o governo no órgão: de novo lembrou-se de Delfim Netto, que assim chegava ao seu terceiro posto em poucos meses, sempre graças ao supremo chefe Roberto Campos” (*Movimento* 188, 1979, p. 10).

Desse modo temos a forma como foi ocorrendo à formação de influências e a própria carreira política de Antonio Delfim Netto, que além de si mesmo, envolveria mais um grande número de *seguidores leais* para as esferas do poder político do Estado, e *seriam chamados esses fies colaboradores de Delfins Boys*, e teriam ainda *muito prestígio com o chefe* como era chamado Delfim Netto pelos *seus seguidores*. O Contexto principal tem como referência a **Revista PIAUI.pág 18 09/2014**.

***Planejamento para o Desenvolvimento Econômico* delfiniano enquanto Secretário da Fazenda do governador de São Paulo Laudo Natel.**

Dois anos após o golpe de Estado e de classe de 1964, assumindo o cargo de secretário estadual da Fazenda do governo de Laudo Natel, em São Paulo, no início de seu livro intitulado *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, o professor e ideólogo das classes proprietárias Antônio Delfim Netto assinalava, de saída, que “um dos aspectos mais positivos da conjuntura econômico-social do País, neste momento, é **a clara consciência que se está formando da necessidade do desenvolvimento econômico**” (Delfim Netto, ***Planejamento para o Desenvolvimento Econômico***. São Paulo: Pioneira, 1966, p. 09).

Antes de adentrarmos, propriamente, no conteúdo do livro que descreve as atitudes de Delfim Netto, cabe resgatar, com o jornalista Elio Gaspari, que, “no dia 5 de junho de 1966, quando Castello Branco cassou o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o chefe do SNI (Golbery do Couto e Silva) atendeu ao telefone o seu sucessor, Laudo Natel” (GASPARI, ***A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas***. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 168). Revela Gaspari que Laudo Natel “queria saber como entrar em contato com seu futuro secretário da Fazenda e com o próximo comandante da Força Pública, ambos fornecidos pelo governo federal” (GASPARI, *idem*, p. 168). A resposta obtida foi a seguinte, a saber:

‘Não se afobe’, aconselhou-o Golbery, ‘na hora certa o SNI vai colocá-lo em contato com os dois’ (...). O secretário da Fazenda era um jovem professor da Universidade de São Paulo, de 36 anos e tênues ligações com o mundo empresarial mediante eventuais assessorias prestadas à Confederação Nacional da Indústria e ao IPÊS. Chamava-se Antonio Delfim Netto. Para o comando da Força Pública seguiu o coronel João Baptista Figueiredo (GASPARI, *idem*, p. 169)

Em sua obra de 1966 propriamente, prossegue o economista da USP em tom de *cruzada* histórica – também nutrida, como vimos, pela revista *ipesiana Convivium* –, “essa aspiração ao desenvolvimento demonstra que começamos a nos integrar, de fato, dentro do mundo dos valores construídos pela civilização ocidental a partir da segunda metade do século XVIII” (Delfim Netto, 1966, p. 09).

Avança o professor, dessa maneira, pontuando que “a crença na capacidade realizadora do País é relativamente nova, como se verifica facilmente, comparando o que foi produzido pela intelectualidade nacional, durante as décadas de 20 e 30 deste século, com o que se está produzindo desde a década de 50” (Delfim Netto, 1966, p. 09).

Preocupado com o atraso ou o assim chamado subdesenvolvimento da economia brasileira, avança o ideólogo economista da autocracia do capital, “nossos intelectuais procuravam uma explicação que marcasse definitivamente a nossa forma de ser, como resultante de erro essencial, impossível de ser superado”, arrematando Delfim Netto:

Assistimos ao nascimento de toda uma literatura pseudocientífica, que procurava provar que uma ‘civilização tropical’ era uma contradição dos termos: **aprendíamos que trópico e miséria eram sinônimos dentro do fatalismo geográfico**⁴¹ (Delfim Netto, 1966, p. 09)

Prossegue Delfim Netto, tentando demonstrar a diferença dos intelectuais brasileiros das décadas de 1920 e 1930 daqueles outros, já modernizados, da década de 1950, assinalando que, paralelamente, tais “estudos sociológicos superficiais (...) procuravam mostrar que a miscigenação racial constituía o nosso pecado original e que precisaríamos de muitos séculos de sofrimento para expiá-lo” (Delfim Netto, 1966, pp. 09-10).

Porém, destaca o ideólogo, “a partir da segunda guerra mundial, com o descrédito a que foram relegados os determinismos geográfico e racial, foi possível realizar uma **análise objetiva do problema nacional**” (Delfim Netto, 1966, p. 10).

⁴¹ Essa análise que tenta justificar o atraso econômico brasileiro faz parte do pensamento de Eugenio Gudín (1886 – 1986) que foi engenheiro de formação mas depois foi parar na área econômica onde chegou a ser ministro da fazenda (1954-1955) no governo de Juscelino Kubitschek.

Daí afirmar, na sequência, depois de vitorioso o golpe clandestino de 1964, que “a nossa força, porque **hoje sabemos que o nosso destino nos pertence**, as nossas dificuldades, porque, tomada de surpresa, **nossa sociedade ainda não conseguiu galvanizar todas as classes sociais em torno do ideal do desenvolvimento**” (Delfim Netto, 1966, p. 10).

Concluindo, em seguida, depois de assentada essa sua busca pelo conagraçamento de todas as classes sociais em torno de tal ideal, da seguinte maneira: “**a falta de identificação de alguns setores com a ideologia do desenvolvimento representa um atraso considerável nas nossas possibilidades de realizá-lo**”(Delfim Netto, 1966, p. 10).

Nessa direção, pois, sintetiza o que viria a ser o ideal ou ideologia do desenvolvimento na acepção desse intelectual a serviço das classes proprietárias da autocracia do capital que forneceram a sustentação do novo regime *bonapartista*:

O ideal que desejamos atingir por resumir-se em duas proposições básicas: 1) **a maximização da taxa de desenvolvimento econômico do País**, com uma extensão tão rápida quanto seja possível dos benefícios de tal desenvolvimento a todos os cidadãos; 2) uma descentralização do poder político que torne possível a todos os cidadãos desfrutar, livremente, desses benefícios (Delfim Netto, 1966, p. 11)

Mas Delfim Netto já estava articulado naquilo que ambicionava que era participar da administração direta no poder do Estado burguês. Assim em longa entrevista na *Revista Piauí* em Setembro de 2014 podemos notar as motivações do futuro Secretario do Planejamento de São Paulo e depois Ministro da Fazenda.

O primeiro núcleo de Delfim Boys surgiu na USP no início de 1962 e 1964 o então jovem professor organizou na faculdade de economia uma série de seminários, seguidos por alunos e ex-alunos da escola, como Paulo Yocota, Eduardo de Carvalho e Afonso Celso Pastore. Nas reuniões quase diárias liam com afincos obras de ponta da disciplina com ênfase no preparo técnico da matemática e econometria, além do desenvolvimento econômico e economia brasileira. **As sextas feiras eram reservadas ao Marxismo**. “Nesse dia era mais informal” lembrou Eduardo de Carvalho. Tinha sempre um uisquinho que a gente levava!” (Revista **Piauí**, setembro de 2014.pág.21 e 22.

Consciente o ideólogo do fato histórico do problema social contemporâneo não se resumir, apenas, ao problema distributivista, localiza, então, a problemática

do chamado subdesenvolvimento brasileiro no próprio campo da “acumulação de capital”. Em suas próprias palavras, **“para um país subdesenvolvido o problema é muito mais complexo, pois as suas decisões não podem restringir-se ao campo da distribuição, mas tem de abranger, também, o campo da acumulação de capital”** (Delfim Netto, 1966, p. 11).

Adiante, ao menos desde 1964 teorizando aquilo que intitulou **“Economia de Mercado Mista”**, adverte o longevo economista da autocracia do capital *atrófico*, que, **“foi a compreensão histórica de que nem o ‘laissez faire’, nem o socialismo estilo soviético possibilitam a consecução efetiva desses objetivos que abriu o caminho para o planejamento”** (Delfim Netto, 1966, p. 11). Desse modo, arremata o ideólogo, sinalizando sua imaginada (como forma de consciência social de classe individualizada) “terceira via”, isto é, nem liberal e nem marxista:

Nem o capitalismo liberal nem as implementações conhecidas do socialismo são satisfatórias. No primeiro, temos a sujeição da coletividade à minoria do poder econômico e, no segundo, essa mesma sujeição à minoria detentora do poder político, ambas sempre prontas a confundirem, pela fraude num caso ou pela força no outro, a sua própria vontade, com os verdadeiros anseios da coletividade (Delfim Netto, 1966, p. 11)

Ecleticamente, expondo o baixo padrão científico epistemológico do ideólogo do capital *atrófico*, com seu próprio “planejamento” intitulado “Economia de Mercado Mista”, supostamente, para além do liberalismo e do socialismo, assinala Delfim Netto que, com isto, **“procuramos ficar com o que há de positivo em cada uma daquelas formas de realizar a satisfação das necessidades materiais do homem, minimizando o que há de negativo em cada uma delas”** (Delfim Netto, 1966, pp. 11-12).

Dessa forma, consistindo o processo de desenvolvimento, sempre de acordo com a visão autocrática de mundo do economista, “nesta alteração da estrutura e nesta modificação das formas de comportamento e não no aumento da renda per-capita” – sendo este último fenômeno “apenas o resultado do processo de desenvolvimento e não o próprio processo” (Delfim Netto, 1966, p. 12) – conclui o ideólogo que: “o entendimento inadequado da realidade, dentro da qual se tem que produzir as mudanças de estrutura e de comportamento, [é] que tem levado à ideia

de que **o livre funcionamento do mercado – isto é, a ausência de planejamento – pode realizá-las**". (Delfim Netto, 1966, pp. 12-13). Eis, portanto, em crítica aberta à ideologia liberal que interdita, de modo reacionário, como *inútil* ou *comunizante* quaisquer tentativas de regulamentação, afirma que:

É a crença mítica no mercado, derivada da observação dos países desenvolvidos e não das realidades empíricas nacionais, que leva muitas pessoas a combaterem todos os tipos de planejamento por inúteis ou comunizantes (Delfim Netto, 1966, p. 13)

Versando, na sequência, sobre o funcionamento adequado do sistema de preços, assinala o ideólogo burguês que é imperioso que "as modificações estruturais mais importantes sejam previstas e superadas antes de se tornarem um fato impeditivo da **aceleração do desenvolvimento econômico. Este é o objetivo básico do planejamento**" (Delfim Netto, 1966, p. 13).

Uma vez que, centralmente, *o objetivo básico do planejamento é a aceleração do desenvolvimento econômico*, portanto, destaca Delfim Netto, em sua própria ideologia da (impossível) neutralidade da técnica do planejamento econômico, ser "**importante que todos compreendam que o planejamento é uma simples técnica de administrar recursos e que em si mesma é neutra**" (Delfim Netto, 1966, p. 13).

Enumerando o ideólogo, abaixo, que o *planejamento* – supostamente *uma simples técnica de administrar recursos* – "pode ser utilizado para fortalecer a economia de mercado ou para substituí-la; pode ser restrito às áreas tradicionais da atividade governamental ou pode ampliá-la; pode ser utilizado com objetivos sociais dignos ou para beneficiar uma classe em detrimento de outra (Delfim Netto, 1966, p. 13).

Consistindo, pois, conforme à ideologia de Delfim Netto, uma "**ilusão pensar que existe a alternativa [entre] planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal**"(Delfim Netto, 1966, p. 14) – daí o absurdo de se cogitar "combater o planejamento porque ele pode ser um instrumento de opressão ou porque ele pode ser utilizado em benefício de uma classe" (Delfim Netto, 1966, pp. 13-14) –, finalmente, sumaria o economista a serviço da autocracia burguesa bonapartista do capital atrofico:

Os objetivos do planejamento não são definidos dentro de sua própria esfera de ação, mas dentro da esfera do poder político. É a minoria que detém o

poder político em todos os sistemas que decide quais os objetivos a serem alcançados (Delfim Netto, 1966, pp. 13-14).

Adiante, prossegue o “aristocrático” Delfim – para quem *é sempre a minoria política poderosa que decide quais objetivos do planejamento econômico* – ciente da importância da visão de conjunto ou totalidade, a sua maneira, assinalando que **“a vantagem de conscientizar o programa futuro** reside justamente na possibilidade da escolha das alternativas mais adequadas para a consecução dos fins almejados” (Delfim Netto, 1966, p. 14), destacando, ainda, que **“o desenvolvimento é um fenômeno global da sociedade, que atinge profundamente toda a sua estrutura social, política e econômica”** (Delfim Netto, 1966, p. 14).

Explicitando, ademais, as razões e objetivos de seu livro de 1966, pontua o ideólogo que “o seu objetivo é apresentar algumas contribuições ao entendimento do **problema do desenvolvimento e do planejamento**”, situando, em suas próprias palavras, que **“estudaremos inicialmente algumas características mais marcantes do processo de desenvolvimento econômico e procuraremos analisar a sua mecânica interna, de forma a poder inferir que variáveis deve a programação do desenvolvimento levar em conta para poder acelerá-lo”**(Delfim Netto, 1966, p. 14).

Dessa forma, já tendo fixado sua ideologia da técnica do planejamento “neutro”, em sua obra de 1966, então, conscientizando as classes proprietárias e o governo do primeiro ciclo da ditadura militar *bonapartista* com vistas a acelerar a *programação do desenvolvimento*, revela Delfim (tal qual observado em seu importante artigo de março de 1964 na revista **Convívium**) reconhecer as lições sociológicas, porém, conforme adverte, apesar da “urgência de aprofundamento do ‘enfoque sociológico’, como um dos instrumentos para uma apreensão global do processo de desenvolvimento (...)[,] isso **não significa, entretanto, que a análise econômica possa ser reduzida à análise sociológica** (Delfim Netto, 1966, p. 19).

“Em outros termos”, sempre segundo a ideologia e visão autocrática de mundo de Delfim Netto, **“a formulação de um processo de desenvolvimento corresponde a estabelecer a partir de algumas condições iniciais, toda a sua história”** (Delfim Netto, 1966, pp. 20-21). Isto é, sob a sombra de Marx e do marxismo que ensinam ser *o problema da história a história do problema*, Delfim sinaliza, a seu modo, a necessidade de compreender o *processo de*

desenvolvimento a partir da própria história, rechaçando na sequência qualquer “semelhança entre a ideia de processo (como é aqui entendida) e os possíveis ramos do historicismo”, a não ser, pontua, pelo fato de todos decorrerem da “**tentativa de representação do desenrolar histórico**” (Delfim Netto, 1966, p. 21).

Prosseguindo em polêmica aberta com Marx e o marxismo, assinala o economista da FEA da USP, futuro Ministro de Estado da ditadura militar *bonapartista*, ser “claro que **a formulação de um modelo de desenvolvimento não envolve nenhum objetivo escatológico**⁴²” (Delfim Netto, 1966, p. 21). “Muito menos, ainda, supõe uma interpretação de necessariedade do desenvolvimento”, indicando Delfim Netto o modo como opera sua própria *formulação de um modelo de desenvolvimento* considerado também como uma *tentativa de representação do desenrolar histórico*:

Ele pode dar-se ou não (o modelo daria uma solução estacionária), pode apresentar qualquer taxa de crescimento ou realizar-se através de ciclos sucessivos. Nenhuma dessas soluções é necessária, justamente porque o conhecimento das variáveis relevantes do processo permite o atendimento de qualquer objetivo compatível com as condições iniciais. Nada impede que estas mesmas condições iniciais (como é o caso do regulamento jurídico das instituições) possam ser também alteradas (Delfim Netto, 1966, p. 21)

Dessa maneira, fundado na história, considerando também o enfoque sociológico diverso da análise econômica, avança Delfim Netto definindo que, “**para os efeitos deste trabalho, chamamos de economia de mercado aquela onde os problemas econômicos fundamentais são resolvidos de forma descentralizada, através das decisões independentes dos agentes econômicos, harmonizados pelos mercados de bens e de fatores**” (Delfim Netto, 1966, p. 27).

Nota-se, portanto, que na *economia de mercado* a preponderância reside no direito dos *agentes econômicos* do capital industrial, acrescentando o ideólogo das classes proprietárias que “**a capacidade de desenvolvimento econômico de uma economia depende, portanto, essencialmente, do nível do excedente econômico que é capaz de realizar e da forma pela qual reintegra esse**

⁴² Registra o dicionário Houaiss, em sua versão digital, no verbete escatologia: “Doutrina das coisas que devem acontecer no fim do mundo. Rubrica: teologia: doutrina que trata do destino final do homem e do mundo; pode apresentar-se em discurso profético ou em contexto apocalíptico”.

excedente no processo produtivo” (Delfim Netto, 1966, p. 28). Definindo, na sequência, o excedente econômico como a “diferença entre o produto e o consumo totais, sem consideração pela forma de estabelecimento do consumo” (Delfim Netto, 1966, p. 28).

“O fato anterior não altera”, conclui o economista uspiano da autocracia do capital **“a natureza do desenvolvimento** e não indica que será possível realizá-lo por outro caminho que não seja **a acumulação do capital**” (Delfim Netto, 1966, p. 33). Nessa altura, explicitando precisamente, em obra de 1966, a serviço de quem e de quais interesses de classe se propõe a formulação do *modelo de desenvolvimento* de Delfim Netto, segundo o ideólogo orgânico do capital:

Ele coloca em plena evidência, entretanto, que **não basta a capacidade de criar excedente para acelerar o desenvolvimento**, pois que este se realiza apenas quando o excedente é reintegrado no processo produtivo na forma de novas combinações tecnológicas, isto é, na forma de capital de tipo essencialmente diverso daquele que predomina no sistema econômico (Delfim Netto, 1966, p. 33)

Nesse passo, tomando a *educação* como instrumento para o *desenvolvimento*, destaca o ideólogo das classes proprietárias – sempre com vistas àquilo que considera como o único caminho possível para acelerar o desenvolvimento econômico, isto é, *a acumulação do capital* – **“a importância fundamental da educação do homem como o ‘investimento’ mais produtivo para o desenvolvimento**” (Delfim Netto, 1966, p. 33), sustentando que “é através do preparo profissional técnico e científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar as tecnologias mais desenvolvidas” (Delfim Netto, 1966, p. 33). **“Não basta, portanto, apenas formar o excedente: é preciso saber como utilizá-lo de maneira a acelerar ao máximo a incorporação de técnicas produtivas mais eficientes**” (Delfim Netto, 1966, p. 33).

Adiante, novamente buscando conscientizar as classes proprietárias para a necessidade do desenvolvimento acelerado do capital, Delfim Netto assinala: **“O desenvolvimento econômico, apenas em casos específicos, historicamente raros, é um fenômeno espontâneo e não há nenhuma garantia que uma**

sociedade qualquer possa atingi-lo sem antes adquirir uma clara consciência da sua necessidade” (Delfim Netto, 1966, p. 34).

Na sequência, abordando “a mecânica do desenvolvimento econômico” (Delfim Netto, 1966, p. 35), particulariza o ideólogo da USP e da autocracia do capital atrofado que, **“nas sociedades subdesenvolvidas, onde o setor externo produziu um suficiente dinamismo e criou-se um mercado interno relativamente importante, alimentado pelas importações, as transformações estruturais consistem, em geral, na criação e ampliação da atividade industrial”** (Delfim Netto, 1966, p. 35).

Eis o motivo de afirmar, mais à frente em sua obra de 1966, que “a taxa de desenvolvimento depende, fundamentalmente, da magnitude dos investimentos e da relação produto/capital no setor que produz máquinas-ferramentas (máquinas que produzem outras máquinas)” (Delfim Netto, 1966, p. 96).

Esse processo em sua totalidade, afirma Delfim Netto, “é caracterizado, entretanto, por um fato comum; **a transferência contínua da mão de obra das atividades primárias para as atividades secundárias e terciárias**” (Delfim Netto, 1966, p. 36).

Ainda, a seu modo sinalizando o caráter dependente do capitalismo e do subdesenvolvimento nacionais, a *via colonial* da objetivação hiper-tardia do capitalismo brasileiro, resgata o professor de economia que **“a concentração em poucos produtos coloca todo o desenvolvimento na dependência da expansão da procura externa e, conseqüentemente, coloca o desenvolvimento econômico de um país na dependência não de sua política econômica, mas na do país importador”** (Delfim Netto, 1966, p. 37).

Atento, pois, à contextualização histórica do assim chamado subdesenvolvimento econômico, destaca Delfim Netto que **“a tendência à concentração das exportações dos países subdesenvolvidos em poucos (em geral apenas um) produtos se explica facilmente pelo próprio processo histórico de desenvolvimento”** (Delfim Netto, 1966, p. 37).

Indicando, assim, clara consciência da indução pelo capital externo do tipo e padrão de subdesenvolvimento brasileiro – mas não apenas –, arremata o

economista da USP afirmando que, **“quando a economia recebe o impulso dinâmico do setor externo, através da ampliação da procura de um produto exportável, ela tende a aplicar em tal setor uma parcela importante de seus recursos e, em breve, toda a economia funciona sob seus estímulos”** (Delfim Netto, 1966, p. 37).

Desse modo, o país alicerçado em um único produto exportável, reiteramos, historicamente *coloca seu desenvolvimento econômico na dependência não de sua política econômica, mas na do país importador*, vislumbrando Delfim Netto com vistas à solução do problema brasileiro (no interesse, repetimos, das classes proprietárias sob o regime *bonapartista* instaurado pelo golpe de Estado de 1964, uma vez que inexistente *outro caminho que não seja a acumulação do capital*):

Em particular, verificamos que **a aceleração do processo exige modificações tecnológicas substanciais no setor agrícola, pois que a aceleração será conseguida com uma transferência mais rápida da mão de obra do setor agrícola para o setor urbano, o que exigirá um aumento bastante rápido da produtividade agrícola** (Delfim Netto, 1966, p. 50)

Objetivando, portanto, **“uma transferência muito mais acelerada de mão de obra**, desde que o programa agrícola mereça uma atenção particular” (Delfim Netto, 1966, p. 61), *do setor agrícola para o setor urbano*, assevera Delfim Netto que “é da essência do desenvolvimento a transferência de mão de obra do setor primário para os setores secundário e terciário” (Delfim Netto, 1966, p. 53).

Dessa maneira, por conseguinte, encerra Delfim Netto suas considerações sobre o seu tipo de planejamento técnico e, supostamente, por essa condição, “neutro”, “como o instrumento adequado para a consecução do desenvolvimento econômico”, a fim de acelerá-lo com vistas à acumulação de capital.

Pontuando, enfim, que seu modelo formulado “é típico de uma economia dualística, onde existe um setor de mercado interno (I) e um setor exportador (II), com tênues ligações entre os dois”, destacando finalmente que **“a produtividade do capital é maior no setor exportador, onde a formação de capital pode ser realizada internamente, isto é, independente de qualquer importação”** (Delfim Netto, 1966, p. 98).

Mas para abrir uma aspas nesta nossa discussão, ou de nosso interlúdio, e que desperta interesse para nossa pesquisa, são suas considerações sobre a política econômica nos dias atuais: “Numa preliminar do que vai acontecer com o “orçamento impositivo”, maioria robusta na Câmara dos Deputados aprovou sem reflexão aprofundada sobre o interesse nacional, uma proposta mais que problemática. Ela reduz a eficiência do “cinto de castidade” que previne a permanente tentativa de “violação fiscal” por parte de conhecidos caçadores de renda”. “Trata-se do que poderá vir a ser uma clara deterioração da Lei de “Responsabilidade Fiscal” que até agora foi único “garante” de relativo equilíbrio fiscal que estamos vivendo”... “Jornal Valor Econômico 29.10.2013” “A tempestade Imperfeita” pág.A2.

Dessa forma compreendemos que o mesmo Czar da economia, Delfim Netto, que fez com que o capitalismo aqui se instala-se para fazer grande fortuna, mas em detrimento da grande maioria da sociedade, que só fez trabalhar, e nunca se quer sentiu “milagre econômico” nenhum, ou avistou qualquer forma de distribuição de riqueza que ocorria na casa de 13% ou 14% ao ano, crescimento igual da Alemanha e Japão do pós segunda guerra, e maior que os Norte Americanos que cresciam a taxa de 7% ao ano, e que por isso contraiu o senhor Delfim Netto dívidas enormes, como muito bem expressa em nosso texto, com o capitalismo internacional e seus institutos como o FMI, chegando a colocar o país em situação extremamente delicada no final da década de setenta, tamanha era essa dívida, mas que se posta nos dias atuais como um fervoroso defensor de uma equilibrada política fiscal do Estado Federal dos Estados e dos Municípios, para garantir uma saúde financeira sem comprometer ou desequilibrar a balança de pagamentos. E fecha assim sua intervenção no jornal valor econômico: Violações da ordem fiscal vão se acumulando...Mas a história e a análise teórica ensinam que em algum momento... uma emergência que explode num desequilíbrio fiscal, inflacionário e cambial simultâneo... “valor econômico.pág.A2.

Capítulo III: Antônio Delfim Netto após o ‘golpe dentro do golpe’: ministro da Fazenda da autocracia burguesa bonapartista sob a linha-dura militar (1967-1974)

Figura 05



Fonte: (Roldão Arruda. OESP). Antonio Delfim Netto, conspirador do IPÊS, foi nomeado para o Ministério da Fazenda do ciclo “duro” da ditadura bonapartista, inaugurado com general presidente Costa e Silva e depois coroado com general presidente Emílio Garrastazu Médici.

1967-1969: ‘Análise do momento brasileiro’ no governo Costa e Silva e os “Cinco problemas básicos” advertidos pelo ideólogo orgânico da ditadura bonapartista

Figura 6



Roldão Arruda. OESP.

‘A contradição’, ‘o diálogo’, ‘a paixão ideológica’, ‘a crença nas minorias’ e ‘a revolta contra a aritmética’

Acima, havendo pontuado a trajetória do ideólogo das classes proprietárias Antônio Delfim Netto desde a conspiração no pré-1964, passando pelo golpe de abril daquele ano, cabe-nos, agora, situar a ideologia e práxis de Delfim Netto no período após o chamado “golpe dentro do golpe”, momento auge de sua meteórica carreira de intelectual orgânico da burguesia brasileira associada, no qual seria nomeado ao Ministério da Fazenda do marechal-presidente Costa e Silva e, após o interdito da Junta Militar, nele seria mantido pelo general-presidente Emílio Médici (1969-1974).

Para tanto Delfim Netto se preparou muito bem com uma rede de fiéis colaboradores dispostos em quase todos pontos-chaves da administração direta do executivo nacional no intuito de obter sempre informações do que ocorria em todos os bastidores, para assim ir compondo e reafirmando o seu próprio posto no ministério da fazenda, dessa forma em longa entrevista reportagem da revista Piauí em Setembro de 2014, Delfim Netto expõe: “O critério mais importante para fazer parte da turma”, ele disse, era a lealdade. “Essa era a porta de entrada. Você poderia errar o quanto quisesse. Se fosse leal, ele iria sempre te apoiar. O poder de fazer as coisas acontecerem era multiplicado pelas centenas de pessoas que o Delfim tinha em tudo quanto é lugar. O poder de ação que a gente tinha, o poder de informação era infernal”. O próprio Delfim deu explicação semelhante à do ex-aluno. “Tudo isso é uma questão de lealdade”, disse sem hesitar, sobre o exercício do poder” (**Revista Piauí.pág.20**).

Propriamente, com vistas a captar sua visão de mundo durante o período histórico, *Análise do momento Brasileiro. Cinco problemas básicos*, do então ministro da Fazenda Delfim Netto, publicado em setembro de 1968 como um *depoimento de máximo interesse* pela Revista de Finanças Públicas (Ano XXVIII, N.º 275), reconstitui “exposição feita a professores e alunos da Universidade de São Paulo durante o seminário sobre economia brasileira”.

Versava, ali, o ideólogo acerca de “uma definição em torno das reformas que estão sendo realizadas pelo governo Costa e Silva” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Em suas palavras, de início, o Ministro Antônio Delfim Netto indicava existir certo desconforto no momento do segundo ciclo *durista* da ditadura militar

bonapartista, na medida em que a sociedade não estava totalmente em sintonia com as atitudes impostas pelos militares, uma vez que a própria autoridade constituída estava colocada sob severas críticas públicas. Salienda Delfim, por conseguinte, que “uma análise da sociedade brasileira atual mostra que existem pelos menos cinco problemas básicos que perturbam uma avaliação correta da situação e tendem a **colocar permanentemente em xeque a autoridade e a ação governamentais**” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Prossegue o economista Ministro de Estado do marechal presidente Costa e Silva, então, questionando certo modelo de organização democrática, tentando redefinir o significado da palavra democracia, em 1967, na medida em que interditava “**a crença de que a democracia consiste em permitir que a minoria destrua de forma irrecuperável o trabalho da maioria**” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Nesse momento, o ideólogo Delfim Netto aponta para “uma contradição profunda entre os desejos verbalizados e as atitudes concretas para realiza-los;” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Delfim Netto faz uma crítica, assim, à questão do diálogo que julga infrutífero e, ao fazê-lo, percebemos que chegava à beira da irritabilidade na demonstração de que o diálogo – parte da questão liberal por excelência – não se apresentava com o menor sentido e racionalidade, não se chegando, por isso, a um denominador comum entre os interlocutores. Delfim Netto também tinha, apontamos, seus críticos entre as diversas escolas econômicas, encarnando o economista paulista, ainda, a função de alterar a serviço da autocracia do capital e do *bonapartismo* brasileiro toda a estrutura socioeconômica para *acelerar o processo de desenvolvimento* compreendido, como vimos, enquanto a acumulação de capitais para os grandes *trustes* industriais internacionais e associados.

Temeroso, porém, em não encontrar apoio político suficiente na esfera social, de fato e de direito, aberta ao debate e confronto livre de ideias, assinala o ideólogo da autocracia burguesa *bonapartista*: “**A exigência obstinada de diálogo onde não se diz que dois e dois são quatro**, porque isso produz complexos no número três e **fecha a ‘abertura política’**” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Sustentando, portanto, em sua própria visão de mundo que o *diálogo obstinado fecha a “abertura política”*, rechaça o economista “**a paixão** (firme, praiana e escocesa) **pelas soluções e ideologias que, por suposição, produzem o desenvolvimento sem sacrifícios**” (Delfim Netto, 1968, p.02). Mas como

referendamos acima, nesse momento o já então ministro da Fazenda Delfim Netto havia criado uma articulação com seus ex-alunos da FEA-USP, conforme entrevista para a Revista Piauí de Setembro de 2014. “Eduardo de Carvalho explicou como atuava a Equipe de Delfim Netto. Ex-Aluno de Delfim Netto contou que o professor conquistou a elite militar do Brasil com se jeito de garotão Italiano boa praça, “Ele era o gordo feliz, e era um animal político, tinha fome de poder” explicou.

Por certo não era o jeito de garoto Italiano que aprazia os militares mas sim sua carreira como Professor na área econômica na Universidade de São Paulo, além dos valores ideológicos que manifestou desde o tempo em que conspirava no complexo do IPÊS.

Nesse momento, postando-se alheio às *paixões e soluções ideológicas que produzem o desenvolvimento sem sacrifícios*, na visão de mundo de Delfim Netto, a questão econômica passa a ser traduzida em questão aritmética, no que seus críticos são configurados, pelo paulista, em revolta contra à própria racionalidade matemática: “A revolta contra a aritmética que considera absurda injustiça que, neste mundo de Deus, a soma das partes não possa ser maior do que o todo” (Delfim Netto, 1968, p. 02). *A soma das partes não pode ser maior que o todo*, portanto, a Delfim Netto.

Assim enumera, mais abaixo desdobrando, os *Cinco problemas básicos da Análise do momento Brasileiro* o Ministro de Estado da autocracia do capital *bonapartista*, sob Costa e Silva: “‘Contradição verbal’, ‘diálogo’, paixão ideológica, crença nas minorias, revolta contra a aritmética são os ingredientes que formam a urdidura do panorama brasileiro, onde **um governo que procura trabalhar com seriedade é**, a cada momento, **caracterizado como inerte e como insensível aos problemas nacionais**” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Avança o ideólogo pontuando que, “a não ser para um grupo muito restrito que nunca entendeu o Brasil, a revolução de 31 de março de 1964 foi uma manifestação maciça da sociedade contra o estado de coisas vigentes” (Delfim Netto *in* 1968, p. 02). O golpe de Estado e de classe vitorioso em 1º de abril de 1964, na visão conservadora do ideólogo da autocracia burguesa do capital *bonapartista*, “resultou, portanto no consenso da coletividade nacional” (Delfim Netto, 1968, p. 02).

Sem embargo, prossegue o Ministro de Estado Delfim Netto, “lamentavelmente”, a “Revolução” “não trouxe consigo um modelo nítido do que deveria fazer, de maneira a possibilitar uma formulação do projeto brasileiro” (Delfim

Netto *in* 1968, p. 02). Confirmando emblematicamente o caráter negativo do movimento civil-militar de classe burguesa que barrou e depôs o presidente João Goulart por meios conspiratórios, clandestinos e golpistas, também Delfim Netto, ativo conspirador *ipesiano*, destaca que **“a rigor não se pode dizer que o simples combate à corrupção e à subversão seja um programa, uma vez que constituem condições mínimas para uma estruturação adequada de qualquer sociedade”** (Delfim Netto, 1968, p. 02).

“Foi assim que pouco a pouco”, paulatinamente se elaborando o projeto de fato positivo dos golpistas, segundo o ideólogo economista do *costismo* e *medicismo*, “foram emergindo novos objetivos consubstanciados inicialmente no chamado PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo)” (Delfim Netto *in* 1968, p. 03), arquitetado “no Governo de Entressafra” do primeiro ciclo da ditadura militar *bonapartista*, sob a hegemonia do marechal presidente Castello Branco.

Na sequência, com a visão retrospectiva de cinco anos passados do golpe de 1964, elogia o PAEG o ideólogo economista da *linha-dura*, salientando que “tal programa, tecnicamente bem elaborado, produziu dentro das limitações naturais os resultados que se esperavam no campo econômico” (Delfim Netto *in* 1968, p. 03). Logicamente, sempre na visão do Ministro da política econômica *bonapartista* do capital, “o mesmo acontece agora com o segundo governo da revolução” (Delfim Netto, 1968, p. 03).

Fundamentalmente inserido o economista, a serviço da política econômica da *ditadura dos gestores da autocracia do capital atrofico*, no ideário ou *ideologia 1964*, igualmente sustenta Delfim Netto a suposta “neutralidade” do novo regime *bonapartista* alicerçado sob o signo da “Nação” brasileira:

Poucas vezes na história deste país houve um governo como este, sem compromissos de qualquer natureza com classes sociais ou grupos econômicos, sem o menor interesse na defesa ou permanência de instituições sociais que entravam a atividade econômica. O seu único engajamento é com o futuro deste país, com a preparação de estruturas sociais e econômicas que permitam ao Brasil metabolizar as mudanças que inevitavelmente se vão procedendo no mundo a uma velocidade crescente (Delfim Netto, 1968, p. 03)

Tendo o Brasil, nas palavras de Delfim Netto, **“um encontro marcado com a História”**, sendo “nossa tarefa tornar esse encontro possível”, ressalva o Ministro da Fazenda da ditadura que, “ao contrário do que se pretende fazer crer, a revolução não tem compromisso com o passado” (Delfim Netto, 1968, p. 03).

Defendendo a ditadura Costa e Silva das críticas que vinha sofrendo, afirma o professor que “poucas pessoas deixaram de concordar”, entretanto, com a chamada “Revolução” de 1964, porém, “poucas pessoas se conformaram com a existência de uma Constituição que delimita claramente a ação possível” (Delfim Netto, 1968, p. 03).]

Referindo-se à Carta Política ditatorial de 1967, caracterizando-a o ideólogo como a Constituição *que delimita claramente a ação possível*, afirma que “é dentro desses limites a que se impôs a **própria revolução** – porque **deseja o desenvolvimento dentro de uma sociedade aberta** – que devem ser feitas modificações estruturais de que o Brasil merece” (Delfim Netto, 1968, p. 03).

Desejando a própria “Revolução” o desenvolvimento dentro de uma sociedade aberta, sempre conforme Delfim Netto, supostamente capaz de efetuar as *modificações estruturais de que o Brasil merece, com a preparação de estruturas sociais e econômicas que permitam ao país metabolizar as mudanças que inevitavelmente se vão procedendo no mundo a uma velocidade crescente*, destaca novamente o ideólogo a relevância e o papel da “educação” tomada, autocraticamente, como “investimento” para acelerar a acumulação de capital.

Assim sendo, buscava, como parte do projeto de reestruturações da ditadura militar *bonapartista*, a assim chamada **modernização “de todo o sistema de ensino, orientando-o um pouco mais para a demanda**, exigindo o pagamento de quem pode pagar, modernizando a estrutura das escolas, eliminando os privilégios da cátedra, forçando as disciplinas a se reunirem em departamentos, reduzindo os prazos de formaturas e encurtando as férias” (Delfim Netto, 1968, p. 03).

O primeiro dos cinco problemas de sua *Análise do Momento Brasileiro* é estampado como “A Contradição”, advertida como síntese das “grandes contradições entre os desejos verbalizados e as atitudes”, asseverando da seguinte maneira o Ministro da Fazenda da *linha-dura bonapartista*:

Quem não sabe que todos desejam uma ação “dura e revolucionária” do governo, mas também o respeito à constituição? Quem não percebe que todos desejam terminar com a inflação – o governo, os empresários e os assalariados – mas quem não sabe que todos exigem maiores obras de “infra estrutura”, maior rapidez na mudança de capital, maiores verbas para todos os fins, mais créditos de todas as naturezas, **aumento de salários acima e desvinculados dos aumentos de produtividade**, maiores preços para os produtores e menores para os consumidores?

E ainda, questiona: **“Quem duvida que todos desejam o desenvolvimento?”**, respondendo, porém, com outra pergunta; “quantos trabalham com maior afinco, **quantos estão dispostos a um sacrifício maior, representado por um aumento de trabalho?**”. Concluindo, enfim, o ideólogo do aumento da produtividade do trabalho assalariado com forte arrocho dos vencimentos da massa trabalhadora, como função do capital, que “todos querem o equilíbrio do balanço de pagamentos, mas quantos estão dispostos a reconhecer que isso é inatingível se exigirmos simultaneamente, maior consumo e maior investimento?” (Delfim Netto, 1968, p. 03).

Enumerando, na sequência, o segundo dos problemas brasileiros – e o faz “matematizando” a luta de classes e os conflitos sociais entre capital e trabalho – como “O diálogo”, reitera o ministro do Estado bonapartista que “todos querem o ‘diálogo!’”. Porém, “devido à insistência cansativa e irracional, acabamos por acreditar que a palavra “diálogo” (Delfim Netto *in* 1968, p. 03) pode realizar a soma algébrica das partes”, integrando Delfim Netto, aqui, a defesa realizada por todos os ideólogos do segundo ciclo *bonapartista* em sua reiterada ação ditatorial de interditar quaisquer debates de ideias como uma tentativa de voltar ao *status quo ante* 1º de abril de 1964:

Em lugar de entender a política como uma atividade essencial dentro da sociedade aberta que desejamos capaz de realizar uma mediação eficaz entre a sociedade e quem detêm o poder, chamamos de ‘abertura política’ a tentativa de somar o não somável, de integrar os opostos, sem dar-lhes nenhuma racionalidade. **O ‘diálogo é simples’ é a simples transigência com o que não se pode transigir, é a astúcia de reunir o filosoficamente oposto com o desejo de manter – ainda que efemeramente – o poder político** (Delfim Netto, 1968, p. 03).

Na trilha de defesa do governo do marechal presidente Costa e Silva em relação às críticas que sofria de seus interlocutores, seu proeminente ideólogo economista acentuava que **“a ‘abertura política’ desejada não passa, frequentemente, da nostalgia do tempo em que o governo e oposição gozavam, mutuamente, dos benefícios distribuídos às suas respectivas áreas eleitorais”** (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Suspendendo, portanto, “o ‘diálogo’”, na medida em que, na visão autocrática do capital *bonapartista* do ideólogo da economia política da *linha-dura*, consiste na “arte de contentar a todos, quando **governar – infelizmente – é árdua**

tarefa de descontentar alguns, talvez muitos, mas nunca enganar a todos” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

O terceiro problema brasileiro elencado por Delfim Netto, “A Paixão Ideológica”, residiria no fato de “**um grupo bastante restrito** – que alguns creem que sejam os intelectuais – **cultiva uma paixão ideológica, que o leva a pensar que o caminho mais fácil para o desenvolvimento é uma mudança ‘radical e completa das atuais estruturas arcaicas’**” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Consistindo, pois, tal *paixão ideológica*, sempre atribuída apenas aos adversários, “uma forma realmente superada de falso intelectualismo, que coloca como polos dialéticos o capitalismo (que humildemente reconheço não saber bem o que é) e o socialismo (um substantivo tão rico de conotações, que é sempre mais do que eu sei)”, conclui ser tal formulação “de um ridículo incrível” (Delfim Netto, 1968, p. 04). Uma vez que, iludido o povo pela *paixão ideológica* de *pseudo intelectuais* que visavam o “fácil” *desenvolvimento* interpretado como *mudança ‘radical e completa das atuais estruturas arcaicas’*, questiona o Ministro da Fazenda de Costa e Silva: “Qual o povo suficientemente tolo para não adotar imediatamente o sistema que produz o desenvolvimento sem sacrifícios?” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Na sequência, o quarto problema brasileiro na alocução do ministro *costista* intitula-se “A crença nas minorias”, iniciando este tópico ao pontuar que “um grande número de pessoas se deixa impressionar grandemente pela ideia de que a verdadeira democracia deve permitir às minorias que se expressem como quiserem seus protestos, inclusive perturbando o trabalho da maioria” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Preocupado Delfim Netto, como se nota, com a ordem e normalidade do “trabalho da sociedade”, que entende como necessariamente disposto a serviço da aceleração do desenvolvimento que visa à acumulação de capital, salientando que o “trabalho da sociedade” não pode ficar à mercê de minorias e suas crenças e paixões ideológicas, assinala: “**Se é certo que a garantia de manifestação às minorias só podem pretender dirigir o país quando forem maioria e que não lhes assista o direito de prejudicar todo o trabalho da sociedade e de organizarem a luta armada**” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Situando-se, por conseguinte, o Ministro da Fazenda Delfim Netto, dentro do ideário ou *ideologia* 1964, no ciclo *bonapartista* da *linha-dura* no poder de Estado, conseqüentemente sustenta o economista o Desenvolvimento econômico *acelerado*

combinado com a Segurança Nacional máxima. Acelerar, portanto, a acumulação privada de capitais, naquilo que seria conhecido como o “milagre econômico brasileiro” para as classes proprietárias, e conjuntamente, acentuar os mecanismos de repressão política e de terrorismo de Estado contra os “inimigos internos” da ordem, atuando, então, a política e o terror de Estado como agentes do desenvolvimento capitalista em território nacional.

Afirma Delfim Netto, a sua vez, que “uma estimativa conservadora das perturbações estudantis de junho revela que a receita pública federal foi prejudicada em cerca de 40 milhões de cruzeiros novos”, resgatando, em sua racionalidade capitalista contábil, que isto “representa todo o custo dos projetos de irrigação que alterariam a feição do Nordeste, quase todo o custo final de Boa Esperança, quase 40 quilômetros de estrada” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

“Em termos físicos, portanto, tal protesto representa um prejuízo irrecuperável para a economia brasileira, ou seja, para a maioria e mesmo para a minoria da população” (Delfim Netto, 1968, p. 04). “É, portanto, absolutamente correto permitir que essas manifestações apenas se realizem dentro de locais especiais” (Delfim Netto, 1968, p. 04), recomenda o Ministro da Fazenda preocupado com as agitações políticas que poderiam vir a inviabilizar o seu projeto de aceleração do desenvolvimento econômico de forma segura a autocracia do capital atrofico.

Daí assinalar, em seguida, que “a democracia não é nem o domínio das minorias pela maioria, nem o direito das minorias de perturbar a maioria” (Delfim Netto *in* 1968, p. 04). Democracia seria assim, na visão autocrático burguesa do ideólogo da ditadura *bonapartista*:

Um processo aonde oposição e consenso se vão integrando de forma a permitir que as disputas políticas – necessárias essenciais mesmo para a realização da sociedade aberta – não perturbem o funcionamento e as modificações do sistema econômico (Delfim Netto, 1968, p. 04)

Enumerando o último dos problemas nacionais, versados pelo Ministro de Estado da ditadura Costa e Silva em exposição feita a professores e alunos da Universidade de São Paulo durante seminário sobre a economia brasileira, em 1968, encontra-se “A Revolta contra a Aritmética”. Afirmando ser esta “o aspecto mais dramático de toda a chamada ‘crise política’”, salienta Delfim Netto, como fato inexorável, “que a produção total realizada em cada ano pela coletividade é um

número finito e só pode ter um número finito e alternativas de usos” (Delfim Netto *in* 1968, p. 04).

Dessa forma, destaca que “**todos querem aumentar sua participação na produção; o governo** quer aumentar a carga tributária, **os empresários** querem maiores lucros e **os assalariados** querem maiores salários. Todos tem razão!” (Delfim Netto, *n* 1968, p. 04). Porém, adverte o ideólogo economista da autocracia burguesa *bonapartista*:

De fato, precisamos de maiores investimentos públicos, de maiores investimentos privados e de melhores salários. Mas todos não podem, fisicamente, ter razão ao mesmo tempo, pelo simples motivo de que se tentarmos consumir e investir mais do que produzimos, apenas podemos fazê-lo por um período restrito, apelando para os déficits de balanço de pagamento, que pouco a pouco vão transferindo para o exterior os centros das decisões econômicas nacionais (Delfim Netto, 1968, p. 04)

A respeito dessa suposta transferência para o exterior dos centros decisórios sobre a economia política brasileira, afirma Delfim Netto, em aberta polêmica com a plataforma nacional-popular da economia política do reformismo trabalhista do governo João Goulart, tratar-se de “outro aspecto da realidade nacional: **a maioria dos demagogos que defendem, com ar nacionalista, o aumento simultâneo dos investimentos e dos salários**, está de fato, defendendo a transferência dos centros de decisão econômica para fora do país” (Delfim Netto, 1968, p. 04).

Revelando, ainda, o teor autocrático-regressivo da sua forma de ideologia *bonapartista* nacionalista, conscientizando para os supostos e inevitáveis “limites” da produção econômica e sua conseqüente distribuição social, assinala que “**o nacionalismo não é o culto ardente do impossível**, que pode trazer votos, mas em longo prazo traz a desgraça nacional. **O nacionalismo é a coragem de denunciar o impossível**; de não se preocupar com os votos, se eles têm um custo social” (Delfim Netto, 1968, p. 04). Bem longe, pois, de um nacionalismo agressivo, como o caracterizado pelas formas ideológicas e práticas do nazi-fascismo, a ideologia delfiniana é regressiva. *Nacionalismo*, ao ideólogo bonapartista de um capital atrofico subordinado ao monopolista, *não é o culto ardente do impossível*, mas sim *a coragem de denunciar o impossível* autocraticamente, isto é, sem se preocupar com os votos e seu custo social.

O nacionalismo, portanto, na ideologia ou visão de mundo regressiva de Delfim Netto, enquanto porta-voz do Ministério da Fazenda do governo Costa e

Silva, procura, conforme finaliza exposição a professores e alunos da Universidade de São Paulo:

Mostrar à coletividade que existem limites físicos que não podem ser transportados por melhores que sejam nossas intenções; de suportar pacientemente as lições daqueles que pensam que sabem muito mais do que nós e aceitar com humildade os conselhos, daqueles que de fato sabem (Delfim Netto, 1968, p. 04)

Relembramos com Caio Prado Jr., diante desses alegados *limites físicos* da autocracia do capital atrofico, que os economistas, “em particular aqueles que entre nós têm a responsabilidade da condução de nossa política econômica, tal como verdadeiros cristãos novos, situam sua ciência em plano semelhante aos das ciências exatas, como a Física, por exemplo, isto é, plano de alta abstração em que se manipulam unicamente umas poucas variáveis de grande generalidade”.

Mas a professora **Livia Cotrim** nos aponta para questões clássicas de entendimento de nossa objetivação:

“ O tratamento a que tanto Marx quanto Elgels e Lenin submeteram o caso alemão, distinguindo a forma clássica da forma tardia de objetivação do capitalismo, torna para Chasin o caráter de “referência exemplar” para a apresentação da particularidade brasileira, não só indicação das diferenças que o atraso no desenvolvimento capitalista gera em relação aos casos clássicos, mas sim por evidenciar que o percurso da análise concreta é o de extrair do próprio objeto as determinações que o configuram. Posto desta maneira o problema, fica consignada uma crítica a subsunção do caso brasileiro aos contornos da miséria Alemã, ou via Prussiana, procedimento que a torna como modelo, “contorno formal aplicável a ocorrências empíricas”, e reedita, assim, o estiolamento dos universais.” Livia Cotrim. A miséria Brasileira.E. Ad.Hominem.pág VI

Dessa forma temos a apresentação da *Via Clássica* que aporta a nossa particularidade brasileira da forma tardia de objetivação do capitalismo mas de forma a nos colocarmos pela via econômica de uma política econômica de Antonio Delfim Netto, de forma, estarmos sempre **subsumidos** pelos capitalismo centrais, e longe de alguma reação nacionalista.

‘Aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer’: o voto de Delfim Netto na ‘missa negra’ do AI-5: *crescimento com repressão: Desenvolvimento acelerado e Segurança Nacional máxima*

Figura 7



Fonte: Folha de São Paulo. Vê-se, à direita, Delfim Netto durante a chamada *missa negra*, reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o mais violento dos atos institucionais da ditadura bonapartista, o AI-5.

Durante a chamada “missa negra”, reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovaria o mais violento dos atos institucionais da ditadura bonapartista, o AI-5, embora hoje o negue o ideólogo das classes proprietárias Antônio Delfim Netto, à época, demonstrava clara consciência entre a articulação do binômio *Segurança Nacional máxima e Desenvolvimento econômico acelerado*.

Isso porque, com a vitória da “linha-dura” imposta com o marechal Costa e Silva na presidência da República, continuada com a Junta Militar e a “eleição” do general-presidente Médici, **“um novo ciclo da contrarrevolução se apresentaria com o *slogan do desenvolvimento acelerado com segurança máxima, a repressão extrema para que a reprodução ampliada do capital assentada numa dupla violência conseguisse o que seria denominado de o milagre econômico brasileiro*”** (RAGO, 1998, p. 191).

Tratava-se, conforme sabido e ressabido, de buscar através de uma ditadura militar *crescimento* econômico com *repressão* política e policial contra o sempre

suposto “inimigo interno”, a verdadeira arquitetura do “milagre” da acumulação capitalista para as classes proprietárias que, às classes trabalhadoras, significou superexploração de sua força de trabalho, arrocho salarial e depauperação de suas condições de vida. Vale lembrar, com José Chasin, que **“o ‘milagre’ é uma forma de desenvolvimento capitalista; desenvolvimento no quadro dos países economicamente submetidos ao imperialismo, que beneficia o capital monopolista e que expulsa as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos”** (CHASIN, 2000, pp. 68-69).

“Ora, é sabido que **os arautos da política econômica da autocracia burguesa do capital deram contorno a uma fórmula efetivamente mágica: quanto mais o trabalhador produzia, menos ele recebia**” (RAGO, 1998, p. 193).

A seu turno, Delfim Netto, em enfático voto durante a chamada *missa negra* do Conselho de Segurança Nacional que aprovaria o AI-5, diz crer que **“a revolução veio** não apenas para restabelecer a moralidade administrativa neste país, mas, principalmente, **para criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico**”. Estampada, assim, a consciência do então ministro Antonio Delfim Netto sobre a articulação orgânica e indissociável entre “Revolução” e “desenvolvimento econômico”.

Constituindo-se este, ainda conforme seu voto favorável ao AI-5, “realmente o objetivo básico” da chamada “Revolução” de 1964, arrematando, então, o ideólogo das classes proprietárias, em 1968: “Creio que a revolução, muito cedo, meteu-se numa camisa-de-força que a impede, realmente, de realizar esses objetivos”. Perfilhava-se, desse modo, junto aos setores da denominada “linha-dura”, após o afastamento do marechal Castello Branco da presidência da República.

Referindo-se ao pretexto dado pelos militares e civis da “linha-dura” para a edição do AI-5, a saber, o discurso contestatório de Márcio Moreira Alves, do MDB carioca, incitando o boicote às manifestações patrióticas do feriado da Independência (de 07 de setembro de 1968), Delfim Netto assinalava crer que:

Institucionalizando-se tão cedo, possibilitou [a “revolução”] toda a sorte de contestação que terminou agora com este episódio que acabamos de assistir [sic]. Realmente, esse episódio é simplesmente o sinal mais marcante da contestação global do processo revolucionário. É por isso, senhor presidente, que eu estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho [de Segurança Nacional]. E, se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente.

Arquivo Folha de São Paulo. www1.folha.uol.com.br/foiha/delfimnetto.html - Reunião do Conselho de Segurança Nacional. Ato Institucional nº 05 – AI.5 -

Mas nessa motivação pela pesquisa sobre o período obscuro e também pelo negacionismo de seus algozes descobrimos isso, que explica:

“Verdadeiro alquimista do Estado militar, Golbery do Couto e Silva, seguindo suas linhas doutrinárias de Fridrich Ratzel, Karl Haushofer, Werner Sombart e Oswald Spengler, articulou estratégia político-militar fria e sinistramente exercida por Médici e Geisel (|Plano de extermínio dos líderes comunistas e revolucionários) e urdiu a retirada das forças militares da cena política por elas comandadas durante 21 anos”. Almeida, Agassiz. *A Ditadura dos Generais. Estado Militar na América Latina. O calvário da prisão.* Ed: Bertrand Brasil. pág126. Rio de Janeiro. 2007.

Como podemos observar a ditadura era militar, além de civil, e quem ficou com o sabre em punho foram os militares, e não estavam distante do poder como observaremos nas declarações do ex-Ministro da Fazenda Delfim Netto. E continuando com Agassiz:

“Alfred Vagts, ideólogo da geopolítica, deixou-nos esta análise contendo as motivações militares”

“O modo de agir militar seria marcado pela concentração de homens e de materiais de conquista de objetivos específicos com a maior eficiência possível. Prepara-se e profissionaliza-se para aqueles fins objetivos. O militarismo apresenta uma vasta gama de costumes, prestígio, ações e pensamentos associados às forças armadas, mas que transcendem os propósitos puramente militares. Sua influência é ilimitada quanto aos objetivos, cuja principal meta é dominar o Estado e assim implantar um poder militar.

Assim, o que intencionamos é demonstrar que nada estava separado de nada, no processo de recrudescimento pelo poder do Estado, ou o adágio golpista que era de máxima segurança e desenvolvimento acelerado.

Em seu livro *A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas*, Gaspari registra a seguinte afirmação de Delfim Netto, reiterando seu voto na *missa negra*: “**Com o AI-5 eu aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer**” (GASPARI, 2002, p. 233), tendo seu voto pela aprovação do AI-5 clamado pela criação de um Executivo Federal ainda mais fortalecido para, alterando-se a Constituição de 1967, acelerar o desenvolvimento econômico, em prol das classes proprietárias nacionais e associadas:

Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência, ao presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que são absolutamente necessárias para que este país possa

realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer⁴³

Também em depoimento à TV Câmara, intitulado “O Brasil por Delfim Netto”, o ideólogo da autocracia do capital burguês bonapartista relembra que **“tão logo o AI-5 saiu nós fizemos uma enorme mudança no sistema financeiro brasileiro e este sim foi um fator muito importante para a continuidade do crescimento”**.

Ainda salientava Delfim que seria preciso lembrar o seguinte: “É verdade que a situação no mundo era complicada, 1968 foi um ano muito difícil no mundo inteiro, mas havia uma expansão econômica. (O que o Brasil fez? **O Brasil ligou o plug no mundo**. Esta é que a essência do que aconteceu” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IO9ca5lQkTY>).

Mas reiteramos: Como o ex-ministro Delfim Netto não sabia nada, se até uma assessora sua foi presa e torturada nos porões do exército. Vejamos ainda com Agassiz essa quase tragédia:

“ Geisel e Médici , criadores do nazimilitarismo, em certa altura de seus governos, temeram a Medusa que gestaram. Tal hidra, contemplando-os, dizia como a esfinge da mitologia Grega: “ decifra-me ou os devoro”. Registra-se esse fato: Na base aérea do Galeão, no governo Médici, foi presa por um major do exército a economista Maria da Conceição Tavares, assessora do ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto. O escalão superior do governo militar mobilizou-se para libertá-la. O major deteve a assessora por 25 dias, soltando-a após humilhantes torturas. Gritava o minimonarca: “ Aqui nesta prisão (Barão de Mesquita, também conhecida como a Casa da Vovó) quem manda sou eu” Os corifeus do neonazismo tremeram”.

Neste mote, um major faz-se minimonarca, e afronta ministro, General desrespeita ordem do tribunal superior, sargento grita com juiz, assim o elo da cadeia hierárquica subverte-se. Almeida Agassiz. A ditadura dos Generais. Ed Bertrand Brasil. pág 128.2007.RJ

Desse modo descobrimos que o movimento da ditadura civil-militar era intenso nos palácios, nos quartéis, e na sociedade para que um estudioso da

⁴³Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>

economia lembre de frases lidas em livros sobre Adam Smith e Ricardo, mas negue ocorridos ainda outro dia no lugar que também é seu, e ainda afirmando que não ocorreu nenhuma repressão.

Mas Antonio Delfim Neto e seus asseclas estavam trabalhando com todo entusiasmo para que os grandes monopólios acumulassem suas grandes fortunas apesar do que da forte constrição que passava quase toda sociedade.

Mario Henrique Simonsen, em seus **Ensaio sobre Economia e Política Econômica (1964-1969)** (APEC Editora S.A. Rio de Janeiro, 1971), elogia mesmo **“a prioridade concedida após 1964 à ‘racionalização’ do processo de desenvolvimento”** (SIMONSEN, 1971, p. 86), complementando que, **“nesta luta, a estratégia adotada após 1964 exige uma estreita colaboração entre o governo e a empresa privada”** (idem, p. 86).

Assim sendo, realizados os expurgos pelos vitoriosos graças ao golpe de abril de 1964, **“no quadro institucional criado após 1964 este tipo de oposição foi anulado e as consequências do desenvolvimento capitalista passaram a ter livre curso no país”** (Simonsen, 1971, p. 89).

É nessa linha de raciocínio que esse outro arauto da economia política da ditadura bonapartista, cuja função social foi a de servir como gestora do capital atrofado, saúda **“as medidas econômicas baseadas no AI-5”**. “O grosso das medidas de fim de ano editadas sob os auspícios do Ato Institucional n.º 5, apresenta amplo saldo positivo. Esperemos que elas ajudem a atividade econômica e permitam o decidido combate à inflação em 1969” (SIMONSEN, 1971, p. 40), concluía Simonsen.

Dessa forma, em busca de *crescimento econômico com repressão*, conforme Gaspari, “o AC-40 foi o instrumento de funcionalidade do AI-5 nas relações econômicas do Estado brasileiro”. Para o analista, como fator diferencial, o AC-40 seria o elemento que transmutaria “aquilo que poderia ser uma ditadura difusa, entregue a coronéis radicais e voluntaristas, num processo de reorganização do poder”. Isso porque, prossegue Gaspari:

De um lado, reduziu os recursos a serem distribuídos, de outro, centralizou os mecanismos através dos quais seriam feitas as transferências. **O AI-5 dissera o que era proibido. O AC-40 informava onde estaria o dinheiro para quem quisesse fazer o que era permitido.** O grau de controle que o governo adquiriu sobre a grande caixa nacional ampliou o enquadramento dos setores da produção que dele dependiam. Esse poder era exercido tanto na punição como na graça. Por intermédio de instruções informais os cassados estavam proibidos de transacionar empréstimos com o Banco do Brasil. Através do decreto n.º 64.345, os empreiteiros de obras públicas, principais fontes de suprimento de dinheiro para a corrupção governamental, livraram-se do fantasma da concorrência de empresas estrangeiras. Os grandes contratos de obras estaduais e municipais passaram a depender do aval e dos conselhos de Brasília, onde o governo já acumulava o tesouro da distribuição de incentivos fiscais (GASPARI, 2002, p. 233)

O professor e pesquisador José Paulo Netto, igualmente, destaca uma das medidas “importantíssima porque dizia respeito à concentração de receitas tributárias nas mãos do Executivo federal”, a saber, o Ato Complementar n. 40 (de 30 de dezembro de 1968, na sequência imediata do AI-5).

Resume Paulo Netto, da seguinte maneira, a importância do AC-40: **“Há estudiosos que consideram que este ato complementar, concebido por Antonio Delfim Netto, está para a economia como o AI-5 esteve para a política”** (Paulo Netto, 2014, p. 282). Gaspari, finalmente, pontua a importância da leitura conjunta do AI-5 ao lado do AC-40, a saber:

A principal característica da atividade legiferante que se seguiu à edição do AI-5 foi a expansão do controle da sociedade pelo Estado. Os mecanismos que permitiam cassar e demitir, serviam para purificar e atemorizar o elenco a esquerda, mas as alterações tributárias e administrativas sugeridas já na noite de 13 de dezembro de 1968 pelo ministro Delfim Netto destinavam-se a mudar o enredo. Duas semanas depois da edição do AI-5, ele foi buscar o ‘suficiente’. Fechou o guichê que pagava, impondo uma severa política de contenção de gastos públicos que previa, até o final do ano seguinte, uma redução de 10% na folha de pagamento de pessoal de 1968. **Em seguida baixou o Ato Complementar n.º 40, alterando a política de redistribuição de tributos federais.** Diminuiu a participação dos estados e municípios na partilha dos impostos de renda e produção industrial (equivalentes a 70% da receita de impostos federais). Pela Constituição de 1967 eles tinham direito a 20% do dinheiro recolhido. Com o golpe de caneta, os repasses caíram à metade. Em todos os casos, a liberação dos recursos dos fundos dependia da aprovação de Brasília, ‘com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal’. Cortaram-se pela metade as transferências para os Estados e Municípios, e engordou-se em cerca de 10% a receita do governo federal (GASPARI, 2002, pp. 232-233)

As ‘Vicissitudes da Política Econômica no Brasil’ conforme a ideologia bonapartista do ministro da Fazenda de Costa e Silva.

A Revista de Finanças Públicas divulga discurso do Ministro da Fazenda do governo Costa e Silva, em abril de 1969, intitulado *Vicissitudes da Política Econômica no Brasil* (Ano XXIX, N.º 282).

Afirmando Delfim Netto, de início, ser “o exercício da política econômica em nosso país (...) particularmente penoso, não apenas pelas dificuldades inerentes à sua execução, mas pelo grande esforço de persuasão que deve ser desenvolvido junto a três grupos extremamente importantes” (Delfim Netto, 1969, p. 02), a saber:

O daquelas pessoas que apesar de **concordarem com os objetivos gerais da política econômica**, têm dificuldades em conciliar com ela os seus próprios interesses (frequentemente legítimos do ponto de vista individual); **O daquelas pessoas que conseguem fazer-se ouvir, a despeito de não terem o que dizer**; O daquelas pessoas que sabem do que estão falando, mas frequentemente dependem suas energias com as **questões erradas** (Delfim Netto, 1969, p. 02).

Constituindo o primeiro grupo, *facilmente identificável*, porém *muito variado*, os seguintes setores sociais recolhidos pelo ministro do *costismo*: comerciante, industrial, empreiteiro, empresa governamental, operários, banqueiros, associações das classes produtoras e agricultores:

O comerciante da política de preços gregoriana (se mudou o ano, por que não mudar os preços); (...) **o industrial** que deseja realizar seus empreendimentos sem capital próprio (como espera que eu financie os investimentos e as pesquisas sem aumentar os preços?); (...) **o empreiteiro** que tem certeza de que suas máquinas é um prejuízo nacional (máquina parada é desperdício. Por que não utilizá-la, mesmo sem autorização orçamentária, se isso é o que convém ao Brasil?); (...) **a empresa governamental**, que resolve seus problemas simplesmente aumentando os preços (como querem, afinal, que eu suporte os empréstimos tomados anteriormente?) Ou o Tesouro incorpora os prejuízos ou o CIP autoriza o aumento); (...) **os operários que desejam aumentos salariais acima do acréscimo de produtividade (afinal de contas, nestes dias ninguém pode viver com o que ganha)**; (...) **o banqueiro** que confunde os recurso entrados com pagamento de impostos com o aumento de seus depósitos normais e depois critica as altas taxas de redesconto; (...) **associações de classe produtoras**, sempre prontas a exigir o equilíbrio orçamentário e o controle dos meios de pagamentos, sem prejuízo do crédito legítimo (afinal, há crédito e crédito); [e] (...) **os agricultores** que exigem a justiça fiscal, mas relutam em pagar o imposto de renda (como, se não temos renda?) (Delfim Netto, 1969, pp.02-03)

A sua vez, o segundo grupo, nas palavras do ministro de Estado *bonapartista* Delfim Netto, seria “menor, mais rico em imaginação e mais poderoso, posto que frequentemente seus componentes dispõem de condições para ‘formar a opinião pública’; falam do “monetarismo” (e esquecem que os meios de pagamento cresceram mais de 40%)” (Delfim Netto, 1969, p. 03).

Expondo seu visceral antimarxismo, ora camuflado ora mais manifesto, segundo Delfim Netto, alguns **“falam da superação da teoria econômica pelo ‘enfoque sociológico’ (e não sabem que isto é camuflagem verbal marxista, que esconjurariam se fizessem tão desagradável descoberta)”** (Delfim Netto, 1969, p. 03), e mais:

Falam em desenvolvimento econômico (mas não têm a menor ideia da função do sistema de preços e dos prejuízos causados pela **má alocação dos fatores escassos**); **falam das “contradições internas” da política de desenvolvimento** (e não sabem de que ‘contradições’ se trata, nem ‘internas’ a que); falam da importância das exportações (mas lamentam as importações); falam da necessidade do capital estrangeiro (mas acham repugnante o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente); falam da inelasticidade da oferta agrícola (mas não sabem inelasticidade com relação a que); **falam – suprema glória – das limitações da teoria econômica apoiada numa ‘psicologia primitiva’** (e não sabem que a mais importante das proposições das teorias dos preços – a de que a demanda é decrescente – pode ser obtida mesmo supondo-se um comportamento inteiramente aleatório dos consumidores) (Delfim Netto, 1969, p. 03)

Finalmente, avança Delfim Netto, **“o terceiro grupo sabe o que fala, mas, em lugar de colaborar para a solução de nossos problemas concretos, prefere doutrinar”** (Delfim Netto, 1969, p. 03).

Utiliza-se esse último grupo, portanto, segundo o ideólogo da economia política do *bonapartismo* brasileiro hegemônico pela *linha-dura*, o *método* ou da “exacerbação da teoria (apresentando-a não pelo que ela contém de validade empírica, mas como verdade não sujeita à contestação) ou [d]a classificação taxionômica” (Delfim Netto, 1969, p. 03). Desse modo, prossegue o ideólogo economista das classes proprietárias:

Em lugar de discutir **a técnica de acompanhamento de custos** e apontar-lhe os defeitos, que certamente existem, preferem dizer que a concorrência é a melhor solução (como se, em princípio todos não concordássemos com isso); em lugar de reconhecer as dificuldades de execução de uma política de comércio internacional inteligente, que vão desde os problemas institucionais, até aos problemas de simples administração, prefere doutrinas sobre as vantagens do livre câmbio (como se em princípio todos não lhe reconhecêssemos as virtudes); em lugar de discutir a formulação de critérios de prioridade válidos, preferem falar sobre a necessidade de

levarem **em conta os custos sociais (como se todos não estivéssemos atrás disso)**; em lugar de analisar os problemas como sabem e podem, com o que todos ganharíamos, preferem classificar as coisas e os homens, privando-nos de sua contribuição positiva (Delfim Netto, 1969, p. 03)

Adiante, Delfim Netto situa a problemática e a possível superação das *vicissitudes da Política Econômica no Brasil*, afirmando, acerca dos elaboradores de políticas públicas, que “todos aqueles que já exerceram a função de *policy-makers*⁴⁴ neste país sabem que **não se carece de mais teoria econômica, mas sim de mais administração**” (Delfim Netto, 1969, p. 03).

Considera assim, conforme exposição do ministro da ditadura bonapartista, um técnico especialista em administração econômica do planejamento em nome da “Economia Mista de Mercado”, “valiosos os aspectos didáticos de certas técnicas como a de acompanhamento dos custos, a do controle dos juros do sistema financeiro, etc., uma vez que elas obrigam o empresário a pensar mais nas consequências do seu próprio comportamento” (Delfim Netto *in* 1969, p. 03), arrematando Delfim Netto:

E é por isso, também, que pensamos que, a longo prazo, se tivermos sucesso na **reforma administrativa**, ela será **a maior contribuição deste Governo ao problema da inflação e do desenvolvimento econômico** (Delfim Netto, 1969, p. 03).

Todos esses problemas, assim encerrando Delfim Netto sua alocução ministerial, “**não são problemas de teoria econômica, mas sim de administração**” (Delfim Netto, 1969, p. 04), endereçando críticas, nessa direção, aos assim chamados “monetaristas”:

Os dados parecem sugerir que essa maior oferta de moeda é puro desperdício e que deve ser produzida pelo simples desrespeito às regras básicas da política monetária, fiscal e salarial, **resultado confirmado pela política gradualista que vem sendo adotada desde 1964** e pelo contraexemplo Argentino de 1968 (Delfim Netto, 1969, p. 04)

⁴⁴ Uma possível tradução de *policy-makers* ao português, por nós aqui utilizada, consiste na expressão “formuladores de políticas públicas”.

‘Realismo e Racionalidade’ em aliança com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo): o ‘racional’ e o ‘irracional’ para o ideólogo bonapartista

Também na Revista de Finanças Públicas, de julho de 1969, publica-se pronunciamento do ministro e ideólogo da ditadura militar *bonapartista*, Delfim Netto, realizado junto às classes proprietárias reunidas na Federação patronal das Indústrias do Estado de São Paulo.

Logo de início, explicitando precisamente a serviço de quem e de qual classe social dispunha-se a ditadura, através de seu ideólogo economista, Delfim Netto sustenta em 1969 que **“no empresário o realismo e a racionalidade são condições de sobrevivência**: quando ele não os pratica num grau mínimo, variável com as condições do sistema econômico, entra em ação um processo seletivo que logo o força a abandonar o negócio” (Delfim Netto, 1969, p. 02).

Em contrapartida ao *realismo e racionalidade* supostamente próprios do *empresário*, afirma Delfim Netto que, “no homem público, a ausência desses atributos é muito mais grave, porque o Estado não vai à falência: ele apenas leva os outros à falência” (Delfim Netto, 1969, p. 02).

Eis, portanto, o *irrealismo e a irracionalidade do homem público* que “nessas condições (...) pode durante algum tempo agir como se os recursos fossem infinitos (isto é, tentando fazer mais do que o possível com os recursos físicos disponíveis)” (Delfim Netto, 1969, p. 02). E, ao fazê-lo, aplica tais recursos “sem considerar seus custos sociais, **agindo irracionalmente e impondo mais sacrifícios à sociedade do que o necessário**” (Delfim Netto, 1969, p. 02).

O ideólogo e apologeta da burguesia nacional e do *capital atrofico*, a serviço das classes proprietárias enquanto Ministro de Estado, aponta mesmo que **o empresário representaria “permanentemente uma advertência contra o romântico (que é o oposto do realista) – e o emocional (que é o oposto do racional)”** (Delfim Netto, 1969, p. 02).

Por isto, na visão autocrático-burguesa dos gestores do capital atrofico, o empresário às vezes se “torna desagradável” (Delfim Netto *in* 1969, p. 02) aos olhos do romântico e do emocional, encarnado aquela personificação burguesa – na ideologia do economista – o próprio *realismo e racionalidade* humana.

Pronunciando discurso oficial da ditadura militar junto à FIESP, continua Delfim Netto, ainda como ministro da *linha-dura* vitoriosa pela imposição do marechal presidente Costa e Silva, que **“nunca este País esteve tão carente de realismo e racionalidade. Realismo, para reconhecer que dispomos de recursos limitados; racionalidade, para aplicá-los com inteligência”**(Delfim Netto, 1969, p. 02).

Respondendo, em polêmica aberta às críticas à ditadura militar *bonapartista*, Delfim Netto afirma que tais críticos ao regime “exigem, num curto espaço de tempo, aquilo que não pôde ser feito em muitos anos” (Delfim Netto, 1969, p. 02).

Embora o *realismo* e a *racionalidade* humana, na visão de mundo do economista, sejam mesmo identificados pelo ideólogo como condições de *sobrevivência* do empresariado, a ditadura Costa e Silva, diferentemente do *status quo ante* 1º de abril de 1964, caracterizar-se-ia (tal qual o setor empresarial) também pelo *realismo* e *racionalidade*. Assim sendo, em suas próprias palavras:

Desde o início deste Governo, o Senhor Presidente da República tem exigido de seus Ministros realismo e racionalidade, recusando-se a ceder à tentação exercida pelas obras de fachada e pelos programas espetaculares (Delfim Netto, 1969, p. 02)

Prosseguindo seu discurso de ministro da ditadura militar endereçado à classe patronal reunida sob a FIESP, Delfim Netto passa a enumerar “os objetivos atingidos” pelo novo regime *bonapartista* instaurado em 1º de abril de 1964.

“Temos procurado exercitar uma política econômica suficientemente realista e racional, capaz de conciliar, dentro dos limites possíveis” (Delfim Netto *in* 1969, p. 03), delinea o ideólogo:

Os objetivos nacionais de aceleração do desenvolvimento econômico, controle inflacionário, redução das disparidades regionais e manutenção da participação dos assalariados no produto nacional (Delfim Netto, 1969, p. 03)

“De fato, quando comparamos as médias anuais, os resultados da política econômica posta em prática pela revolução revelam resultados ainda melhores”, *ousando mesmo dizer* Delfim Netto: **“que os resultados de 1968 são os melhores da última década**, pois as altas taxas de crescimento de 1959 a 1961 foram em boa parte produzidas pelas excepcionais safras cafeeiras até hoje estocadas” (Delfim Netto, 1969, p 03).

Esses resultados excepcionais apresentados à FIESP pelo Ministro de Estado Delfim Netto condensariam, de fato, em sua visão apologeta do novo regime *bonapartista*, uma “ação deliberada do Governo Federal” (Delfim Netto, 1969, p. 03), não sendo, portanto, “obviamente, obra do acaso” (Delfim Netto, 1969, p. 03).

“Esse apoio da política econômica foi estendido à exportação, que bateu, em 1968, todos os recordes anteriores”, assinalando ainda o ideólogo oficial da ditadura Costa e Silva que, “por sua vez, o Banco Nacional de Habitação (BNH) acelerou seus programas, absorvendo com extraordinária rapidez a mão-de-obra disponível” (Delfim Netto, 1969, p. 03). Desse modo, garantindo a ditadura militar *bonapartista* a *prosperidade crescente para a economia nacional*, afirma Delfim Netto, em 1969, apologeticamente: **“Podemos dizer sem pretensão, que foram 660 dias de trabalho diuturno que produziram 22 meses de prosperidade crescente para a economia nacional”** (Delfim Netto, 1969, p. 04)

Nessa direção, prossegue o ideólogo que **“nem uma só vez essa política desmentiu a filosofia enunciada pelo Senhor Presidente da República, na sua posse”** (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Evidenciando, na sequência, a base de sustentação burguesa da autocracia do capital da ditadura militar *bonapartista*, disposta a acelerar militarmente o Desenvolvimento econômico a serviço da acumulação privada de capitais, combinada, em sua fase hegemônica pela *linha-dura*, com uma concepção e prática da Segurança Nacional máxima, isto é, com um recrudescimento da repressão política. Assim sendo: **“O desenvolvimento nacional haveria de fazer-se com a colaboração do setor privado, a fim de que fosse possível realizar os objetivos mais altos de uma sociedade aberta”**. (Delfim Netto, 1969, p. 03)

Confiante nesse projeto da política econômica da ditadura e sua promessa de desenvolvimento nacional, prossegue Delfim Netto, **“o setor privado respondeu com confiança a esses estímulos e em 1968 elevou de forma substancial o volume de seus investimentos**, como o comprova de maneira insofismável o nível da produção interna e da importação de equipamentos” (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Sinalizando, ainda, um “crescimento sólido”, na visão de mundo do ideólogo economista das classes proprietárias, “em dezembro de 1968 pareceu ao Governo Federal que era chegado o momento de consolidar essa prosperidade e com esse objetivo foi posta em execução toda uma política fiscal que deverá fortalecer as empresas e ampliar o mercado de capitais” (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Tudo isto com vistas a construir, assim, bem de acordo com uma das principais características do segundo ciclo do *bonapartismo* brasileiro (hegemonizado pela *linha-dura*): **A infraestrutura financeira que haverá de acelerar o desenvolvimento econômico deste País** (Delfim Netto, 1969, p. 04)

Além disso, demonstrando um dos objetivos atingidos pela ditadura militar com sua reestruturação econômica e sua *modernização conservadora*, pontua Delfim Netto ao público da FIESP que, “com exceção de uma regulamentação do critério de habitualidade no campo da construção civil”, exitosamente, “a legislação da parte econômica e financeira está agora completa” (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Encerrando, assim, seu balanço e diagnóstico sobre o ano de 1968, passa a discorrer o representante da autocracia do capital e Ministro de Estado do Marechal Artur da Costa e Silva sobre o ano em curso de 1969 e suas perspectivas para o “novo ano” alegando que “existem, **dessa forma, todas as condições objetivas para que 1969 seja um ano de grande atividade econômica, com melhoria do salário real dos trabalhadores, com a melhoria da liquidez e lucratividade das empresas**, com a diminuição das disparidades regionais e com a diminuição das pressões inflacionárias” (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Finalmente, o ideólogo que conspirou clandestinamente, a serviço do IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), mas que em 1969 já alçado no ministério de Estado da Fazenda do governo Costa e Silva, opera verdadeira *psicologização* das críticas recebidas sobre a ditadura como “ressentimentos” a serem superados – “vamos, portanto, somar, vamos superar os ressentimentos” –, indicando, ainda, que seria a “**hora de trabalhar – de trabalhar dura e honestamente – para construir o Brasil grande**” (Delfim Netto, 1969, p. 04).

Nesse sentido, o ideólogo Delfim Netto se insere, na particularidade do segundo ciclo do *bonapartismo* brasileiro, no ideário da “revolução revigorada”, isto é, dinamizada pelos *duristas* ligados ao marechal presidente – o “Tio Velho” da direita – o Marechal Costa e Silva, responsáveis pelo deslocamento de Castello Branco e o recrudescimento da ditadura militar.

Em suas próprias palavras, portanto, arremata Delfim Netto sua exposição ao empresariado, por ele tido como naturalmente *realista* e *racional*, da FIESP:

A revolução foi revigorada para que não se perdessem os objetivos nacionais de longo prazo; para que seja possível construir uma sociedade digna e democrática, capaz de utilizar, com independência, eficácia e rapidez, os recursos de que dispomos para o desenvolvimento; para que cada homem

tenha a opção de realizar-se plenamente dentro de suas múltiplas possibilidades (Delfim Netto, 1969, p. 04)

O ideólogo orgânico da autocracia burguesa brasileira: o combate militar ao ‘inimigo interno’ e o contador da “caixinha” da OBAN (Operação Bandeirante)

Figura 8



Delfim (direita) e empresário Boilensen (centro), em cena do documentário de Litewski
Fonte: Roldão Arruda (OESP). Henning Boilensen, líder do IPÊS São Paulo, chefe da OBAN conhecido por descer aos porões da tortura, ao lado do então ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto

Embora hoje o negue, conforme veremos ao final deste trabalho, no livro *A Ditadura Envergonhada. As Ilusões Armadas*, o jornalista Elio Gaspari situa o ideólogo Antônio Delfim Netto como um dos protagonistas da odiosa Operação Bandeirantes (OBAN), organismo clandestino da repressão civil-militar e das forças policiais que foram fartamente financiadas pela *plutocracia paulista*, na campanha de assassinatos, torturas e desaparecimentos dos supostos “inimigos internos” da ditadura militar bonapartista.

Gaspari, a seu turno, pontua que “a reestruturação da PE Paulista e a Operação Bandeirantes foram socorridas por uma ‘caixinha’ a que compareceu o empresariado paulista”, registrando, ainda, que “a banca achegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim Netto num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado” (GASPARI, 2002, p. 62).

Delfim Netto hoje, contudo, em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, em 2013, conforme veremos mais abaixo, tentou corrigir tais

dados do jornalista, indicando que, de fato, tratou-se de um jantar. Detalhe, porém: para discutir taxas de juros, e não para a montagem de um mecanismo clandestino de repressão.

Entretanto, apesar do negacionismo visceral de Delfim Netto, de acordo com entrevistas e pesquisa realizadas por Gaspari, “o encontro foi organizado por Luis Eulálio de Bueno Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros” (GASPARI, idem, p. 62).

Sobre a particular participação do ideólogo orgânico do capital atrofico Delfim Netto na arrecadação de recursos econômicos para subsidiar a OBAN, operando como o contador do “caixinha” da Operação, Gaspari registra e situa que:

Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisavam então de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais [Gastão Vidigal, novembro de 1995. Vidigal mencionou a cifra (‘500 milhões’), mas não se mostrou seguro a respeito. Lembrava-se, contudo, que ‘era muito dinheiro’]. ‘Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles’, argumentaria Vidigal, anos mais tarde. (GASPARI, idem, p. 62)

Finalmente, repondo-se toda uma bem determinada trama burguesa dominante que deitava raízes no núcleo do IPÊS da conspiração das classes proprietárias paulistas, ao lado de Delfim Netto, na OBAN, encontrava-se praticamente “todos os grandes grupos comerciais e industriais do Estado de São Paulo”:

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, ‘àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do Estado de São Paulo contribuíram para o início da Oban’ (Paulo Egydio Martins, junho de 1988) (GASPARI, idem, p. 62)

Figura 9



Fonte: Roldão Arruda (OESP) O corpo do presidente da Ultragás, executado por militantes da esquerda armada, mercê de suas visitas aos porões da ditadura bonapartista. Alameda Casa Branca, São Paulo, 1971.

A repressão não nasceu com AI-5, mas com ela que viveu seu auge. Houve torturas e mortes desde os primeiros anos dos governos militares. O departamento de Ordem Política e Social (Deops), subordinado ao governo estadual, existia desde a década de 20. O Serviço Nacional de Informação foi criado em 1964. A polícia do Exército torturou logo após do golpe de 1964. Nas manifestações de 1968 foram reprimidas com maior dureza ainda. O AI-5 do qual Delfim Netto é signatário foi entendido pelas forças policiais e militares como licença para matar (...) O Capitão torturador passava por cima do major, o delegado trabalhava contra o governador. Nesse sentido a repressão subvertia a ordem mais que os guerrilheiros. Fleury, por exemplo teve plenos poderes ao chefiar a OBAN que recebia ajuda de empresários, como esse executado quando saia para trabalhar e foi emboscado pela ALN. Revista de História da Ditadura no Brasil. Revista de História do Brasil da Editora Abril Cultural.pág.32.1990.SP.BR.Paulo.A.Meiguins.

Delfim Netto aos empresários em Nova Iorque: Brasil: Reformas intensificam desenvolvimento: sociedade “aberta e democrática”

Ministro da Fazenda de Costa e Silva – afastado o marechal presidente de seu “mandato” por motivos de saúde, impedida na sequência pela *linha-dura* a posse constitucional (de acordo com os parâmetros da própria Constituição outorgada pela ditadura militar em 1967) de seu vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, assumindo a Junta Militar e assim “elegendo” o general presidente Emílio Garrastazu Médici –, o economista Delfim Netto, entretanto, foi mantido no cargo.

Daí sua alcunha, anota-se, “czar da economia”, cujo auge “imperial” se processou durante o segundo ciclo da ditadura militar *bonapartista*, isto é, sob a hegemonia da chamada *linha-dura*.

Dessa maneira, a Revista de Finanças Públicas publicou “*Brasil: Reformas intensificam desenvolvimento*”, em maio de 1970, na qual reproduz discurso de Delfim Netto “*em Nova Iorque perante quinhentos empresários brasileiros e norte-americanos reunidos numa homenagem promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, e durante a qual recebeu o título de Homem do Ano no Comércio Exterior*” (Delfim Netto, 1970, p. 02).

Nela, inicialmente, o Ministro de Estado da Fazenda (agora do governo Médici) afirmou que “*nós vamos fazer o desenvolvimento segundo o nosso próprio modelo*”, destacando:

O Brasil (...) não aceita deixar passar as chances de superar o subdesenvolvimento. **Estamos decididos a construir uma nação forte, porque o Brasil tem todos os requisitos para isso. Construiremos no hemisfério sul uma sociedade aberta, democrática, justa, pujante por sua economia, pois assim quer o povo brasileiro** (Delfim Netto, 1970, p. 02)

Engajando-se o ministro Delfim Netto, necessariamente, na campanha de desmentido oficial da ditadura sobre as torturas e violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado, pontuando em Nova Iorque “a confusão no mundo” advertida no período ideológico da Guerra Fria, assinala que “**setores em relativa disponibilidade de malícia não se têm furtado a campanhas de descrédito da situação brasileira, em descompasso com os fatos e, felizmente, com restrita repercussão**” (Delfim Netto, 1969, p. 03).

Na sequência, uma vez sendo **“lícito indagar em nome de que se arquitetam tais intrigas”** (Delfim Netto, 1970, p. 03), questiona o ideólogo economista da autocracia burguesa *bonapartista*, seguindo em sua crítica anterior à falta de vigência dos dogmas liberais, inclusive, em seus países de origem:

Se as próprias sociedades desenvolvidas veem seus modelos políticos e suas instituições sacrossantas desafiadas a responder à nova problemática da humanidade, por que não compreender, então, que essas dificuldades de uma era de transição forçosamente são mais sensíveis nas sociedades em desenvolvimento, que tem de fazer face a maiores problemas para criar a riqueza e distribuí-la de maneira mais justa? (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Retomando, dessa forma, problemática já tratada pelo ideólogo mais acima, prossegue este, agora como Ministro da Fazenda da ditadura Médici, afirmando que **“as nações em desenvolvimento não tem diante de si apenas os problemas da distribuição de renda, mas enfrentam antes disso o mais difícil problema da acumulação de capital**, que assegure o aumento da produtividade da mão de obra, e é outra face do desenvolvimento econômico” (Delfim Netto *in* 1970, p. 03).

Claramente situando, então, o ideólogo Delfim Netto como *o mais difícil problema* do (sub)desenvolvimento econômico brasileiro, antes da temática da distribuição de renda, a necessidade de *acumulação de capital para assegurar o aumento da produtividade da mão-de-obra*, ressalta que **“sendo o desenvolvimento um fenômeno da sociedade depende ainda de decisões políticas e sociais sobre alocação de recursos**, a fazer-se em termos que ultrapassam a simplicidade dos processos usuais de mercado” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Em suma, conforme sintetiza o “czar da economia” do segundo ciclo *bonapartista*, o principal responsável pela política econômica ditatorial alicerçada na superexploração da força de trabalho nacional, isto é, pelo arrocho salarial como plataforma do falso “milagre” econômico, trata-se, em sua visão, de **“uma mudança econômica que se opera de maneira lenta e muitas vezes socialmente dolorosa”** (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Afirmando “o todo-poderoso” Ministro da Fazenda do governo Médici, endereçado à seleta plateia em Nova Iorque, assumir “dia a dia novas características a ação do Estado”, razão pela qual **“o velho liberalismo econômico vai cedendo à realidade dos fatos”** (Delfim Netto, 1970, p. 03), indaga autocraticamente o ideólogo do Desenvolvimento econômico acelerado combinado

com a Segurança Nacional máxima, confrontando *desordem social, inquietude política e paralisia institucional* com as “saudáveis” *disciplina, estabilidade política e execução da política econômica adequada*:

Em que raciocínio econômico ou político se basearão para provar que a ‘**desordem social**’, a ‘**inquietude política**’ e a ‘**paralisia institucional**’ serão mais aptas a superar os obstáculos tradicionais e gerar o processo de bem-estar da sociedade brasileira do que a ‘**disciplina**’, a ‘**estabilidade política**’, e a **execução da política econômica adequada**? (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Eis, assim, o preciso contexto no qual o ideólogo afirma que “o Brasil não aceita deixar passar as chances de superar o subdesenvolvimento, ainda que com o risco de gerar falsas interpretações no exterior” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Adiante, versando sobre o que considera ser o “culto à violência” (Delfim Netto *in* 1970, p. 04), sinaliza Delfim Netto que não poderia deixar de existir, a bem da verdade, divergências no interior da sociedade brasileira. “Não poderia deixar de haver, no próprio seio da sociedade, vozes discordantes ou posições dissidentes, uma vez que **o desenvolvimento é fricção, tensão de grupos e de interesses, e exige transformações radicais da estrutura social**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Esse seria o motivo, avança o ideólogo *bonapartista*, da “reforma política dos velhos métodos que bloqueavam o progresso”, alicerçados tais métodos no circuito político da Constituição de 1946, provocar “reações em nome de princípios ou direitos pretensamente feridos” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Dessa maneira, na ideologia oficial da ditadura militar, “a sociedade brasileira não está de maneira alguma violentando consciências nem ferindo direitos humanos” (Delfim Netto, 1970, p. 04), integrando-se, portanto, Delfim Netto ao desmentido oficial das torturas e violações de direitos humanos denunciadas à época.

Claramente consciente, por conseguinte, de seu papel oficial na campanha dissimulada da ditadura militar *bonapartista* em negar seus crimes cometidos em nome da doutrina da Segurança Nacional máxima e do Desenvolvimento econômico acelerado, salienta o *Homem do Ano no Comércio Exterior*— ao menos para as classes proprietárias brasileiras e norte-americanas que assim o viam:

Os métodos usados para preservar seu próprio esforço de modernização, reformas e progresso, e para impedir que a irresponsabilidade ou o terror pretendam obstruir a grande obra de construção de uma nação livre e justa, não têm correspondência com a brutalidade dos processos que elementos

isolados e reduzidos teimam em utilizar, para fazer coro com a moda internacional de culto à violência (Delfim Netto, 1970, p. 04).

O Brasil sempre foi paladino dos princípios mais sadios da civilização cristã ocidental e, por isso, o povo brasileiro está em melhor posição para julgar de seus métodos políticos do que críticos parciais que não têm a vivência da problemática brasileira (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Apresentando, assim, em suas próprias palavras, **a democracia como “fundamental para o desenvolvimento econômico e social”**, distingue-a dos sistemas políticos autocráticos de cunho socialista. “Porquanto, fora dela”, isto é, fora da democracia própria à *civilização cristã ocidental*, avança Delfim Netto, “a alternativa para engendrar os processos essenciais ao crescimento econômico é a dos sistemas que suprimem as liberdades e escravizam o homem à máquina do Estado, tornado onipotente e árbitro das ações e das consciências” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Demonstrando, na imanência de seu próprio discurso, a conexão indissociável entre a repressão política recrudescida – a Segurança Nacional máxima – e o desenvolvimento econômico acelerado da acumulação de capitais –, pontua Delfim Netto que, “por nossa própria formação, estamos convencidos de que **é no sistema democrático que se expandem de maneira mais construtiva o espírito empresarial e a iniciativa individual, dois dos mais importantes componentes do desenvolvimento**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Constituindo-se, dessa forma, *o espírito empresarial e a iniciativa individual* os dois elementos básicos da programação e aceleração do *desenvolvimento econômico* da ditadura *bonapartista*, na visão oficial de seu ideólogo Ministro da Fazenda, buscando um modelo brasileiro de “sociedade aberta”, “**a Revolução de 1964 deu um novo destino ao Brasil**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Sendo assim, avança o economista, “**nunca foi tão alto nosso crédito no exterior, mercê da disciplina de nossos compromissos**, do incremento substancial de nossas reservas e da política bem sucedida de forte expansão de nossas exportações, aliados ao ritmo de retomada de forte crescimento econômico” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Finalmente, encerrando seu discurso em Nova Iorque, arremata Delfim Netto que “**procuraremos acelerar nosso desenvolvimento, em integração cada vez maior com o dinamismo da economia mundial**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Prometendo, enfim, em promessa historicamente irrealizada, o ideólogo economista da autocracia burguesa do segundo ciclo *bonapartista*: “**Construiremos no hemisfério sul uma sociedade aberta, democrática, e justa, pujante por sua economia, pois assim quer o seu povo**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Figura 9



Fonte: Hélio Silva (1983, p. 16). Da esquerda para direita, os economistas Mario Henrique Simonsen, Delfim Netto e o general-presidente Emílio Garrastazu Médici.

1969-1974: ‘A lógica e o desenvolvimento’ da ditadura bonapartista Médici na visão do “czar” do “milagre” econômico

A Revista de Finanças Públicas divulga, em seu Ano XXX, n.º 297, em julho de 1970, discurso do Ministro da Fazenda do general presidente Médici intitulado *A lógica e o desenvolvimento*. Delfim Netto, de início, expõe sua concepção acerca da *racionalidade* na economia, bem como sua compreensão do papel do capital externo no desenvolvimento brasileiro, tecendo críticas às assim chamadas *tolices* e *sandices* afirmadas, por certos setores “inimigos da sociedade aberta”, de maneira ilógica.

Constituindo-se, assim, a *racionalidade* em algo “sempre desejável”, avança o ideólogo economista, “em nenhum problema ela é mais exigida do que no tratamento do capital estrangeiro” (Delfim Netto, 1970, p. 02). Em suas próprias palavras, prossegue o Ministro de Estado do segundo ciclo *bonapartista*:

Em nenhum campo da teoria econômica, têm sido ditas tantas *tolices* e *sandices* como neste; em nenhum outro campo **os inimigos da sociedade aberta** tem conseguido mais adesões, por nossa ignorância e nossa incapacidade de transmitir a realidade; em nenhum campo **o mito tem sido mais exaltado**, a estatística mais ultrajada e a verdade mais violentada, de ambos os lados: **dos adoradores e dos detratores do capital estrangeiro** (Delfim Netto, 1970, p. 02)

Sustenta Delfim Netto, nessa direção, “a hipótese de que o capital estrangeiro pode ser um instrumento eficaz para a realização do desenvolvimento”, advertindo, porém, que não seria “o único instrumento; não o exclusivo instrumento; não apenas o capital estrangeiro” (Delfim Netto, 1970, p. 02). Sugere, na sequência, encará-lo tal “como ele é: uma contribuição globalmente pequena (ainda que setorialmente possa ser importante), perfeitamente controlada, sujeita às nossas leis e às nossas decisões, com nossos erros e nossos acertos” (Delfim Netto, 1970, p. 02). Nesse passo, afirma o ideólogo “czar da economia” da *linha-dura* da ditadura militar *bonapartista* sobre como se deveria encarar o *capital estrangeiro*:

Encaremo-lo apenas como um, dentro de muitos instrumentos de que dispomos, para a realização do desenvolvimento econômico sem um aumento ainda maior dos sacrifícios impostos à sociedade brasileira (Delfim Netto, 1970, p. 02)

Sinaliza, ainda, Delfim Netto “**a hipótese de que o capital estrangeiro venha colaborar na ampliação da atual capacidade instalada da indústria**

siderúrgica, um dos setores onde os investimentos se tornam mais prementes” (Delfim Netto, 1970, p. 02).

Podendo-se *utilizar o capital estrangeiro ou não*, o Ministro da Fazenda Médici afirma ser “preciso ver claramente, entretanto, que está é **uma decisão política e, como toda decisão, tem de ser tomada dentro dos critérios de racionalidade impostos pelo objetivo a atingir**” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Se, conforme expõe, o objetivo a atingir é a aceleração do desenvolvimento econômico no sentido da acumulação de capital, dessa maneira, os *critérios de racionalidade* impostos revelam precisamente as motivações burguesas da política econômica do segundo ciclo do *bonapartismo* brasileiro:

Quando, portanto, o objetivo é maximizar a taxa de desenvolvimento com a menor redução possível de consumo presente, a utilização do capital estrangeiro se qualifica como um recurso viável (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Assinala, adiante, o economista paulista que “não existe razão para utilizar o capital estrangeiro”, se e somente se “o objetivo é maximizar a taxa de desenvolvimento com o maior sacrifício social possível”. Caso seja, igualmente, o objetivo “manter o ‘status quo’ da economia, seria tolice pensar nele”. Ainda, a *utilidade* do capital estrangeiro “só deve ser reconhecida depois que os socialistas estiverem no poder”, se e somente “se o objetivo é realizar o desenvolvimento socializando os meios de produção” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Enfim, somente “se o capital é abundante e se as poupanças são tantas que não temos como utilizá-las, devemos excomungá-lo (o capital estrangeiro)” (Delfim Netto, 1970, p. 03). “O que não é possível, entretanto, é pretender, com honestidade”, a não ser que se guie por um senso “pouco prático e ainda menos inteligente”, arremata Delfim Netto, “maximizar a taxa de desenvolvimento com o menor custo social presente e, simultaneamente, ignorar as possibilidades de importação de poupanças externas” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

“Frequentemente, essa utilização do capital estrangeiro encontra duas objeções”, enumerando-as da seguinte maneira o “czar da economia política”, também, do governo Médici (1969-1974): “1ª a de que as remessas de lucro ultrapassam o capital originalmente entrado, o que significa que o país recipiente é que financia o exterior; 2ª a de que as remessas criam problemas no balanço de pagamento” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Justificando, conseqüentemente, as remessas de lucro ao exterior, assinala ser “evidente que **as remessas exigem a produção de divisas, sem o que o país não terá liquidez internacional**. Mas, é assim todo o processo de desenvolvimento econômico” (Delfim Netto, 1970, p. 03), concluindo:

Nenhum país, até hoje, realizou o **desenvolvimento com liberdade**, sem aumentar substancialmente o seu comércio externo. E não há razão para pensar que o Brasil vai ser o primeiro a realizar essa mágica (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Eis, por conseguinte, que “**sem o aumento das exportações, não há desenvolvimento**; pelo menos, **não há desenvolvimento com liberdade**” (Delfim Netto, 1970, p. 04), conforme a visão de mundo do porta-voz do Ministério da Fazenda do governo do general presidente Médici. “O fundamental não é, portanto, impedir a entrada de capital estrangeiro, porque ele poderá vir e causar problemas no balanço de pagamentos, mas manter um fluxo de entrada de capitais e uma política cambial coerentes com os objetivos a serem atingidos” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Dessa maneira, assinala o ideólogo economista do *capital atrófico*-associado que, “**para superar o problema da remessa, não devemos impedir a entrada do capital, mas aumentar as exportações**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Considerando, finalmente, *desagradável* ter chegado à seguinte “**verdade fundamental: para crescer, temos de adotar políticas que conduzam ao crescimento. Tanta lógica para uma tautologia!**” (Delfim Netto, 1970, p. 04), tamanha a redundância “racional” que, ao fim, solicita Delfim Netto “a paciência para **pensar corretamente, tendo em vista não as conveniências ideológicas, mas os objetivos nacionais. Só assim seremos um dia desenvolvidos e livres**” (Delfim Netto, 1970, p. 04), conclui o Ministro de Estado da ditadura bonapartista sob o comando do general Emílio Médici.

Figura 10



Fonte:
Movimento
226, 1979.

Em defesa do Programa de Integração Social (PIS): "Pretendemos entregar o trabalhador ao Brasil, ao sistema empresarial"

No Ministério da Fazenda do segundo ciclo da ditadura militar *bonapartista*, o ideólogo autocrata, ativo na conspiração das classes proprietárias que depuseram o governo Goulart, pronuncia-se da seguinte maneira em discurso publicado na Revista de Finanças Públicas (Ano XXX, nº 298) em agosto de 1970.

No início de sua alocução, o Ministro “explicou pela televisão, em São Paulo, a natureza e os objetivos do Programa de Integração Social. O Ministro foi entrevistado pelo editor de economia da “Folha de São Paulo” que seguiu com o debate com pessoas presentes” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Retomando mensagem do “Presidente Médici”, seu porta-voz e Ministro da Fazenda Delfim Netto afirma que o Programa de Integração Social (PIS) *objetiva* **“incorporar o trabalho à sociedade brasileira. Ele objetiva, através da empresa privada, unir o esforço do trabalho com o talento dos empresários para a construção de um país desenvolvido e livre. Ele é exatamente o oposto da estatização”** (Delfim Netto, 1970, pp. 02-03). Em suas próprias palavras:

Acredito que se pode imaginar facilmente porque é o oposto à estatização. Quais são os recursos do programa? Os recursos do programa são dois: em primeiro lugar, uma participação percentual no faturamento global das empresas, que no ano de 1971 será de 0,15% desse faturamento; em segundo lugar, de uma parcela do imposto de Renda que deveria ser pago pelas empresas e que o governo federal abre mão para, juntamente com o empresário que abdicará de uma parcela de seus lucros, juntá-los e formar um Fundo que será afinal redistribuído entre todos os trabalhadores (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Com tais considerações, claramente, é possível identificar o ideário de integração do *trabalho* à sociedade e aquele da cooperação entre o *trabalho* e o *talento dos empresários*, conforme a visão de mundo autocrata burguesa *bonapartista* de Delfim Netto, fundando-se a política econômica da ditadura, assim, pela união com a *empresa privada*. Escamoteando-se, com isso, em nome da *construção de um país desenvolvido e livre*, a luta de classes antagônicas entre capital e trabalho.

Desse modo, sustentando a ideologia da cooperação de classes, como se a ditadura militar *bonapartista* se constituísse em árbitro neutro e mediador equidistante entre e acima do capital e trabalho, assinala Delfim Netto que o PIS objetiva, além das finalidades já enumeradas, **“fortalecer o trabalhador em**

primeiro lugar, dando-lhe uma perspectiva melhor, **mostrando-lhe as virtudes da formação do patrimônio individual**, mostrando a necessidade de formação de poupança, exercendo um papel didático importante, **induzindo o trabalhador a participar também dos ganhos do produto nacional que se realizarão no futuro**” (Delfim Netto, 1970, p. 03).

Mais uma vez explicitando a classe e as frações de classe burguesas que deram sustentação à ditadura militar *bonapartista*, cuja função histórica consistiu em *gerir o capital atrófico-associado* em benefício dos estreitos interesses das classes proprietárias nacionais, dispõe Delfim Netto, em discurso de 1970, enquanto ideólogo oficial do *medicismo*:

Através desse fundo, dentro de um sistema tipicamente de empresa privada, dentro de um sistema capitalista e, portanto, dentro de um sistema que possibilitará a construção de uma sociedade democrática e livre, os trabalhadores serão, dentro de alguns anos, proprietários de uma parcela substancial dos títulos mobiliários desse País. Seremos uma sociedade de participantes, todos, trabalhadores do campo, da indústria e do comércio (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Indagado por interlocutores representantes de diversas categorias profissionais, a respeito da possibilidade de tal sistema *poder “levar a uma burocratização das empresas”*, o Ministro da Fazenda nega, sendo taxativo: “Absolutamente!”, desnudando, na sequência, o teor burguês-proprietarista que o conduz a identificar o Brasil, como um todo, ao próprio *sistema empresarial*:

As empresas apresentarão uma vez por ano a sua folha de pagamento com os nomes de seus empregados (...) Não nos interessa a ligação ou vínculo de um operário com uma empresa, não pretendemos entregar o trabalhador a uma empresa, não pretendemos entregar o trabalhador a um capitalista ou uma empresa. Pretendemos entregar o trabalhador ao Brasil, ao sistema empresarial (Delfim Netto, 1970, p. 03)

Questionado, ainda, sobre a possibilidade do *“fundo de participação do Programa de Integração social (...) ser entendido como uma proposta que vai além da participação nos lucros”*, Delfim Netto pontua que, a bem da verdade, **“a participação das contas de despesas leva realmente ao atrito permanentemente entre o capital e o trabalho dentro da unidade produtiva”** (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Porém, arremata o ideólogo oficial da política econômica da ditadura bonapartista, destacando a virtude do PIS: “*A proposta brasileira supera essas dificuldades, porque é uma proposta mais geral, mais generosa, mais justa do que a simples participação no lucro. É uma participação nos lucros porque em geral é uma parcela do próprio faturamento, e ela sendo uma parcela do faturamento certamente será também uma parcela do lucro*” (Delfim Netto *in* 1979, p. 04).

A proposta de reordenamento político-econômico da ditadura militar *bonapartista* seria assim, portanto, veiculada e saudada pelo Ministro da Fazenda como verdadeira medida de integração do *trabalho* ao *Brasil*, entendido aquele como fator do capital e este como o próprio *sistema empresarial*, uma vez que coincidiriam os interesses nacionais com aqueles do *capital atrófico-associado*. Em suas palavras:

Os trabalhadores participarão através do Fundo de Integração Social, de todos os ganhos de produtividade no Brasil daqui para frente, desvinculando o trabalhador de sua empresa e dando-lhe independência. ***Ele libera o trabalhador daqueles meros vínculos com uma empresa para ligá-los a toda coletividade. E mais talvez do que tudo isso, no sistema imaginado no Brasil, até os empregados de empresas com prejuízos terão a sua participação no ‘bolo’ da produtividade nacional*** (Delfim Netto, 1970, p. 04)

Confirmando, na sequência, aquilo que considera como a *justiça* desse modelo de alegada integração social do trabalho e dos trabalhadores no *sistema empresarial*, Delfim Netto assinala que, “aquelas empresas que por deficiência de capital ou de tecnologia não estejam produzindo para o País aquilo que deveriam produzir, serão auxiliados pelo próprio ‘pool’ que é um mecanismo de autoafirmação” (Delfim Netto *in* 1970, p. 04), isto é, na conclusão e visão do ideólogo das classes proprietárias encastelado no Ministério da Fazenda da ditadura militar bonapartista sob Médici: mecanismo este, de acordo com seu ideário de cooperação entre capital e trabalho, “**em que o próprio capital do operário vai construir mais capital, vai capitalizar para si mesmo o operário, e vai capitalizar para as empresas**” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Adiante, defendendo como ideólogo oficial o *sistema empresarial* capitalista e a ditadura militar do general presidente Médici, o economista paulista da USP afirma ter dito “*muitas vezes que o Governo não faz o que quer, só faz o que pode. Só podemos fazer aquilo que o sistema permite, não podemos fazer nada que*

destrua o sistema. O governo está aqui para ajudar a construir o Brasil e não para destruí-lo” (Delfim Netto, 1970, p. 04).

Daí pontuar, conseqüentemente, salientando tratar-se de discussão que “pode ser feita no Congresso, onde se expressam todas as forças políticas deste País”, que:

O Governo não está para se meter em aventuras que certamente levariam à destruição do sistema empresarial, como levaria inevitavelmente qualquer tipo de participação direta nos lucros das empresas. O Governo, dentro das suas limitações do País, vai auxiliar os trabalhadores e por este caminho vai auxiliar o próprio País (Delfim Netto, 1970, p. 04)

Ainda indagado sobre a possibilidade de certa “habilidade técnica”, presente no Fundo de Integração Social, ser capaz de favorecer “o empregado sem prejudicar o patrão”, Delfim Netto concorda com a assertiva. Reitera, portanto, um dos núcleos ideológicos centrais em sua visão de mundo autocrático burguesa *bonapartista*, a saber: a suposta cooperação entre as classes sociais e a igualmente imaginada harmonização dos antagonismos entre capital e trabalho através da ação governamental da ditadura militar bonapartista:

Eu não tenho a menor dúvida que ele favorece o empregado e favorece o patrão. **A economia é um dos poucos lugares e um dos poucos setores onde o prejuízo de um pode, mas não precisa ser necessariamente o prejuízo do outro. O Programa de Integração Social elevará o bem-estar do trabalhador e o bem-estar do empresário. Beneficiará o trabalhador, sem prejudicar de jeito nenhum o empregador** (Delfim Netto, 1970, p. 04)

Do lado do capital, a sua vez, a primeira vantagem para as empresas com a instituição desse fundo, registra Delfim Netto, “**é a participação de todos os operários deste País no sistema econômico. Ainda há a garantia de que vamos construir uma sociedade, sem excluir a empresa privada**, essa é a maior vantagem possível. A segunda vantagem, **os trabalhadores vão ser acionistas de todas as empresas**” (Delfim Netto *in* 1970, p. 05).

Por conseguinte, integrando os *operários* ao *sistema econômico*, responde, no mesmo sentido, ao soldador Antenor Biogato, o Ministro da Fazenda do Governo Médici, sempre visando, como ideólogo da ditadura militar, integrar o trabalhador ao *sistema empresarial* como um todo, à própria classe burguesa, portanto:

Exatamente uma das vantagens do fundo é a de que o Sr. estará ligado, não importa a empresa que o Sr. estará ligado ao sistema, não importa a empresa que o Sr. esteja trabalhando. **O Senhor pode estar trabalhando na empresa A, na empresa B, na empresa C, só o que nos interessa quem é o senhor e qual é o seu salário e quantos anos o Sr. já trabalhou para o Brasil.** Feito isso, o computador vai distribuir todo o montante do fundo proporcionalmente ao seu salário e ao seu tempo de serviço (Delfim Netto, 1970, p. 10)

Outro interlocutor do Ministro da Fazenda da ditadura Médici, agora um aberto apologeta da ordem *bonapartista* instaurada em 1964, fundada pela política econômica do arrocho salarial mediada pelo terrorismo de Estado – isto é, calcada na superexploração da força de trabalho nacional –, pergunta a Delfim Netto se “o Fundo de Participação a prazo tão longo, contribui de fato para consolidar no Brasil **a harmonia entre o capital e o trabalho?**” (Delfim Netto, 1970, p. 07).

Ao que responde o ideólogo, afirmativamente: “O Fundo de Integração vai mostrar, a pessoas que nunca pensaram no mercado de capitais, **as vantagens de se viver numa sociedade descentralizada economicamente**, de podermos procurar empregos onde nos convém, de podermos competir no mercado de trabalho e de não termos como único empregador o Governo” (Delfim Netto, 1970, p. 07).

Avança Delfim Netto afirmando que o Fundo de Integração Social “usou os instrumentos legais previstos na Constituição [de 1967] e submeteu ao Congresso um Projeto de Lei que cria um novo instrumento. A criação desse instrumento é o grande fundo na Caixa Econômica. Não é preciso abrir exceção de nenhum lado na lei. Nós estamos rigorosamente dentro daquilo que é permitido pelo Constituição” (Delfim Netto, 1970, p. 07).

Atingindo os trabalhadores acesso a tais recursos, por conseguinte, de acordo com o seguinte mecanismo descrito pelo economista da ditadura militar, seu ideólogo durante o segundo ciclo (1967-1974) do último *bonapartismo* (1964-1985):

Segundo o projeto, pretendemos que o trabalhador, ao fim de cada ano, possa retirar a correção monetária e o juro dos seus depósitos. Poderá retirar também o lucro que este fundo certamente dará. A Caixa Econômica Federal deverá apresentar regularmente ao Conselho Monetário balancetes semestrais do fundo. Assim, prestará contas aos seus acionistas. O lucro das aplicações no fundo será rateado entre as cadernetas de participação. Os trabalhadores que desejarem poderão sacar no prazo fixado, mais o lucro do fundo e o juro e a correção monetária. É claro que a velocidade com que se formará o fundo, vai depender do número de saques que cada um fizer (Delfim Netto, 1970, p. 07)

Salientando observar “uma receptividade extraordinária” do PIS tanto nos *empresários* como nos *trabalhadores*, afirma Delfim Netto, compondo assim o ideário do *medicismo* em sua busca do reconhecimento imediato do governo com o *homem comum* para se legitimar junto às classes trabalhadoras, que eles “**sentiram realmente que o Governo tinha-lhes chegado, que o Governo os descobriu, que o Governo os encontrou. E o mais incógnito de todos os trabalhadores na mais longínqua das fazendas deste país, que foi descoberto pelo Governo e que vai receber sua caderneta de participação, ele é um homem que tem para o Governo a mesma importância que o mais importante de todos os homens do país**” (Delfim Netto, 1970, p. 08).

Trata-se, conforme a visão oficial de mundo do ideólogo economista da autocracia burguesa *bonapartista*, de “**um trabalhador que está contribuindo com seu esforço para a construção deste país e que faz parte integrante da sociedade brasileira. Este é o sentimento de participação que o Presidente quis acordar em todos os brasileiros**” (Delfim Netto, 1970, p. 08), concluindo o economista do *medicismo*:

Os que estão mais longe de nós, aqueles cuja comunicação é muito mais difícil, estes vão acordar um dia recebendo a sua caderneta de participação e saberão que não é um mero objeto, são gente, e que fazem parte do Brasil (Delfim Netto, 1970, p. 08)

Versando, na sequência, sobre a política salarial da ditadura *bonapartista*, advertindo os supostos equívocos dos críticos da política econômica do arrocho salarial implementada a serviço e no interesse do *capital atrofico-associado*, Delfim Netto defende o regime militar: “**A via salarial é que seria absolutamente impossível melhorar a participação do trabalhador**. Colheríamos muito maior inflação e muito maior confusão, mas não colheríamos **maior integração do trabalhador no sistema**” (Delfim Netto, 1970, p. 08).

Defendendo, ainda, que o *Programa* “deve diminuir a desigualdade na distribuição das rendas”, sustenta, enfim, que “o Governo procurou fazer uma justiça exatamente àqueles que já deram uma parte importante de sua vida para este País. Metade do fundo será distribuído proporcionalmente ao tempo de serviço que o sr.

prestou, não à sua empresa , à empresa que está trabalhando hoje, mas a todo o sistema” (Delfim Netto, 1970, p. 10).

Prevendo que o Programa “deverá atingir algo aproximado de 600 milhões de cruzeiros”, ressalva, porém, que “não pretendemos sustentar o mercado de ações, nós pretendemos, isto sim, comprar ações novas e agir com debentures conversíveis e com células hipotecárias”.

Respondendo negativamente ao estudante de economia Antônio Soares, sobre se “considera que o Fundo de Participação Social é uma solução Socialista para a economia capitalista”, assevera Delfim Netto: **“Não, eu diria que é uma solução de uma sociedade capitalista que procura integrar nessa sociedade os trabalhadores. Não há nenhuma conotação socialista num fundo como este. O Socialismo se caracteriza em coisa bem diferente”** (Delfim Netto, 1970, p. 14).

Outro estudante, Antônio Amora, pergunta ao Ministro da Fazenda como este “interpreta as palavras do **Presidente Médici, que considera o trabalho não como trabalho do homem, mas como trabalho em prol do homem**”, respondendo o ideólogo economista da autocracia burguesa *bonapartista* de seu ciclo *linha-dura*:

Isto é uma visão humanista da sociedade. Nós não queremos realmente só realizar o desenvolvimento material, nós estamos procurando construir uma sociedade onde cada homem possa se realizar mais plenamente, isto é, onde cada homem possa encontrar os seus caminhos de realização, onde ele possa afinal encontrar-se realmente como homem. Este é o significado da expressão, é o trabalho em prol do homem. Não se pretende uma sociedade só economicamente rica. Pretende-se uma sociedade rica em homens (Delfim Netto, 1970, p. 15)

Outra estudante, finalmente, Maria Helena Palhares, endereça pergunta ao Ministro da Fazenda da ditadura militar Médici: “a justiça social pode ser realizada sem renúncia?”, recebendo, como resposta, a seguinte indicação de Delfim Netto:

Eu não creio que se possa realizar a justiça social sem renúncia, principalmente a nossa própria renúncia. Frequentemente a nossa visão de justiça exigiria muito do que aquilo que a sociedade pode dar. Eu penso que, no caso do Programa de Integração Social, chegamos a um mínimo compatível com a estrutura que desejamos construir. A contribuição das empresas é a contribuição que pode ser feita sem afetar a sua estrutura. A participação dos trabalhadores é aquela que eles poderão ter sem que afete a estrutura produtiva do País. Pretendemos com isso que a participação seja feita sem perturbação da estrutura primitiva, porque, afinal, se fizéssemos,

poderíamos talvez realizar o desenvolvimento, mas certamente isso não seria uma sociedade livre (Delfim Netto, 1970, p. 15)

Finalmente, Paulo Garcia, empresário financeiro, questionando Delfim Netto a respeito de “*como o sistema brasileiro de poupança e empréstimo poderia contribuir de forma efetiva para a realização dos objetivos do programa de integração social?*”, a isso responde o ideólogo da política econômica da ditadura militar *bonapartista* em sua fase mais repressiva, aquela hegemonizada pelos *duristas* (do *costismo* e *medicismo*):

Bem, eu acho que todo o sistema financeiro vai contribuir, não diretamente com o programa, mas auxiliado pelo programa. Não sabemos ainda de que forma poderemos usar o sistema financeiro para melhorar, aperfeiçoar e tornar mais ágil a aplicação do fundo. Isso nós ainda temos de aprender. **Estamos aprendendo ao executar a política monetária, a política fiscal, a política cambial. Somos um País que está aprendendo a crescer. Nós não somos um país de sábios somos um país de aprendizes e temos de continuar trabalhando duramente e aprendendo permanentemente**, de forma que confesso que não poderia dizer hoje como vamos usar esse sistema. É muito possível que o próprio sistema nos ensine dentro de alguns dias como utilizá-lo. Estamos disponíveis para esses ensinamentos (Delfim Netto, 1970, p. 15)

Figura 11



Fonte: Movimento 189, 1979. *Retrato de um Super-Homem sem princípios*

A ‘racionalidade’ das ‘relações físicas’ do capital: ‘Experiência Nova no Brasil’?

Publicou-se, na edição de janeiro/março de 1971, na Revista de Finanças Públicas, artigo do Ministro da Fazenda da ditadura militar Médici intitulado *Experiência Nova no Brasil*. Discorrendo sobre o “desenvolvimento econômico e capital externo”, afirma Delfim Netto que “um dos temas mais controvertidos do processo de desenvolvimento econômico é o do **papel do capital estrangeiro** que, **sujeito à discussão emocional, tem rejeitado a racionalidade**” (Delfim Netto, 1971, p. 03).

Advertia, de início, retomando tema já exposto pelo ideólogo das classes proprietários em outras passagens acima analisadas, que “a simples discussão do papel do capital estrangeiro pode qualificar o cidadão como entreguista” (Delfim Netto *in* 1971, p. 03). Porém, propõe-se o Ministro abordar em sua complexidade “o problema do capital estrangeiro no Brasil”, analisando “em que medida o poder nacional pode ser efetivamente atingido pela ação desses recursos” e “de que forma ele nos auxilia e como ele cria os impedimentos à realização do poder nacional, se é que cria” (Delfim Netto, 1971, p. 03).

Embate-se, por conseguinte, o ideólogo da autocracia burguesa *bonapartista* em seu ciclo hegemônico pela *linha-dura* que “**temos, pois, de acelerar esse desenvolvimento**”, lembrando, porém, que “**todas as economias são determinadas por algumas relações físicas fundamentais que não podem ser superadas por nenhum truque ideológico**” (Delfim Netto, 1971, p. 03).

Desdobrando, conseqüentemente, sua crítica autocrático *bonapartista* tanto ao marxismo quanto ao liberalismo, identifica as leis de acumulação do capital com a necessidade das próprias leis da física, assinala Delfim Netto:

Não adiante, mudar de doutrina, não adianta mudar de ideologia, já que as relações físicas não podem ser superadas ideológica ou doutrinariamente: são como a lei da gravidade. Não importa se se é marxista ou liberal, se se tentar

voar sem atender a lei da gravidade o resultado é a queda (Delfim Netto, 1971, p. 03)

Por outro lado, entretanto, reconhece Delfim Netto que **“existem relações que dependem do comportamento e que podem ser alteradas pela doutrina e pela ideologia. Aquilo que é físico, não”** (Delfim Netto *in* 1971, p. 03).

Tornado a questão econômica uma problemática, abertamente, *física* – os *limites físicos* das leis da acumulação do capital –, avança o ideólogo das classes proprietárias brasileiras associadas pontuando que “o que há de mais fundamental em termos econômicos é a existência de uma relação entre o que se produz e aquilo que se pode consumir, isto é, **existe uma relação física entre o volume total da produção de um país e aquilo que ele pode consumir, investir e exportar**” (Delfim Netto *in* 1971, p. 03). Eis porque, *para realizar esta produção*, “todo país (...) tem de importar alguma coisa”(Delfim Netto, 1971, p. 03).

Dessa forma, “o investimento é necessariamente igual à poupança mais a diferença entre as importações e as exportações” (Delfim Netto *in* 1971, p. 05). Afirma, ainda, que “o investimento é financiado pela poupança interna mais poupança externa” e “quando se realizam investimentos utilizando poupanças externas, está-se mantendo o mesmo nível de consumo e **acelerando a economia**, isto é, para uma mesma taxa de desenvolvimento econômico” (Delfim Netto, 1971, p. 05).

Daí concluir, omitindo o aprofundamento da subordinação estrutural da economia brasileira aos centros do capital monopolista, que **“o recurso externo permite acelerar o volume de investimentos, mantendo o nível de consumo”** (Delfim Netto, 1971, p. 06), uma vez que, sempre conforme o ideólogo oficial da autocracia burguesa *bonapartista* de preponderância da *linha-dura*, “o ‘hiato de recursos’, aquilo que é trazido do exterior, tem-se o total disponível para a economia utilizar como consumo e como investimento” (Delfim Netto *in* 1971, p. 08).

Destaca, em seguida, em acentuado tratamento *físico* do problema econômico, que “não importa qual seja o tipo de economia, esse sistema vale **independente das ideologias**” (Delfim Netto *in* 1971, p. 11).

Diante disso, **“para acelerar o desenvolvimento sem criar problemas é preciso projetar esse desenvolvimento”** (Delfim Netto *in* 1971, p. 11), propondo o economista, novamente, “a construção de um modelo de desenvolvimento que é um modelo de capacidade” (Delfim Netto, 1971, p. 11) no qual “o papel dinâmico do capital estrangeiro” (Delfim Netto, 1971, p. 15) encontraria, enfim, sua vez e seu lugar. Isto porque, arremata:

Quem quiser (...) utilizar este capital externo para auxiliar o seu processo de desenvolvimento tem que estar consciente de que tem de gerar divisas correspondentes para pagar não só o efeito direto, mas o efeito indireto que ele vai produzir (Delfim Netto, 1971, pp. 16-17)

Desse modo, na visão de mundo do ideólogo economista oficial do *costismo* e do *medicismo* como representantes da *linha-dura* do *bonapartismo* instaurado em 1º de abril de 1964, **“é possível continuar a utilizar o capital externo como um auxiliar do desenvolvimento”** (Delfim Netto, 1971, p. 23).

Assim sendo, “as exportações também estão crescendo muito depressa, isto é, **o Brasil está fazendo dívida com a capacidade de pagar a dívida**”, concluindo o então Ministro da Fazenda do general presidente Médici:

Quando se pretende estudar o problema do poder nacional em face do capital externo, tem-se que estudar o investimento direto, isto é, aquele capital que vem junto com seu proprietário, que vem junto com o ‘know-how’ exterior, que vem se aplicar internamente na economia e competir dessa maneira em condições de igualdade com as demais indústrias instaladas no país (Delfim Netto, 1971, p. 28)

“Visto que **o capital estrangeiro não é monolítico**”, caracteriza Delfim Netto, já que “está dividido em nacionalidades e dentro de cada nacionalidade, em empresas que competem entre si” (Delfim Netto, 1971, p. 32), destaca o economista consciente que “dentro de cada nacionalidade o capital compete violentamente entre si. Ninguém pode supor que a Ford e Chevrolet estejam de acordo. Realmente elas estão competindo fortemente” (Delfim Netto, 1971, p. 35).

“Isto significa”, conclui Delfim Netto, “que não existe, no caso brasileiro, a confrontação monolítica do capital estrangeiro, que obedeça instruções externas, com o poder nacional brasileiro” (Delfim Netto, 1971, p. 35).

De forma que **não há a menor possibilidade de que esse poder econômico disperso confronte o poder nacional, no caso brasileiro**. Mais do que isso, o Brasil tem outro tipo de controle muito mais eficaz: é que todas as importações estão sujeitas ao controle da CACEX. Desta forma, **não existe no Brasil a possibilidade de uma ação monolítica do capital estrangeiro contra o poder nacional(...)** porque o Governo detém, efetivamente, os créditos e os insumos básicos (Delfim Netto, 1971, p. 36).

Dada essa suposta *impossibilidade de uma ação monolítica do capital estrangeiro contra o poder nacional*, isto é, a sempre pressuposta pelas classes proprietárias autocráticas harmonia de interesses entre capital externo e desenvolvimento nacional, afirma Delfim Netto que, “frequentemente, as pessoas que analisam esses fatos superficialmente são **prisoneiros de um marxismo primário**” (Delfim Netto, 1971, p. 36).

“**Esse marxismo diz que quem detém o poder econômico detém o poder político**”, de acordo com a leitura e visão de mundo do economista ideólogo oficial da ditadura militar bonapartista em seus anos de chumbo.

“**Logo**”, prossegue o autocrata, “**se o capital estrangeiro puder deter uma parcela importante do poder econômico, ele vai deter o poder político**. Ora, basta olhar para a realidade brasileira e ver como isso está longe” (Delfim Netto *in* 1971, p. 36), arrematando o apologeta do capitalismo, em aberta polêmica com o marxismo, embora igualmente rechace a solução liberal:

O Brasil é a negação mais violenta da teoria marxista. É só pensar qual é o poder econômico que detém uma parcela do poder político. É óbvio que toda a política no Brasil não está na mão do poder econômico. De forma que as objeções que se fazem ao capital estrangeiro, à utilização do capital estrangeiro, não cabem no caso brasileiro, em particular (Delfim Netto, 1971, p. 36).

Sugerindo Delfim Netto a permanência da utilização do capital externo como “uma atitude inteligente” para a aceleração do desenvolvimento econômico, recomenda também ao governo que este “deve continuar a montar sistemas de controle que, sem hostilizar o capital estrangeiro, não lhe dá a menor possibilidade de confrontar o poder nacional, mas é preciso manter sua liquidez que é o trunfo para continuar no jogo” (Delfim Netto, 1971, p. 36). Isto porque, em seu ideário, **“qualquer que seja a economia, centralizada ou descentralizada, ela tem de recorrer ao comércio externo para funcionar”** (Delfim Netto, 1971, p. 37).

Registrando o Ministro da Fazenda que **“o Governo inteiro se voltou para o comércio exterior”**, *abertura* que “não é só o aumento da eficácia do sistema econômico vigente” mas, sobretudo, “representa a possibilidade de continuação do processo de desenvolvimento, sem crises no balanço de pagamentos e sem problemas inflacionários muito importantes” (Delfim Netto, 1971, pp. 37-38), sinaliza prospectivamente os vetores da economia política da ditadura militar *bonapartista*, da seguinte maneira:

Se o Brasil pretender realmente que todo esse **processo de desenvolvimento extraordinário de mobilização da sociedade brasileira, de conscientização da sociedade brasileira para seus próprios problemas persista e se quiser que possa ser feito, com inteligência, usando com cuidado os recursos externos, as exportações brasileiras têm que crescer na trajetória assinalada** (Delfim Netto, 1971, p. 37).

Assim sendo, concluindo seu discurso oficial de Ministro da Fazenda da ditadura militar, uma vez que “o Brasil tem grande deficiência de investimentos” (Delfim Netto, 1971, p. 38), o capital estrangeiro – que “no total não é nada, na globalidade é muito pouco, na margem é muito importante” (Delfim Netto, 1971, p. 39) – não encontra *razões* para deixar de ser utilizado pelos gestores do *capital atrófico-associado*, desse modo se “investindo mais no homem brasileiro” (Delfim Netto, 1971, p. 40), de acordo com a visão de mundo do economista Antônio Delfim Netto.

Conclusão: Antônio Delfim Netto, hoje, o negacionismo à brasileira. O feito e o dito pelo ideólogo orgânico do capital atrofico: a alegada “separação entre o poder econômico e a política econômica”

O feito e o dito:

O Feito: Na história recente do Brasil quase sempre vimos, não como regra, mas como exceção, e há várias exceções, pessoas comuns empenhadas em realizar seus objetivos particulares de alçar categorias sociais distintas da realidade em que eram oriundas. Nada há de mal nisso, pois para quem percebeu que podia ver a realidade transformada para melhor e aproveitou para adquirir educação formal, além de conhecimento para tanto, acabou percebendo que as perspectivas eram bem maiores quanto mais fossem mantidas essas intenções. Uma das possibilidades para conhecer e ser conhecido Delfim Netto encontrou, e o foi a de pertencer a um Instituto obscuro quase clandestino chamado IPES, mais notório entre os conspiradores onde ricos proprietários, políticos e militares encontravam-se para conjurar desde 1961 contra o governo João Goulart que havia sido eleito democraticamente pelo sufrágio universal, mas para tomarem o Estado, o que acabou ocorrendo em 1º Abril de 1964; mas que seguiria nesse ritmo de conspiração continuo para ver se aniquilavam todos os críticos do golpe de Estado, os nacionalistas, alguns liberais, os críticos e principalmente os comunistas. Assim a pesquisa nos apontou para o Jornal Movimento que retoma a seguinte afirmação de Delfim Netto:

” Sou economista por economia, pois por falta de dinheiro não pudera frequentar a escola Politécnica”(Delfim Netto apud Movimento). Mas como demonstram vários estudiosos sobre os processos de alfabetização e transmissão do conhecimento ao longo da história republicana do ocidente: *“a educação não foi suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos (...)as políticas dos processos educacionais – que praticam e agravam as diferenças sociais(...) -,a uma reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil”*.Meszáros. Istvan. “A Educação para além do capital” Ed: Boitempo. 2004.

E como não poderia deixar de ser diferente, temos aqui as nossas mazelas para darmos conta, mesmo que sempre *com vento bravo*. Desse modo, figuras públicas, como a do senhor Delfim Netto, que tornou-se personalidade

da história e transformou a própria história e também a de nossa nação; primeiramente completando um processo de formação subjetiva de excelência na universidade pública, e depois usando esse complexo de conhecimento financiado pela coletividade para conspirar, derrubar, aterrorizar, torturar, entregar reservas e produzir nexos que a própria sociedade nunca seria participe, mas que muito ouviriam falar, pois seriam aqueles poucos privilegiados que do alto esbravejariam uma propaganda de um tal milagre econômico, que insistentemente repetido quase se tornaria uma verdade para a sociedade brasileira, mesmo não sentindo, vendo ou reproduzindo o tal prodígio. Em **Retratos do Brasil de 1973 temos: Matéria de Capa:**

“Crescimento econômico e arrocho salarial. A aceleração do crescimento da economia brasileira sobretudo nos anos de 1968 a 1973 não reverteu em melhoras dos salários dos trabalhadores. O País ficou mais rico e os trabalhadores ficaram mais pobres. O regime militar também achatou os salários médios da burguesia.”

Mas não há por aqui quem aponte isso. Mas Skidmore, um estudioso Norte Americano sobre nossa história reitera e aponta: ***“Mas não é somente a repressão que explica o Brasil. Juntamente com o porrete oferecia-se a cenoura. “O rápido desenvolvimento econômico levou ao paraíso um restrito número de brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial – os profissionais, os tecnocratas, os administradores de empresa.” Brasil de Castelo a Tancredo. Thomas Skyidmore.pág.214.***

Ainda com Skydmore, vejamos a defesa que Delfim faz sobre sua política econômica no período: ***“ Delfim Netto nunca modesto em tais circunstancia defendia:” “ Não tenho absolutamente qualquer duvida que há um consenso em favor do desenvolvimento acelerado”. “Aqui ele repetia o conhecido argumento de que aceleração do crescimento era mais importante do que a melhoria da distribuição de renda a curto prazo”.Thomas Skydmore p.214. Skidmore.Thomas.Brasil de Castelo a Tancredo.Ed:Paz e Terra.***

Assim a disputa entre crescimento imediato e equidade social tinha de ser resolvida em favor do crescimento acelerado. Desse modo, no final desse ciclo, o que restara para a sociedade era um Estado endividado, além de uma gente complacente, devido ao grande terror de Estado, isso devido as mortes e desaparecidos pelos agentes do Estado. Portanto, tínhamos uma realidade que indicava a gravidade da situação da grande maioria da sociedade brasileira, que depois de algumas décadas ouvia que a economia tinha crescido o Estado fortalecido, mas que ela enquanto classe que a tudo isso tinha proporcionado, beirava sim ao estado de miséria, ou com nenhum indicador social a seu favor, como: educação depauperada, pior para a saúde que conviveu com uma epidemia de meningite de grandes proporções, mas que foi até o limite encoberta

pela ditadura militar bonapartista; moradia indigna com crescimento das favelas pelas capitais do país, transporte público precário e caro, falta de saneamento básico, desemprego e inflação, todos esses índices sociais não eram diferentes do que a quarenta anos antes, ou período da República Velha, também conhecida como República Café com Leite. “Já naquela época nem Hegeliano, nem socialista Fabiano, pontuava ainda o **Jornal Movimento** o seguinte:

“Delfim adere ao golpe, e se junta aos entreguistas”. “Na fase final de estudante Delfim já havia aderido definitivamente ao capitalismo” e, “enquanto os companheiros preferiam se limitar aos estudos e às lutas políticas travadas pelo Movimento Estudantil”, registrava o **Jornal Movimento** que: **“Delfim dividia o seu tempo entre os estudos e as empresas privadas”**. Mas lembrando nosso digno e grande político Leonel Brizola se referindo a um partido político, podemos acomodar sua frase ao ocorrido no período de Delfim Netto como ministro da fazenda: **“Esse foi o grande feito do milagre, assim como o cometa Harley, quando todos ouviram falar, todo mundo esperou passar, mas ninguém viu.”**

E agora, o que é **dito**: “Não conspirei, só falei mal do presidente João Goulart” “ Não sei de instituto nenhum” Referindo-se principalmente ao IPES. “Não sei dizer o que é essa OBAN” Não conhecia esse senhor; referindo-se a Henning Albert Boilesen, que explicitamente financiava e ajudava este instituto obscuro de tortura. “ Assinei o AI-5 e assinaria novamente, se ocorre-se o estado de balburdia que se encontrava a sociedade naquele momento.” “Só pedi para o presidente Costa e Silva que amplia-se alguma coisa para as questões econômicas” O presidente Médici me garantiu que não havia tortura em seu governo, o que ocorria era uma guerra de rua”. “Nenhum membro da cúpula militar se quer chegou a entrar em meu gabinete fardado.” Perguntas, com essas respostas na Comissão Nacional da Verdade, na Câmara Municipal de São Paulo. O mais estranho e aterrador da nossa história, é que enquanto alguns vizinhos latinos americanos estão empenhados em demonstrar como ocorreram seus processos históricos recentes das ditaduras militares de seus países, aqui, a grande mídia, a classe média, e outros tantos organismos blindados estão envoltos com ditas-brandas, e muito, mas muito panos quentes, sobre esses personagens da história que conseguiram uma cara pajem ou se imolar de todas as atitudes que até os dias atuais estão reverberando por todos os aspectos da nossa sociedade de forma traumática, violenta e sem perspectivas de melhoras.

Mas Delfim Netto ainda seria depois desse processo todo, com o fim dos ciclos civil-militares ou ditadura bonapartista como temos tratado até aqui; um Deputado Constituinte eleito pelo partido PDS antiga sigla da ARENA(partido da base governista dos militares), que seria já esse novo velho ciclo de dominação que reproduzimos, mas do qual temos nosso professor Florestam Fernandes para colaborar e explicar com o que ocorreu nesse complexo que era chamado de Aliança Renovadora Nacional, Nova República e Aliança Democrática:

“Cabe então, a pergunta: por quê ? A “Nova República” proclamou-se uma democracia social, dos pobres e necessitados, e buscou a aliança dos trabalhadores, chegando a cooptar de forma sagaz as organizações e partidos de esquerda que absorveram o compromisso de uma aliança democrática com a ordem existente, uma ordem de lusco-fusco, ultraliberal na retórica e ultracentralizadora no comando político, ocultando o seu despotismo por detrás de uma Constituição que não é nem republicana nem democrática, mas ditatorial e instrumento de uma transição que combina agilmente punição e promessa.” **Florestam Fernandes. Que tipo de República. Ed. Brasiliense. pág 26. 1986.**

Seria interessante nos lembrarmos que Delfim Netto foi Deputado Federal por três mandatos, ou seja continuaria na cena política até meados da década de 90, e desse modo, temos aquilo que muito ouvimos falar da tal abertura democrática, mas que a bem da verdade pouco mudou na ordem que já estava estabelecida desde à muito tempo, onde as correntes da autocracia não deixaram mudar um centímetro sua área de poder e atuação junto ao Estado, e para concluirmos essa ideia de continuação e exclusão continuamos com Florestam Fernandes que nos explica: “

O que se pode concluir, depois dos “fatos consumados” à luz das lições que se tornaram clamorosamente evidentes? Os trabalhadores negaram ao capital qualquer modalidade de aliança, de pacto a La Moncloa⁴⁵. Não viram nos sucessores dos generais presidentes e do seu regime de arrocho salarial e de repressão política em quem confiar. Ao contrário, temeram que fossem ser vítimas de outros esbulhos e se mantiveram a margem, reforçando de moto próprio a exclusão social e política a que sempre foram condenados. Entenderam as manobras dos setores mais abertos da esquerda, que eles estavam empenhados em servir-se do oportunismo político dos de cima tisnando-se em um pacto com o diabo para alcançar o que lhes era devido (...) Enquanto isso o congresso aberto com os partidos políticos brincavam de esconde esconde e de branca de neve, aproveitando os interlúdios sérios para alargar as vantagens do que agora se chama de cooptação, mas os clássicos designariam claramente como corrupção e caça de vantagens.” **Florestam. Fernandes. Que tipo de República. E. Brasiliense. 1986. pág. 27.**

⁴⁵ O Pacto de Moncloa. Celebradas as primeiras eleições democráticas em Junho de 1977, o segundo governo Parlamentarista de Adolpho Suárez, enfrentou duas tarefas para enfatizar a incipiente democracia espanhola, a redenção de uma constituição e a resolução de uma grave crise econômica, com uma inflação de 40%, alto desemprego, e ainda rodeados de oportunistas ansiosos pela volta da ditadura. Biblioteca Provincial de Albacete. A voz de Albacete de 1977. Tomo E-7 – 63. O Pacto de Moncloa.

Dessa forma podemos afirmar mesmo depois com a distensão político civil-militar, e todo um arcabouço de palavreados que carregavam sempre a democracia como início ou fim de vazias ideias os trabalhadores ficaram na mesma, ou com uma carga maior ainda, pois se tornaram para os espertos políticos que poderiam tirar alguma vantagem nas questões políticas de compromissos obscuros como coisas de interesses maiores daqueles que sempre estiveram no poder do Estado. Delfim Netto seria eleito por três vezes a deputado federal com algumas trocas de partidos políticos, mas que somente mudavam suas nomenclaturas mas não suas motivações políticas.

Figura 12



Fonte: Movimento 188,
1979.

Figura 13



Fonte: Última Instância. 'Delfim Netto diz desconhecer financiamento de empresários a órgãos de repressão', reiterando que repetiria o AI-5 se 'condições fossem as mesmas', em 2013, junto à Comissão da Verdade 'Vladimir Herzog', da Câmara Municipal de São Paulo.

Neste capítulo destinado à conclusão desta pesquisa de mestrado, registramos por ora, saltando o período no qual Delfim Netto seria ainda ministro de Estado do último presidente da ditadura militar – João Baptista Figueiredo –, bem como saltando o teor de sua contribuição à Assembleia Constituinte e sua Constituição "Cidadã", retomamos os "esclarecimentos" prestados pelo "czar" da economia política da ditadura em 25 de junho de 2013.

Seu depoimento foi tomado junto à Comissão da Verdade Vladimir Herzog da Câmara Municipal de São Paulo.

Inicialmente questionado sobre o fato alegado de não ser solidário com as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da ditadura bonapartista, Delfim afirmou, contudo, que *não* se arrepende, até hoje, de haver assinado o AI-5. Em decorada e sempre repetida cartilha de resposta, o ex-ministro da ditadura assim

tentou se fazer convencer: “Se as condições fossem as mesmas e o futuro não fosse opaco, eu repetiria [a subscrição ao AI-5]”⁴⁶. Tentando, porém, equipar de maneira irrazoável o regime instaurado em 1964 com aquele inaugurado em 1988, “consertava”: “Eu não só assinei o AI5, como assinei a Constituição de (19)88, da qual fui redator de princípios”⁴⁷.

Ainda indagado pelos parlamentares sobre a vinculação entre *crescimento com repressão*, tendo sido Delfim Netto um dos ideólogos da chamada “linha-dura” na medida em que subscreveu e promoveu uma política de Estado calcada na *Segurança Nacional máxima* congregada com a busca de um *Desenvolvimento* (econômico) *acelerado*, o ideólogo das classes proprietárias, hoje, recai em estampado negacionismo dos crimes e violações de direitos ocorridos na ditadura bonapartista, a saber:

Primeiro: **nunca eu apoiei a repressão**. O AI5 tinha um objetivo; na verdade, você estava num momento muito difícil. E tinha todo um projeto. Você iria reeditar uma constituição e ia fazer eleição em (19)69, se o Costa e Silva não tivesse tido o ... isso é que teria acontecido⁴⁸

A esta altura, o vereador Gilberto Natalini, a seu turno torturado na OBAN, contra-argumentou Delfim sobre o fato dele, em voto analisado acima, sustentar, na “reunião do Conselho de Segurança Nacional que baixou o AI5; [que este] não era suficiente”, questionando o antigo “Czar”: “o senhor pediu ainda mais poderes ao presidente da República – ‘a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias’”⁴⁹, lembrou o parlamentar.

Ao que “respondeu”, demonstrando a persistente dimensão manipulatória dos ideólogos das classes proprietárias e da autocracia burguesa nacional, a saber:

Não tinha nenhuma repressão. A referência era a seguinte. Era preciso fazer uma reforma tributária, como se fez, para poder realizar o desenvolvimento que se fez,

⁴⁶ SION, Vitor. **Comissão da Verdade: Delfim Netto diz desconhecer financiamento de empresários a órgãos de repressão**. In: Última Instância. 25.06.2013.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁴⁹ NATALINI, Gilberto in DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

posteriormente. E não tinha nada que ver com repressão. E foi feito. Nós fizemos o Código Tributário⁵⁰

No melhor estilo *confundir para não explicar*, o ainda hoje comemorado ideólogo do suposto “milagre” brasileiro prosseguia: “Na verdade, você estava desenvolvendo um processo de crescimento. Havia na verdade o movimento de (19)68, uma agitação enorme, de forma que as condições objetivas é que sugeriam aquilo, não tinha nenhuma objeção, nem se pretendia fazer o que posteriormente se disse que fez”⁵¹.

Sem corar, na sequência, o contador e economista, de extração de classe operária, que construiu sua vida a serviço das classes proprietárias e ditadores militares, ousa ainda afirmar: **“o empresariado não tinha nenhuma participação na política econômica nacional. Na verdade se constituiu uma separação entre o poder econômico e a política econômica**, as quais, aliás, eu atribuo o rápido desenvolvimento que se seguiu depois”⁵².

Questionado, ainda, sobre essa explícita tentativa de desvincular aquilo que, historicamente, encontrou-se vinculado, isto é, um “modelo” econômico exclusivista articulado com a mais dura repressão política e policial aos considerados “inimigos internos”, prossegue Delfim Netto: “o empresariado tinha a sua opinião, mas você não obedecia a opinião do empresariado para fazer política. Talvez tenha sido isso porque deu o desenvolvimento”⁵³.

Vale a pena, aqui, retomar uma de suas inúmeras afirmações acima desdobradas, absolutamente consciente à época da vinculação entre as preocupações da Segurança Nacional máxima da ditadura bonapartista com os interesses materiais das classes proprietárias em prol do Desenvolvimento econômico acelerado, a saber: “Pretendemos entregar o trabalhador ao Brasil, ao sistema empresarial”.

Aproximando-se, em seu depoimento aos parlamentares, sobre o grau de sua participação na OBAN, mais uma vez, o antigo “Czar” da economia política da ditadura militar bonapartista foge ao tema, sempre em tom negacionista:

⁵⁰ DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Ibid.*

Eu não tenho a menor ideia se alguém financiou isso do setor privado. Eu nunca ouvi essa história. O que aconteceu na OBAN... **Não tinha nenhuma ligação entre a administração econômica e o sistema militar.** A administração econômica sempre foi de civis. Começou com o Bulhões e Campos, depois Veloso e Delfim, Simonsen e Campos – **e sempre foi separado de tudo isso**⁵⁴

Contradizendo, assim, sua própria posição absolutamente consciente, quando da edição do AI-5, acerca da organicidade entre *crescimento e repressão*, economia e política burguesas, na medida em que enxergava a Segurança Nacional máxima como pré-requisito para a aceleração do Desenvolvimento econômico do capital, novamente Delfim tergiversava junto à Câmara Municipal de São Paulo:

Eu nunca ouvi dentro do governo nada sobre tortura. Em (1972), eu ainda perguntei ao Medici. Existe? Não. O que acontece é que tem batalhas de rua. Quem é preso é submetido a interrogatório, vai preso; nunca dentro do governo. A hierarquia era muito bem arrumada. O processo militar era totalmente à parte disso. Tem as atas do Conselho. É só consultar as atas⁵⁵

Diante de tamanho negacionismo por parte do ideólogo das classes proprietárias, reiterando os parlamentares a questão das graves violações de direitos humanos, tornava a repetir o astuto contador: “Eu nunca tive conhecimento disso. Na verdade eu já respondi; não tinha nenhuma ligação entre o governo e esse processo (da repressão política). Nenhuma!”⁵⁶.

Novamente, Delfim reiterava, em junho de 2013, a toda carga, o negacionismo daqueles com vínculos ainda não de todo explicitados com o passado ditatorial recente e seus crimes: “Eu não sei – nunca tive conhecimento disso (do desaparecimento de pessoas)”⁵⁷. Indagado sobre o fato de não ter, enquanto ministro de Estado, sequer ouvido falar sobre os crimes de tortura, assassinato, ocultação de cadáveres e desaparecimentos etc. perpetrados por agentes do Estado brasileiro, valeu-se de novo subterfúgio, caracterizando a Lei de Anistia – uma autorreforma da ditadura – como espécie de “lei do ponto final”: “Eu votei pela lei de anistia. A anistia foi um acordo dentro do Congresso. Ponto final. Se quiser mudar a

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*

lei, pode mudar, isso é outra coisa. A minha opinião pessoal é respeitar a lei promulgada pelo Congresso e que foi retificada pelo Supremo”⁵⁸.

Escapando às perguntas sempre de maneira manipulatória, tentando refazer sua própria autobiografia antes de deixar a história, incisivamente questionado sobre a OBAN, negou ter convocado o empresariado a colaborar no “caixinha” da Operação: “Claro que não! **O regime militar era uma coisa, a administração era civil. Não tinha nenhuma vinculação entre os ministérios militares e os ministérios civis.** Como é que ia convocar caixinha, o que é isso?!”⁵⁹.

Indagado, na sequência, se não haveria participado, ao lado do governador Abreu Sodré, na solenidade em que se criou, a 1º de julho de 1969, a OBAN, o insistente Delfim respondia: “Não me lembro disso. Eu duvido que o Sodré estivesse num negócio desses. Não me lembro disso. Provavelmente não estive. Se o Sodré me convidou para alguma coisa eu teria comparecido”⁶⁰.

Ainda inquirido sobre o amplamente sabido financiamento da OBAN pelos grupos de empresários do Banco Mercantil, Camargo e Correia, Grupo Ultra, Supergel, Grupo Objetivo etc, questionado sobre sua participação nesse combate burguês-militar contra o suposto “inimigo interno”, respondia de maneira evasiva: “Presidente, se esse processo existiu, eu nunca soube dele. Eu duvido que tenha existido. Pelos nomes que o senhor citou, eu tenho sérias dúvidas, porque eram pessoas absolutamente corretas”⁶¹.

Eis o momento exato no qual o parlamentar, durante o depoimento de Delfim Netto, citou o trabalho do jornalista Elio Gaspari – abordado por nós acima – no qual esmiúça a participação do economista na OBAN, em jantar realizado em clube da *plutocracia paulista*. A isso respondeu o ex-ministro da ditadura bonapartista, da seguinte maneira:

Primeiro que não foi um almoço, foi um jantar; segundo, foi para discutir taxas de juros. Ministro da Fazenda com banqueiro para discutir taxas de juros. O Elio deve ter confundido, ou ele tem outra informação. **Seguramente, isso não aconteceu. Eu presenciei – mas tivemos uma reunião com os banqueiros que**

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ *Ibid.*

era para discutir taxa de juros. Não teve discussão nenhuma de Oban, de dinheiro para a OBAN⁶²

Perguntado, ainda, sobre a vinculação do AI-5, que estampava a mais dura das medidas de exceção da ditadura, a saber, a suspensão da garantia do *habeas corpus*, com a escalada do “terrorismo de Estado”, prosseguia Delfim Netto em seu trabalho de negar o historicamente feito no passado recente: “Não há nenhuma necessidade de que isso houvesse acontecido. **Não há nenhuma ligação necessária entre a suspensão do habeas corpus** [com a repressão] – era para manter o controle; mas isso não significa que alguém fosse morto, que seria assassinado”⁶³.

Para tanto o pesquisador A. Agassiz, no traz a luz que nosso ilustre Ministro Delfim Netto perdeu: “(...) “Entre o ridículo e absurdo. Que descortino possuía da realidade do país a elite militarizada? Em tudo via o fantasmagórico do bolchevismo: nas reuniões dos sindicatos, nas greves de professores e estudantes, num artigo de jornal, ou num editorial de grande diário. Caso não viesse a baila o bajulatório aos comandantes estrelados ou ao general pontificado de estadista, antevia a trama e a conspiração dos agentes de Moscou sob as ordens do comunismo internacional. Dominava-a fobia doentia.” Almeida Agassiz. *A Ditadura dos Generais*. Bertrand Brasil. pág129. Rio de Janeiro 2007.

Assim podemos visitar o depoimento em defesa do AI-5 do ex-ministro Delfim Netto para compreendemos todas essas motivações no período conhecido com sendo de chumbo de nossa história, e que desembocou na dita fobia anti-comunista, ou para mesmo justificar todo terror que foi implantado e depois, e até agora, negado. E continuando na Comissão da verdade Vladimir Herzog. Delfim Netto, continua seu negacionismo: Sem corar, insistia, em 2013: “Não há nenhuma ligação necessária entre a suspensão de *habeas corpus* e a repressão policial”⁶⁴, arrematando, querendo fazer-se acreditar acerca das torturas:

Você sabia, você ouvia dizer. Eu perguntei direto a quem pode informar (Medici) – não! Havia uma completa separação entre a administração pública, o ministério da fazenda, de minas e energia, de indústria, do transporte. Não tinha nenhuma

⁶² *Ibid.*

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ *Ibid.*

ligação. Não tinha vínculo nenhum (entre os ministérios...). Não tinha informação nenhuma⁶⁵

Questionado, novamente, sobre referida passagem de livro de Gaspari, então retomado o depoimento do ex-governador Paulo Egydio Martins ao jornalista, analisado acima e que indica que a quase totalidade das classes proprietárias paulistas participaram da OBAN (industriais, banqueiros, comerciantes, latifundiários etc.), tergiversava da seguinte maneira: “Isso tem que ser perguntado para o Paulo Egydio”⁶⁶, acrescentando:

Primeiro, que eu não tinha ligação com a FIESP. Eu era Ministro da Fazenda. Essas coisas se aconteceram, eu não sei se aconteceram, e se aconteceram, não era do conhecimento do governo. Eu não tenho a menor ideia sobre isso. Eu acho isso muito improvável... Mas de qualquer forma se vocês tem a informação, chamem as fontes para falar...⁶⁷

Mas essas negativas todas do ex- ministro Defim Netto tem um fundamento quando nosso pesquisador nos brinda com uma série de fatos curiosos sobre a oralidade que ocorriam por todo estafe e na caserna:

“(...) O mundo militar se abstrai da realidade conflitante do debate da sociedade civil (...) Vive-se no quartel uma rígida hierarquia de ordens de comando e de disciplina, numa formação espartana(...) As ordens por mais aberrantes devem ser obedecidas(...) É tão forte a verbalização de ordens que se dispensam decisões escritas(...)O comando oral rege o mundo das casernas(...)Dos subterrâneos ensanguentados do nazimilitarismo latino-americano do século XX (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, além de outros países, não se encontram ordem por escrito de sinistras decisões, como genocídios, torturas e desaparecimento de presos políticos.A oralidade permeava toda cadeia de comando no Estado Militar.Este fato é relatado por Elio Gaspari:

“Ernesto Geisel, ditador no período de 1974 a 1979, decidiu que todos que retornassem de Cuba ou da China ilegalmente deviam ser presos e assassinados”.

Desse modo fica mais complicado, mas não impossível de se chegar a verdades ocorridas nesses obscuros períodos históricos, que muito

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.*

incomodam as consciências daqueles que participaram ativamente de um projeto pra toda uma sociedade, mas que não eram carregados de premissas verdadeiras e por isso findou rapidamente, mas ainda fazendo que a sociedade como um todo ficasse com o ônus dessa conta que também não era dela, mas de uma parte dela, mas que saiu ileso de todos os entraves que criou.

Em reiterada negação de seu passado de ministro da “linha-dura”, Delfim Netto hoje sequer reconhece, historicamente, o fato dessa facção do bonapartismo brasileiro ter ascendido ao poder, responsáveis, então, pelo deslocamento da ala castellista do Executivo Federal. Em sua narrativa sobre aquilo que entende como o passado da ditadura, reitera o ideólogo:

A ideia era fazer uma constituição, depois que se criou o Ato 5, que foi feita, pelo vice-presidente Pedro Aleixo; só não foi [promulgada] devido à morte do Costa e Silva... Aí desandou. A linha dura nunca esteve no governo. Pelo contrário, o governo era contra a linha dura. Senão seria o diabo. A parte que eu conheci da linha dura era um bando de “maluquetes”. (Você tem nomes?) Não, não tenho o nome de ninguém. Era um bando de “maluquetes”⁶⁸

A essa altura do depoimento, indagado novamente sobre a figura do empresário Boilensen com suas conhecidas vinculações com as torturas praticadas nos porões da ditadura bonapartista, especificamente questionado sobre fotos nas quais aparece ao lado do dinamarquês, mais um vez, escapa o antigo ministro da economia política do capital atrofico-associado, colaborador da OBAN, da seguinte maneira: “Eu conheci o Boilensen como presidente de um grupo importante de gás. Provavelmente ele pediu audiência. Deveríamos estar inaugurando alguma coisa; provavelmente tem uma, duas ou três fotografias nossas. Eu era Ministro da Fazenda. Ele era um importante representante do setor industrial”⁶⁹.

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*

Figura 14



Fonte: Roldão Arruda (OESP). O ipesiano Boilensen (criador do Centro de Integração Empresa-Escola da FIESP), ao centro, e Delfim Netto à direita, com o dedo em riste.

Inquerido, ainda, se “nunca teve informações de que esse homem, Boilensen, não só dava dinheiro como participava de torturas no DOI-CODI, pessoalmente?”, contestou Delfim Netto: “Não, não...”⁷⁰. Pressionado, por outra parlamentar, sobre a baixa probabilidade do então “Czar” da economia política da ditadura bonapartista desconhecer as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes de Estado, irritou-se Delfim Netto, exasperando-se do seguinte modo:

Primeiro. A senhora está desinformada. A senhora quer fazer a verdade. A senhora não está procurando a verdade. Eu estou aqui porque eu respeito o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, estou aqui para dar minha contribuição. Ninguém está querendo esconder o que aconteceu. O que aconteceu tem que ser realmente esclarecido. Essa tua afirmação corresponde a um desconhecimento de como funcionava o governo. **A ideia de que tudo começa pelas finanças não é verdade, tudo acaba nas finanças.** Essa fotografia não prova nada; é uma proximidade física. Bom, se isso está na história... **Eu já te expliquei que esse almoço, esse jantar, aliás, foi com banqueiros paulistas, mineiros e paranaenses para determinar a taxa de juros; não tinha nada de recolher recursos para ajudar a perseguir gente**⁷¹

Reiterando as colocações sabidas e ressabidas, sobretudo após a obra de Gaspari, sobre a vinculação do patronato paulista no “caixinha” da terrorista e clandestina OBAN, Gilberto Natalini questionava: “o senhor tinha conhecimento de que agentes do governo, além do salário oficial, recebiam extras de bancos, que

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ *Ibid.*

davam pagamento extra pelo Banco Mercantil e Sudameris – a pessoas que trabalhavam na repressão, que recebiam por fora...?”⁷².

Ao que Delfim Netto respondeu, dissimuladamente: “Eu acho que isso é tão fácil de verificar. Vão à contabilidade desses bancos. A contabilidade desses bancos existem (sic). É só verificar se havia uma pessoa que recebeu com codinome e, portanto, não existia”⁷³.

Na sequência de seu depoimento, o longevo ideólogo economista político das classes proprietárias nacionais, afirmou desconhecer Claudio Guerra, bem como reiterou seu ótimo relacionamento com Paulo Maluf, arrematando que jamais conversou com este sobre repressão política e violações de direitos humanos pelos agentes da ditadura bonapartista:

Nunca (nunca conversamos sobre a situação da repressão). Nunca falamos sobre isso; nem o Paulo nem ninguém. O Gastão morreu, o banco foi vendido, mas ainda os registros do banco continuam. Eu tenho sérias dúvidas que o Gastão se envolveria em coisas como essas. **O Gastão poderia ser um lorde inglês.** (É muito pouco provável) Os outros banqueiros de São Paulo, João Melão, A. Almeida Prado, Quartim Barbosa... se metessem em coisas como essas⁷⁴

Questionado, finalmente, sobre a causa da morte do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi paulista, respondeu que o fato “tem que ser apurado”, porém, sabiamente, nunca deixa de ressaltar: “eu não posso ter conhecimento de um fato que eu não conheço... Olha, eu estava em Paris, como eu ia saber?!”⁷⁵.

Indagado, ainda, se conhecia o empresário Dr. Geraldo Rezende de Matos, uma figura conhecida nas dependências do DOPS, nos anos de chumbo, nos anos mais difíceis do regime militar, que era homem de confiança do doutor Nadir Dias Figueiredo, que era homem forte da FIESP entre 60 e 80”, respondeu: “O Nadir conheci, o doutor Nadir eu conheci...”⁷⁶.

Inquerido, ademais, se havia tomado ciência de uma reunião ocorrida no dia 09 de dezembro de 1970, na sede do II Exército, Ibirapuera, onde o general Ernâni Ayrosa, chefe do Estado-Maior, recebeu vários empresários e homens de negócio –

⁷² NATALINI, Gilberto *in* DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade 'Vladimir Herzog' da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁷³ DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade 'Vladimir Herzog' da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*

Boilensen, Pery Igel, Sebastião Camargo, Jorge Fragoso, Adolpho da Silva gordo, Oswaldo Ballarin, José Clibas de Oliveira, Walter Bellian, Ítalo Francisco Taricco, Hessel Horácio Cherkassky e Paulo Ayres Filho, respondeu Delfim Netto: “Não. [Mas] Eu conheci todas as pessoas que o senhor mencionou”⁷⁷.

Perquirido acerca do financiamento à repressão por esses empresários – todos de seu conhecimento – contestou: “Não sei se fizeram... Isso é história”. Perguntado, igualmente, se “teve conhecimento de alguma ação de Amador Aguiar, do Bradesco, e do juiz Lalau, pessoas que tinham trânsito” junto aos órgãos de repressão política e policial da ditadura bonapartista, respondeu: “Lalau eu não conheço. O Amador eu conheci bem. Tirar um tostão do Amador seria muito difícil”⁷⁸.

Ainda, questionado sobre uma sinistra figura que aparece inúmeras vezes nas listas de entrada e saída do DOI-Codi de São Paulo, Paulo Sawaia – sendo que em uma das entradas assinou como assessor do Ministério da Fazenda –, contestou o então presidente da pasta sobre o fato se conhecia ou não Paulo Sawaia: “Conheci o Paulo Sawaia como empresário de biotecnologia. Aliás, estava no estado da arte nessa matéria; depois quebrou (...) Sawaia nunca foi assessor [do ministério]. Eu conheci ele como dono de uma empresa de biotecnologia...”.

Pressionado, o antigo “czar” da economia política da autocracia burguesa bonapartista nega quaisquer vinculações com Sawaia: “Ele nunca foi meu assessor. Ele estava em todos ministérios, pelo jeito. Ele nunca foi assessor. Eu conheci o Sawaia como um empresário, ele tinha uma empresa de biotecnologia”⁷⁹, reiterando Delfim Netto:

O ministério só cuida de verba que está no orçamento. O ministério não cuida de verba que não está no orçamento. A própria ideia que ele podia fazer essa ligação não fazia sentido. O que ele fazia eu não sei. Tinha uma indústria de tecnologia. Agora, essas ligações de SNI, não tenho a menor ideia. Desculpe!, ele não era meu assessor. O que ele fazia eu não sei. Sawaia era dono de uma indústria de biotecnologia. A senhora quer que ele seja meu assessor, eu aceito...⁸⁰

Ainda indagado se tinha conhecimento do fato de Paulo Henrique Sawaia Júnior aparecer na relação do *Projeto Brasil Nunca Mais*, coordenado pelo então

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*

Cardeal Dom Paulo, no qual Sawaia tem o registro de assessor do Ministério da Fazenda, contesta Delfim Netto, em tom de zombaria:

Ele que pergunte pro Dom Arns. Ele nunca foi assessor do Ministério da Fazenda. Todas as folhas de pagamento do ministério estão arquivadas no lugar certo, ele deve ter alguma declaração de renda; tem que estar declarado lá; se vocês pedirem, se ele recebeu algum recurso do Ministério da Fazenda tem que estar declarado lá...⁸¹

Gilberto Natalini, rumo à conclusão da inquirição de Delfim Netto, expõe ao economista sempre predisposto a serviço da ditadura bonapartista uma macabra festa, ocorrida no dia 05 de dezembro de 1970 no DOI-Codi, celebrada por militares, policiais e empresários graças à morte de Fujimore, um dos líderes da VPR. Um dos presos teria sido destacado para recolher os restos fisiológicos dos participantes. Delfim Netto disse, na sequência, espantar-se com tamanha barbaridade. Em suas palavras:

Isso eu acho uma coisa tão bárbaro, tão absurda, que eu nem acredito; e se tivesse assistido não acreditaria. Isso é um absurdo. Você vai fazer uma festa de comemoração e recolher os restos... Que diabo, isso é o mínimo de respeito. Não sei se aconteceu! Ele recolheu? Presidente, ele tem que mostrar as provas deles. Eu acho isso uma coisa tão bárbara. Eu tenho dúvida de que isso possa acontecer...⁸²

Finalmente, indagado pelo vereador Mario Covas Neto sobre o fato daquilo que se pode extrair de seu depoimento, perguntado Delfim Netto se quis sinalizar para posteridade, através de suas memórias, apenas o fato de que “participou da parte civil do governo, [e] não participou de financiamento de tortura, de mortes”, contestou: “É isso. Vocês devem convidar a todos. Eu estou aqui, por exemplo, prestando um serviço à Comissão Nacional da Verdade. Essa CNV tem um papel importante para reescrever a história”⁸³.

Ainda perguntado, “apesar de (...) dizer que não teve conhecimento de nada, [se] o senhor tem algumas sugestões de pessoas que pudessem esclarecer esses

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Ibid.*

⁸³ *Ibid.*

fatos”, respondeu: “Não tenho, vereador”, momento, então, em que foi confrontado pelo vereador Ricardo Young da seguinte forma:

Com todo o respeito, eu que vivi minha adolescência e minha idade estudantil exatamente quando o senhor era ministro, eu tenho muita dificuldade de acreditar que o governo militar era tão disciplinado que a principal figura civil, que participava no CSN, ignorava que vivíamos a tortura, a perseguição, o desaparecimento ... O senhor era extremamente bem relacionado... com setores civis que tinham influência... **Se nós tomarmos o que você disse como verdade, eu acho que essa CNV estará ajudando a obscurecer a história e não esclarecê-la; não sei por que ignora histórias que no mínimo o senhor teria ouvido falar... Se o Sr. acha que isso é uma contribuição, há uma profunda discordância com este vereador...**⁸⁴

Em resposta, Delfim Netto assinalava: “Vereador, eu dei o meu depoimento, V. Exa. pode julgar o que quiser. É aquilo que aconteceu. **V. Exa. quer criar uma verdade**”, reiterando o ideólogo do *crescimento com repressão* – o economista político da autocracia burguesa bonapartista sob o signo da Segurança Nacional Máxima e do Desenvolvimento acelerado – que “**havia a mais absoluta separação**[entre civis e militares], **no meu gabinete nunca entrou oficial armado, fardado, não existia nenhum vínculo entre as administrações, nenhum, e tem as atas do conselho**. Hoje, com a lei de transparência, é só requisitar as atas do conselho”⁸⁵.

Enfim, questionado pela vereadora sobre o desserviço que fizeram ao Brasil os conspiradores, golpistas e funcionários da ditadura bonapartista, *querendo calar a voz do povo*, exasperou-se novamente Delfim Netto: “A sua proposição é a seguinte: **‘Eu sou a portadora da verdade’** – Meus parabéns”⁸⁶.

Em derradeiro negacionismo, questionado sobre sua ligação com um dos maiores líderes ipesianos na conspiração, o presidente da FIESP de 1963 a 1966, Rafael Noschese, respondeu Delfim Netto da seguinte maneira: “O Rafael Noschese foi o meu chefe como secretário de planejamento de São Paulo. Ele era presidente

⁸⁴ YOUNG, Ricardo *in* DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

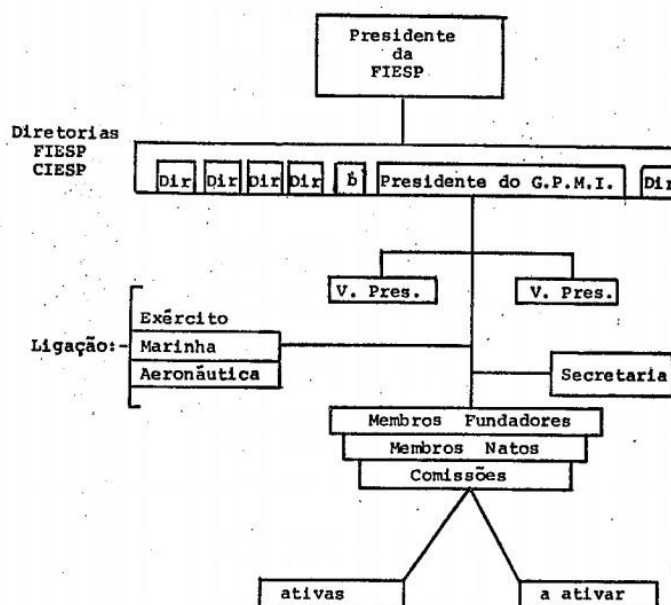
⁸⁵ DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁸⁶ *Ibid.*

da Federação do Comércio, da FIESP... **Não tinha nenhuma ligação com o Ipês, com coisa nenhuma, não**⁸⁷.

Porém, citando em René Dreifuss, Gilberto Natalini indaga, finalmente: “Isso aqui não procede, não, na sua opinião?”⁸⁸, arrematando o esperto ideólogo, negando a já documentada atuação de Noschese, inclusive, como membro-fundador do chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) da FIESP, nos preparativos para o imaginado, à época da conspiração das classes proprietárias, embate empresarial-militar com os dispositivos militares de Goulart: “Não, nada, tudo que tá aí pode até ter acontecido, agora, **era preciso que o Noschese tivesse duas vidas**”⁸⁹.

Figura 15



(*) Presidentes dos Sindicatos Patronais

Fonte: Escola Superior de Guerra. Em *Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64*, a FSP revela, contrariamente ao que diz Delfim Netto, a proeminente atuação de Raphael Noschese na conspiração e golpe de 1964. Acima, o organograma do GPMI da FIESP, também fundado por Noschese⁹⁰

Assim sendo, mesmo não tendo duas vidas, Noschese, de fato, para além de quaisquer negacionismos do ideólogo Delfim Netto, integrou o Conselho

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ NATALINI, Gilberto in DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade 'Vladimir Herzog' da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁸⁹ DELFIM NETTO, Antônio. *Depoimento à Comissão da Verdade 'Vladimir Herzog' da Câmara Municipal de São Paulo*. 25.06.2013.

⁹⁰ MENDONÇA, Ricardo. *Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64*. Folha de São Paulo. 01.06.2014.

Orientador, o Grupo de Estudos e Doutrina e o Grupo de Trabalho e Ação do IPÊS, conforme o sério e substancial trabalho de pesquisa de Dreifuss.

Sobre o mencionado GPMI da FIESP, vale ressaltar ter ele sido composto por **“estrutura e objetivos [que] haviam sido desenvolvidos pelos empresários do IPÊS com militares da Escola Superior de Guerra”**, constituindo, assim, **“importante aspecto na evolução de ligações entre o poder político e econômico, por um lado, e o poder militar, por outro”**⁹¹.

Dreifuss é quem repõe, ainda, que **“o líder do IPÊS Rafael Noschese, em pronunciamento quando da inauguração do GPMI, acrescentou que ‘a vívida experiência dos primeiros dias’** (quando as tropas intervieram para depor João Goulart) **‘mostrou a necessidade imperativa de as indústrias reconhecerem as exigências mínimas dos militares e de estes saberem em quem podem confiar na indústria’**”⁹².

O líder ipesiano Noschese, mesmo não possuindo duas vidas como quer fazer crer o ideólogo negacionista do teor e sentido da ditadura, foi parte central na arrecadação e mobilização dos **“recursos alocados pela indústria paulista em função das requisições efetuadas quando do desencadeamento do ‘Movimento de 31 de Março de 1964’**”. Desse modo, **o líder do IPÊS Rafael Noschese** projetava: “A continuidade da colaboração, vista através dos anos, entre as classes produtoras e as Forças Armadas, seja em períodos de ação militar ou na vida normal de nosso país”⁹³.

Em recente divulgação pela Folha de São Paulo de material da Escola Superior de Guerra, entretanto, mesmo não tendo tido Noschese duas vidas conforme simulou e dissimulou Delfim Netto, o nome do antigo presidente da FIESP aparece, dentre outros, ao lado do civil Theobaldo De Nigris (posteriormente também presidente da FIESP) e dos militares Márcio de Souza Melo (da Junta Militar que “elegeu” o general-presidente Médici), Edmundo Macedo Soares e Silva e Erasmo Dias (conhecido secretário de Segurança Público paulistano que invadiu a PUC-SP).

Durante os anos de **1962, 1963 e 1964**, os já conhecidos problemas que agitaram a Nação conscientizando dentre outros brasileiros, grande parte dos empresários, fez com que estes se agrupassem, inicialmente de forma esparsa e heterogênea num

⁹¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁹² *Ibid.*

⁹³ *Ibid.*

movimento de defesa grupal dos princípios democráticos tão caros ao nosso povo. **Movimento este que tomou corpo e no começo do ano de 1964, cristalizou-se num grupo de trabalho que apoiou as atividades dos bravos oficiais que deflagraram o movimento de 31 de março. Constituiu-se assim o GPMI São Paulo (Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria)**⁹⁴

Infelizmente, ainda hoje, porém, sua influência não cessou, sabendo o ideólogo construir para a posteridade uma autoimagem de tecnocrata “neutro”, supostamente, à parte ou dissociada de todos os estratagemas do terrorismo de Estado montado neste país, em benefício da autocracia burguesa do capital atrofico. Seu reiterado negacionismo diante dos crimes da ditadura militar, registrado em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, entretanto, continua a separar e dissociar, de forma manipulatória, o *feito* por Delfim Netto do *dito* sobre si pelo próprio ideólogo.

Gostaria também de colocar como uma última contribuição para reflexão uma questão que não terminou para nós ainda do Professor Vladimir Safatle, que ilustra muito bem em seu livro: “O QUE RESTA DA DITADURA” “Quem controla o passado, controla o futuro” “ A história é implacável na quantidade de exemplos de estruturas sociais que se desagregam exatamente por lutar compulsivamente para esquecer as raízes dos fracassos que atormentam o presente.No caso da realidade nacional, esse esquecimento mostra-se particularmente astuto em suas múltiplas estratégias. Ele pode ir desde o simples silêncio até um peculiar dispositivo que mereceria o nome de “hiper-historicismo”.(...) Como se fossemos vítimas de um certo “astigmatismo histórico. (...) Mas para tanto, faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas praticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas.”(...) Vladimir Safatle.O QUE RESTA DA DITADURA.Ed:Boitempo.2010.pág.09.

⁹⁴ GRASSI, Quirino. *Problemática da implantação de um curso de mobilização nacional na Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, dezembro de 1972, p. 09.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alocações ministeriais

DELFIM NETTO, Antônio. **Análise do momento brasileiro**. In: Revista de Finanças Públicas. Ano 28, n.º 275, setembro de 1968;

------. **Vicissitudes da Política Econômica no Brasil**. Ministro Antônio Delfim Netto. In: Revista de Finanças Públicas, Ano XXIX, n.º 282, Abril de 1969;

------. **Realismo e Racionalidade**. In: Revista de Finanças Públicas, Ano XXIX, n.º 285, Julho de 1969;

------. **Brasil: Reformas intensificam desenvolvimento**. In: Revista de Finanças Públicas. Maio de 1970;

------. **A lógica e o desenvolvimento**. In: Revista de Finanças Públicas. Julho de 1970;

------. **Pronunciamento do Ministro da Fazenda**. In: Revistas de Finanças Públicas, Ano XXX, nº 298, Agosto de 1970;

------. **Experiência Nova no Brasil**. In: Revista de Finanças Públicas. Jan./Mar. 1971;

Mensagem de Artur da Costa e Silva pelo recebimento de comenda militar do Exército. Discurso de posse proferido em 03.10.1966. Na Câmara dos Deputados. **Enciclopédia Nosso Século**. V. 09;

Pronunciamento no Congresso Nacional pela posse como Presidente do Brasil em 03.10.1966. Discurso de posse proferido em 03.10.1966. Na Câmara dos Deputados. **Enciclopédia Nosso Século**. V. 09;

Obras

COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens. Análise do pensamento tecnocrático: 1964 – 1981**. São Paulo, Brasiliense, 1983;

CRIPPA, Domingos (Adolpho). **As possibilidades da Revolução Brasileira**. In: **Convivium**. Ano III – Número 3 – Volume 4, maio, 1964;

DELFIM NETTO, Antônio. **Problemas do Desenvolvimento econômico brasileiro**. In: **Convivium**, ANO III – N.º 1 – VOL. 4, 1964;

------. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo, Pioneira, 1966;

------. **Desenvolvimento econômico e capital externo**. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, em 02 de julho de 1971;

------. **Depoimento à Comissão da Verdade ‘Vladimir Herzog’ da Câmara Municipal de São Paulo**. 25.06.2013;

Revistas

Revista Piauí - nº 96, Setembro 2014;

FOLHA DE SÃO PAULO. Uol.com.br. 09/04/2009;

-----, 1969 – *Ato Institucional n.º 5. A reunião.* In: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao/index.html>;

Sciello Links.www.Sciello.sciellonetwork.com

DINES, Alberto. **Jornal Observatório da Imprensa.** Edição nº, 420/08/1996;

Blog

O que o Brasil fez? **O Brasil ligou o plug no mundo.** Esta é que a essência do que aconteceu” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IO9ca5lQkTY>);

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, AGASSIZ. *A Ditadura dos Generais.*Bertrand Brasil.2007.Rio de Janeiro.

ARRUDA, Roldão. **Ex-ministro Delfim Netto vai depor na Comissão da Verdade.** In: O Estado de São Paulo. 05.06.2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/ex-ministro-delfim-netto-vai-depor-na-comissao-da-verdade/>;

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de Infâmias: classes sociais, estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo.** Doutorado. PUC-SP. 2005;

BANDEIRA, Moniz. L. A. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964.** São Paulo: Unesp, 2010;

BERNARDO KUCINSKI. **Jornalismo Econômico.** Edusp.1996

BUKHARIN.NIKOLAI.**O Tratado do Materialismo Histórico.**Ed:Caramuru. Pág.01 Tomo II.1933.1954

CARVALHO. Gabriel Alves de Miranda. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985.** USP, 2006;

CARTA, Mino (ed). **Retratos do Brasil.** Ed.Três, 1978;

CHASIN, José. **A determinação ontonegativa da politicidade.** Ensaios, São Paulo;

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira.** Ed:Ad Hominem. 1998.2000.

COVRE, Maria de Lourdes M. **A formação e a ideologia do administrador de empresa.** São Paulo: Cortez, 1991CAMPOS, Ulisses Rubio Urbano da Silva de. **Bulhões a Delfim: posição dos industriais diante da política econômica,** SP:UNICAMP, 2013;

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1981;

FLORESTAM FERNANDES: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Ed.Difel 1968.**

FURTADO ALENCAR E RAIMUNDO PEREIRA. **Jornal Movimento.1975.**

FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer.** SP: Paz e Terra, 1998;

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**, 2ª edição. Rio de Janeiro. Ed.Paz e Terra.1978;

GRAMSCI Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, Vol. II, Civilização Brasileira 2000;

GRASSI, Quirino. **Problemática da implantação de um curso de mobilização nacional na Escola Superior de Guerra.** Engenheiro Quirino Grassi. Contribuição individual, dezembro de 1972, ESG;

HOBBSBAWM, Eric, **Sobre a historia.** São Paulo: Cia das Letras. 1998;

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**, RJ. 1998;

ISTVAM MESZAROS. **O Poder da Ideologia. Ed: Boitempo.**

MARTINS, Carlos Eduardo. **O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente.** Blog da Boitempo;

MARX & ENGELS. **A ideologia Alemã.** SP: Boitempo, 2007;

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986;

MARX. **A Burguesia e a Contra-Revolução.**Tradução de José Chasin,Dolores Prades e Márcia Aguiar.

MENDONÇA, Ricardo. **Papéis de militares expõe atuação da Fiesp no golpe de 64.** *In:* Folha de São Paulo. 01.06.2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463226-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml>;

OLIVEIRA, Francisco. **Economia da Dependência Imperfeita.** SP: Graal, 198.

IANNI, OTAVIO. **A IDÉIA DE Brasil Moderno.Ed.Brasiliense.69-70**

PAULO NETTO, José. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014;

PRADO JUNIOR; Caio. **História e Desenvolvimento Ed. Brasiliense 1972; A Revolução Brasileira.Brasiliense.15.1970.**

----- **Formação do Brasil Contemporâneo.** SP:Cia das Letras, 2011;

RAGO Filho, Antonio. **Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Anais do XVII Encontro Regional de História ANPUH/SP. UNICAMP, Campinas Setembro de 2004. Setembro de 2004;**

----- **A ideologia 1964. Os gestores do capital atrofico.** São Paulo: PUC-SP, 1998;

-----**. O ressurgimento da greves operárias no ABC Paulista e o ardil do politicismo da autocracia burguesa bonapartista.(1978-1985).**RAGO A.FILHO.

ROCHA, Danielle Franco da. **Bancários e Oligopolização: avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964-1980).** 2013. Doutorado. PUC-SP, 2013;

SAFATLE, VLADIMIR. **O que Resta da Ditadura.**Ed:Boitempo.2010.P.09

SCOLEZO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: as misérias da era neoliberal na década de 1990.** Doutorado, PUC_SP, 1990;

Silva, Hélio. **Os presidentes. Emílio Médici. O Combate às Guerrilhas (1969-1974).** São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983;

SIMONSEN, Mario Henrique. **Ensaio sobre Economia e Política Econômica (1964-1969).** APEC Editora S.A., Rio de Janeiro, 1971;

SION, Vitor. **Comissão da Verdade: Delfim Netto diz desconhecer financiamento de empresários a órgãos de repressão.** *In:* Última Instância. 25.06.2013. Disponível:

<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/64189/delfim+netto+diz+desconhecer+financiamento+de+empresarios+a+orgaos+de+repressao.shtml>;

SOUZA, Ângela Maria. **O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso.** Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009;

Brasil e Ontem e Hoje.Nosso Século.Editor. Mino Carta.

Jornal Movimento.Jornalista Raimundo Pereira.Edições 1970.1980.

Tudo é História.Ed. Brasiliense.O Golpe de Estado de 1964.Edição.1968.

História da Classe Operária,São Paulo.Ed. Brasiliense.1976. Blanc:09.2010.

História e Movimento.Rio de Janeiro. Editora Zahar.1959.